



Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 Lei complementar nº 872, de 07 de dezembro de 2017 Constituição (1988), Constituição [da] República Federativa do Brasil; Senado Federal Lei nº 8.080, de 19 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a promoção, a organização da saúde, a organização dos serviços e dá outras providências de 7 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências sobre a organização da Assistência Social

AS DIMENSÕES DO COTIDIANO:

Estudos sobre a população em situação de rua

ISABELLA FALK DOS SANTOS

AS DIMENSÕES DO COTIDIANO: estudos sobre população em situação de rua

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Acadêmico de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo como parte das exigências para obtenção de Título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Lutero Pröscholdt Almeida

Coorientadora: Profa. Dra. Liziane de Oliveira Jorge

VITÓRIA – ES

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F191d FALK DOS SANTOS, ISABELLA, 1994-
AS DIMENSÕES DO COTIDIANO: : estudos sobre
população em situação de rua / ISABELLA FALK DOS SANTOS.
- 2024.
145 f. : il.

Orientador: Lutero Pröscholdt Almeida.
Coorientadora: Liziane de Oliveira Jorge.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Cotidiano. 2. Dimensões. 3. Urbanismo. 4. População em
situação de rua. I. Pröscholdt Almeida, Lutero. II. de Oliveira
Jorge, Liziane. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
ARQUITETURA E URBANISMO DA ALUNA ISABELLA FALK DOS SANTOS

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às 10h, na sala 04 do prédio da direção do Centro de Artes - CAR/UFES, teve início a defesa da Dissertação de Mestrado intitulada: **“AS DIMENSÕES DO COTIDIANO: ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA”** da aluna **Isabella Falk dos Santos**, regularmente matriculada sob nº 2022130691, orientanda do Professor Dr. **Lutero Proscholdt Almeida (PPGAU/UFES)**. Compunham a Banca Examinadora, além do Professor orientador, a Professora Dra. **Liziane de Oliveira Jorge (PPGAU/UFES)**, a Professora Dra. **Clara Luiza Miranda (PPGAU/UFES)** e a Professora Dra. **Simone Miziara Frangella (Universidade de Lisboa)**. Realizada a arguição, a defesa foi dada por encerrada às 12h. Os membros da Banca reunidos decidiram pela **aprovação** da dissertação da aluna **Isabella Falk dos Santos**. No entanto, o presidente da sessão alertou que, para fazer jus ao título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, a aluna deverá entregar a versão final de sua dissertação, em meio digital à secretaria do PPGAU/UFES, no prazo de sessenta dias a contar desta data, seguindo as normas gerais da universidade e específicas do programa. Nada mais havendo a acrescentar, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora. Vitória, 27 de março de 2024.

Prof. Dr. Lutero Proscholdt Almeida
(orientador – PPGAU/UFES)

Documento assinado digitalmente
gov.br LUTERO PROSCHOLDT ALMEIDA
Data: 28/03/2024 15:32:03-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Liziane de Oliveira Jorge
(coorientadora – PPGAU/UFES)

Documento assinado digitalmente
gov.br LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
Data: 28/03/2024 18:58:26-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
(membro interno – PPGAU/UFES)

Documento assinado digitalmente
gov.br CLARA LUIZA MIRANDA
Data: 02/04/2024 13:29:42-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Profa. Dra. Simone Miziara Frangella
(membro externo – Universidade de Lisboa)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Lutero Pröschooldt Almeida, por aceitar dividir o desafio imposto de estudar o cotidiano.

À professora Liziane de Oliveira Jorge, por todas as contribuições e conversas que enriqueceram a pesquisa e o trabalho final.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e a CAPES, pelos auxílios concedidos, sem os quais esse trabalho não existiria.

Aos meus pais Cesar Lellis Moreira dos Santos e Margareth Falk, que mesmo de longe me apoiaram em cada uma das etapas que escolhi trilhar, e aos meus irmãos Marina Falk dos Santos, Ana Clara Falk dos Santos e Mikhael Falk dos Santos, que me deram sentido.

A todas as mulheres que fizeram parte integral dessa pesquisa, me ajudando com as leituras e puxões de orelha para que a pesquisa dialogasse com o desafiador meio acadêmico, Lyvia Fialho Soares de Moraes, Maria Lígia Chaves e Zanandra Falcão, e que tornaram a estrada da construção dessa pesquisadora mais leve e completa.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, em especial ao Serviço Especializado de Abordagem Social de Bento Ferreira, vocês são os responsáveis por me ajudar a entender a complexidade da atuação junto à População em Situação de Rua.

Por fim, agradeço imensamente à População em Situação de Rua, ao Bruno Donato que representa o Movimento Nacional do Povo da Rua no Espírito Santo (MNPR-ES) e que articulou as pesquisas de campo com a População em Situação de Rua que se estabelece na praça Regina Frigeri Furno.

RESUMO

SANTOS, "Isabella Falk dos. As dimensões do cotidiano: estudos sobre população em situação de rua. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. Orientador: Prof. Dr. Lutero Pröscholdt Almeida. Coorientadora: Profa. Dra. Liziane de Oliveira Jorge

Nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo no número de bilionários, em paralelo ao crescimento da população vivendo em situação de extrema pobreza. Neste contexto de agravamento das disparidades sociais e das disputas decorrentes da exclusão social, é possível notar um aumento da população em situação de rua (PSR) nas metrópoles brasileiras. Dentro desse cenário, surge a motivação deste trabalho. O tema central desta pesquisa é a população em situação de rua e a investigação das dimensões que compõem o seu cotidiano. Para tanto, utiliza-se a metodologia etnográfica aplicada ao estudo de campo da praça Regina Frigeri Furno, um espaço público de importante dinâmica urbana na cidade de Vitória, no Espírito Santo (ES). O objetivo principal é investigar o cotidiano dos sujeitos e as relações estabelecidas com o lugar. A partir do *locus* de investigação, onde se estabelece o sujeito e o objeto de estudo, avança-se para a análise do contexto brasileiro, adentrando no panorama que delinea a formação do fenômeno dentro desse cenário. A investigação dessas dimensões resultou na identificação de categorias de análise dos agentes que compõem o cotidiano, estabelecidas pela teoria de Milton Santos: o tempo, o espaço e os "homens lentos". As observações conduzidas forneceram dados qualitativos e quantitativos sobre o objeto e sobre os sujeitos, permitindo uma análise aprofundada do fenômeno. Conclui-se que a presença da população em situação de rua nos espaços públicos intensifica as tensões cotidianas, especialmente devido à convivência de diferentes agentes sociais e suas diversas realidades.

PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano; Dimensões; População em situação de rua; Praça Regina Frigeri Furno.

ABSTRACT

SANTOS, "Isabella Falk dos. The dimensions of daily life: studies on the homeless population. 2024. Dissertation (Master's in Architecture and Urbanism) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. Advisor: PhD. Lutero Pröschooldt Almeida. Coadvisor: PhD. Liziane de Oliveira Jorge.

In recent years, there has been a noticeable increase in the number of billionaires, parallel to the increase in the population living in extreme poverty. In this sense, the worsening of social disparities and the rivalries provoked by social exclusion, it is possible to notice an increase in the homeless population within Brazilian metropolises. Considering this background, the motivation for this study arises. The central theme of the following research is the homeless population and the investigation of the dimensions that composes its daily life. In order to achieve it, it is employed the ethnographic research methodology of square Regina Frigeri Furno, a public space important for the urban life of Vitória city, located in Espírito Santo (ES). The main goal is to investigate the daily life of the research subjects and the relations that they have with the place. Starting from the investigation locus where this study establishes its subject and object, it goes forward to the Brazilian context analysis, diving into the panorama that sets the phenomenon formation within this scenery. The investigation of the setted dimensions resulted on the identification of the agents analysis categories that composes the daily life, established by Milton's Santos theory: the time, the space and the "slow men". The observations made supplied qualitative and quantitative data about the object and the subject, allowing a deeper analysis of the phenomenon. It is concluded that the homeless population within public spaces intensifies the daily life tensions, specially because of the coexistence of different social agents and its many realities.

KEYWORDS: Daily life; Dimensions; Homeless Population; Regina Frigeri Furno Square.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – As dimensões do cotidiano.....	7
Figura 02 – Vestígios registrados por meio do <i>Google Street View</i>	13
Figura 03 – Praça Regina Frigeri Furno.....	14
Figura 04 – Ocupação territorial e evolução das cidades brasileiras, dos séculos XVI ao XXI.....	23
Figura 05 – Linha do tempo sobre a criminalização da pobreza no Brasil.....	26
Figura 06 – Concentração da população em situação de rua nas metrópoles brasileiras.....	28
Figura 07 – Linha do tempo do bairro Jardim da Penha.....	33
Figura 08 – Níveis de solidariedade.....	35
Figura 09 – Linha do tempo dos instrumentos e acontecimentos sobre o fenômeno.....	40
Figura 10 – Quadro de autores e pesquisas acadêmicas.....	47
Figura 11 – Perfil da população em situação de rua conforme o Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, 2008.....	53
Figura 12 – Perfil da população em situação de rua conforme o Pesquisa População em Situação de Rua em Vitória – ES, 2022.....	56
Figura 13 – Fluxo de atendimento da rede socioassistencial da cidade de Vitória.....	61
Figura 14 – Os agentes que integram o cotidiano.....	67
Figura 15 – Sistemas de objetos.....	71
Figura 16 – Sistema de objetos comerciais.....	72
Figura 17 – Banca.....	72
Figura 18 – Calçada.....	73
Figura 19 – Fachada da edificação.....	73
Figura 20 - Sistema de objetos da praça.....	74
Figura 21 – Abrigo.....	74
Figura 22 – Arquibancada.....	75
Figura 23 – Banco.....	75
Figura 24 – Banheiro público.....	76
Figura 25 – Calçada.....	76
Figura 26 – Canteiro da praça.....	76
Figura 27 – DPM.....	77
Figura 28 – Muro.....	77

Figura 29 – Pedestal.....	78
Figura 30 – Sistema de objetos residenciais.....	78
Figura 31 – Edificação com marquise.....	79
Figura 32 – Edificação murada.....	79
Figura 33 – Sistema de objetos da via.....	80
Figura 34 – Calçada.....	80
Figura 35 – Canteiro da via.....	81
Figura 36 – Via de circulação.....	81
Figura 37 – Sistema de ações.....	83
Figura 38 – Adormecer.....	84
Figura 39 – Dormir.....	84
Figura 40 – Sentar.....	85
Figura 41 – Andar.....	85
Figura 42 – Cuidar.....	86
Figura 43 – Exprimir.....	86
Figura 44 – Reunir.....	87
Figura 45 – Coletar materiais.....	87
Figura 46 – Conseguir recursos.....	88
Figura 47 – Conseguir recursos.....	88
Figura 48 – Trabalhar.....	89
Figura 49 – Abrigar.....	90
Figura 50 – Estender vestimentas.....	90
Figura 51 – Guardar pertences.....	91
Figura 52 – Expulsar.....	92
Figura 53 – Matriz do espaço da praça Regina Frigeri Furno e seu entorno.....	94
Figura 54 – Evolução ao longo dos anos do desenho da praça.....	97
Figura 55 – Percursos feitos pela N. Barbosa.....	107

FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Kit entregue aos entrevistados, contendo: um mini bolo de chocolate, um chocolate, um pacote de biscoito, um pacote de amendoim, uma caixa de suco sabor uva e uma garrafa de água.....16

Fotografia 02 – Elementos de afastamento de pessoas em situação de rua identificados no campo de estudo: 1. Ações de limpeza urbana promovidas pela Prefeitura; 2. Cercamento de fachada comercial com marquise; 3. Cercamento das arquibancadas; 4. Estrutura perfurante sobre o muro de divisa.....44

Fotografia 03 – Ação conjunta do SEAS e do Consultório na rua na região do Canal do rio Santa Maria (próximo ao supermercado São José, Praia do Canto)	59
Fotografia 04 – Registro de campo de um abrigo de uma pessoa em situação de rua que posteriormente foi contemplada com o projeto de Moradias Alternativas.....	63
Fotografia 05 – Abraão Oliveira Silva.....	102
Fotografia 06 – Carlos Alberto dos Santos.....	103
Fotografia 07 – Wallace Jesus Santos.....	104
Fotografia 08 – Débora dos Santos Oliveira.....	105
Fotografia 09 – N. Barbosa.....	106

MAPAS

Mapa 01 – Campo de estudo e vestígios identificados através do <i>Google Street View</i>	12
Mapa 02 – Divisão do Mapa do Mundo pelo Tratado de Tordesilhas.....	20
Mapa 03 – Aterros da cidade de Vitória-ES.....	30
Mapa 04 – Centralidades da cidade de Vitória-ES.....	31
Mapa 05 – Bairro Jardim da Penha.....	34
Mapa 06 – Rede socioassistencial na cidade de Vitória-ES.....	61
Mapa 07 – Recorte de estudo e fichas de observação.....	68
Mapa 08 – As três feiras que dinamizam as existências da praça Regina Frigeri Furno.....	99

LISTA DE SIGLAS

AMJAP – Associação de Moradores de Jardim da Penha

BNH – Banco Nacional de Habitação

CadÚnico – Cadastro Único

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

Centro-POP – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua

CEP UFES – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo

CPVID 19 – *Coronavirus Disease 19*

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DH – Direitos Humanos

ES – Espírito Santo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBC – Instituto Brasileiro de Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua

ONGs – Organização Não Governamental

OXFAM – Comitê de Oxford para o Alívio da Fome

PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPR – Política Nacional da População em Situação de Rua

PNPSR – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua 2009

PPGAU UFES – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo

Projeto CURA – Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada

PSR – População em Situação de Rua

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SARS-CoV-2 – Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave

SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

STF – Supremo Tribunal Federal

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

A INTRODUÇÃO	2
A CONSTRUÇÃO	8
Quadro teórico	9
Construção da análise	11
O estudo de campo	12
Coleta dos dados	15
O CONTEXTO	17
As Metrôpoles	19
O Brasil	21
A cidade de Vitória	28
Conclusão	34
O FENÔMENO	37
Os instrumentos	38
As pesquisas	46
As instituições	57
Conclusão	63
O COTIDIANO	65
O espaço	69
Sistemas de objetos	70
Sistemas de ações	81
As rugosidades	92

O tempo	95
Temporalidade das sucessões	96
Temporalidade das coexistências	98
Os homens lentos.....	100
Conclusão.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
APÊNDICE A	122
APÊNDICE B	123
APÊNDICE C	124
APÊNDICE D.....	126

Certo, nós não mudaremos
o mundo, mas podemos
mudar o modo de vê-lo.

- SANTOS, Milton. 1982.

A INTRODUÇÃO.

A INTRODUÇÃO

As cinco pessoas mais ricas do mundo dobraram suas fortunas desde o ano de 2020, segundo relatório apresentado pelo Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxfam)¹, e, dentro de dez anos, o mundo verá a primeira pessoa trilionária. Esse acúmulo de riquezas é proporcional ao crescimento de pessoas em níveis de extrema pobreza, que aumentou 60% no mundo nesse mesmo período. Esse cenário foi semelhante no Brasil, “4 dos 5 bilionários brasileiros mais ricos aumentaram em 51% sua riqueza desde 2020; ao mesmo tempo, 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres” (OXFAM, 2024). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POBREZA..., 2023), as pessoas em extrema pobreza, no Brasil, vivem com menos de R\$ 200,00 reais por mês, e, dentro dessa realidade, existem 228.720 pessoas em situação de rua.

Esta pesquisa origina-se da inquietação perante o fenômeno da população em situação de rua, principalmente pelas relações cotidianas² por ela elaboradas na cidade. Entende-se aqui como fenômeno o que é estabelecido pela Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR - Decreto nº 7.053/2009) em parágrafo único:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

No ano de 2020, quando o coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2)³ tornou-se uma epidemia global, que mais tarde ficou conhecida como pandemia de coronavírus (do inglês, *coronavirus disease 19*, COVID-19)⁴, levando a população ao isolamento e distanciamento social. Foi nesse momento que o fenômeno começou a se intensificar nas cidades. As ruas ficaram vazias dos movimentos cotidianos, e apenas os trabalhadores de profissões consideradas essenciais

¹ *Oxford Committee for Famine Relief.*

² Essas relações são multifatoriais, e se referem a aspectos econômicos, sociais, legislativos, assistenciais, etc.

³ Vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus”.

⁴ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

para a manutenção da vida puderam ir e vir. Nesse cenário, homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social estavam mais do que nunca evidentes nos recantos das cidades.

Entre os anos de 2021 e 2022, ocorreu um salto de 42,34% na quantidade de pessoas nessa condição no Brasil, com um aumento registrado de 58.907 pessoas em situação de rua. Parte desse aumento se deve às crises sanitária e econômica enfrentadas pelo agravamento da pandemia de COVID-19 (NATALINO, 2023). No último decênio (2013-2023), a população em situação de rua aumentou 936,37% nas cidades brasileiras. Esses dados surgem como consequência de dois fatores: o primeiro, o aumento da atenção e dos dados coletados sobre essa população a partir da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (PNPSR) de 2009; segundo, por fatores macroestruturais e de vulnerabilidades “individuais” (NATALINO, 2023).

Na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo (ES), a presença dessa população também se intensificou. Os números pré-pandêmicos demonstravam 483⁵ pessoas em situação de rua na capital. Ao final do ano de 2023, já eram 763⁶ pessoas nessa situação, correspondendo a um aumento de 57,95%. Atualmente já se sabe que os fatores que levam as pessoas à situação de rua são múltiplos, sendo representados por três dimensões, segundo Natalino: “exclusão econômica, fragilização ou ruptura de vínculos sociais e problemas de saúde” (2023, p.16).

Partindo desses dados, e compreendendo os inúmeros desafios enfrentados por essas pessoas em suas vivências, colocaram-se algumas perguntas a serem investigadas nesta pesquisa: **Quais as origens desse fenômeno? Quais leis e instrumentos atuam sobre o fenômeno? Como a população em situação de rua se estabelece na cidade de Vitória? Como essa população constrói seu cotidiano em um determinado espaço público urbano?** Essas questões evidenciam algumas lacunas na compreensão desse fenômeno.

Ao adentrar no cotidiano dessa população, emerge uma perspectiva crucial para os estudos urbanos, promovendo a reflexão sobre sua realidade e suas diversas

⁵ Dados retirados do painel observa Direitos Humanos. Pessoas em Situação de Rua no Brasil. Iniciativa: Observatório Nacional dos Direitos Humanos. Apoio: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 22 dez. 2023. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2JyZTI5NTQeNWRhZC00ODh-hLWlYzTEeZjEzZDk2N2E0YzQ2liwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁶ Dados retirados do Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD). CECAD. **Tabulador do Cadastro Único**. 2023. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php>. Acesso em: 02 fev. 2024.

manifestações. Essa aproximação subsidia a formulação de políticas públicas e metodologias abrangentes, considerando a realidade material desses grupos dentro do contexto das grandes cidades.

Apresentação do problema e justificativa da pesquisa

Compreendendo o agravamento do fenômeno nas metrópoles e cidades do país, a presente pesquisa pôs-se a investigar o seguinte problema: **Como a população em situação de rua se estabelece cotidianamente nos espaços públicos urbanos da cidade de Vitória?** Sabendo-se dos desafios de um estudo empírico aprofundado de uma amostra territorial municipal, tomou-se como partida um recorte para o estudo de campo da pesquisa, a praça Regina Frigeri Furno e seu entorno, localizado no bairro de Jardim da Penha⁷.

Essa pesquisa buscou compreender o cotidiano por meio das práticas elaboradas pela população em situação de rua. Ao observar o intangível - o cotidiano - encontra-se nele um recorte, como afirma Santos: “O cotidiano exclui o espaço total” (1994, p. 92). Dentro desse conceito, pode-se identificar um conjunto de dimensões que despertam a sua investigação: o espaço e o tempo, tendo a população em situação de rua como conexão. Compreender essa abordagem investigativa tornou o estudo do espaço urbano instigante.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender as relações da população em situação de rua, tendo o cotidiano e suas dimensões como premissa, a partir da análise de sua dinâmica na praça Regina Frigeri Furno e seu entorno, localizados no bairro de Jardim da Penha. Do objetivo geral, desdobram-se outros objetivos específicos que se referem a:

- 1)** Investigar os precedentes históricos da formação do fenômeno da PSR no contexto brasileiro;
- 2)** Caracterizar o fenômeno no âmbito da legislação brasileira, das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no país e nas instituições públicas que atuam sobre a PSR no Brasil e na cidade de Vitória-ES;
- 3)** Caracterizar teoricamente os agentes cotidianos, contrapondo-os às observações desenvolvidas no campo de pesquisa, apresentando os dados qualitativos e quantitativos resultantes dessa investigação.

⁷ Conforme seção “O estudo de campo” (p. 11).

Cada objetivo específico propõe um percurso metodológico dialógico aos capítulos que dão corpo à dissertação. A metodologia que baliza esses estudos é a metodologia etnográfica⁸.

Como relevância científica, essa investigação pretende contribuir para o estudo do cotidiano, através da sistematização desse recorte. Importantes categorias de análise foram elaboradas embasadas em argumentos teóricos retirados principalmente dos estudos feitos por Milton Santos nos anos de 1982, 1994 e 1996. Essas categorias apresentam uma possibilidade de análise do cotidiano, explorando seus aspectos qualitativos e quantitativos. Além dessas categorias, a pesquisa pretende trazer para o campo urbano a discussão sobre a população em situação de rua, escapando dos estudos voltados para habitação popular. Existe uma lacuna de pesquisas acadêmicas que tenham como sujeito a população em situação de rua e que objetivem a investigação do seu cotidiano, conforme apontam os estudos apresentados por Pinheiro et al. (2021).

Estrutura

O resultado deste trabalho de pesquisa está aqui apresentado em cinco capítulos, além deste primeiro que constitui a introdução, a problemática da investigação, os objetivos e a justificativa para o estudo. Os capítulos, como sugere o título que dá nome a essa pesquisa, são compreendidos como dimensões que compõem o cotidiano do estudo sobre a população em situação de rua. Por ser um fenômeno complexo, cada uma dessas dimensões tem seus desdobramentos próprios, sendo o primeiro relacionado ao método e a sua aplicação, os dois seguintes aos aspectos contextuais do fenômeno, e, por fim, a investigação qualitativa e quantitativa do cotidiano.

O primeiro capítulo, “A construção”, estabelece a aplicação da metodologia etnográfica ao campo de estudo. É apresentado um quadro teórico com as contribuições dos autores para a implementação do método, entendendo as delimitações estabelecidas nesses estudos. Seguido por uma breve apresentação do método etnográfico, as referências balizadoras da sua aplicação e a utilização das ferramentas de estudo das cidades, que foram empregadas complementarmente ao método. A última parte apresenta a escolha do campo estudado, o período em que foram realizadas as observações do campo e os recursos que foram recorridos para a sua investigação.

O segundo capítulo, “O Contexto”, tem como principal objetivo investigar os precedentes históricos da formação do fenômeno da população em situação de rua no

⁸ Conforme seção “A metodologia etnográfica e a observação da vida na cidade” (p. 9).

contexto brasileiro. São analisadas a formação das metrópoles na América Latina, a formação histórica do Brasil e a formação da cidade de Vitória. A retomada histórica resgata a legislação brasileira desde a colonização, buscando traçar o panorama e as lógicas de ocupação das cidades, pautadas pela perspectiva da população em situação de rua, apontando para os desafios que se refletem nos dias atuais.

O terceiro capítulo, “O Fenômeno”, tem como objetivo caracterizar o fenômeno no âmbito da legislação brasileira, com recorte dos últimos sete decênios⁹, das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no país e nas instituições públicas que atuam sobre a população em situação de rua no Brasil e na cidade de Vitória-ES. A análise das informações visa compreender a maneira como o Estado, a academia e a sociedade percebem o fenômeno, desde a fase inicial de confronto e marginalização até ser reconhecida como vulnerável perante a legislação.

O quarto capítulo, “O cotidiano”, tem por objetivo caracterizar teoricamente os agentes cotidianos, contrapondo-os às observações desenvolvidas no campo de pesquisa, apresentando os dados qualitativos e quantitativos resultantes dessa investigação. A sistematização dessas informações expõe como o fenômeno ocorre atravessado por elementos teóricos e empíricos, que visam a aproximação a essa complexidade.

Na última parte da pesquisa são apresentadas as considerações finais, estabelecendo-se um diálogo em primeira pessoa entre a autora e o leitor, onde são levantadas algumas reflexões acerca de tudo que foi exposto ao longo da pesquisa. As contribuições reflexivas objetivam a provocação do leitor para todas as dimensões (Figura 01) que foram apresentadas ao longo da redação.

⁹ Sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988.

A CONSTRUÇÃO.

A CONSTRUÇÃO

O presente capítulo dedica-se a elucidar o percurso metodológico que foi empregado na construção desta pesquisa. Esse caminho foi elaborado através do balizamento do método, entre os elementos teóricos e os elementos empíricos. Os elementos teóricos foram reunidos em uma primeira etapa, por meio de livros, teses, dissertações, legislações, decretos, documentos históricos, artigos e revisão bibliográfica. Os elementos empíricos resultaram da coleta de dados feita durante o estudo de campo e que posteriormente foram sistematizados e tratados para apresentação. Das descobertas feitas por esses procedimentos é que resulta a análise do cotidiano da população em situação de rua.

Quadro teórico

A estruturação e aproximação ao problema foram feitas na etapa de revisão bibliográfica. Esta resultou: na elaboração de um quadro de autores que abordam o fenômeno (população em situação de rua); em elementos teóricos que auxiliaram na delimitação da análise; e em estudos referenciais sobre o método etnográfico e ferramentas, aplicados na pesquisa de campo.

A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado a priori, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída (SANTOS, 1996, p. 49).

Inicialmente, as leituras desempenharam um papel fundamental ao contextualizar e aprofundar a compreensão do fenômeno, abrangendo desde a origem histórica da população em situação de rua nas cidades brasileiras até as políticas públicas implementadas para abordar esse desafio. Ademais, essas leituras contribuíram para o estudo de campo, posto que as bases metodológicas desse trabalho se encontram na etnografia para a coleta de dados – complementadas por ferramentas de observação e estudo qualitativo do fenômeno.

Em um segundo momento, contribuíram para a reflexão dos elementos teóricos que compõem a investigação do cotidiano – e, em especial, sua formação indissociável do espaço e do tempo, que se reflete, principalmente, nas dinâmicas percebidas nas grandes cidades (SANTOS, 1994, p. 39). Esses elementos teóricos são funda-

mentais para a aplicação da análise qualitativa e quantitativa, que aparecem como resultados parciais dessa investigação¹⁰.

A metodologia etnográfica foi balizadora para a organização e compreensão dos estudos das relações cotidianas da população em situação de rua com os espaços públicos urbanos. Isso porque ela tem por objetivo a descrição e a análise de práticas sociais de um grupo específico, por meio da observação do campo e a realização de entrevistas para aproximação de uma determinada população.

A metodologia etnográfica e a observação da vida na cidade

A etnografia foi desenvolvida entre o final do século XIX e início do século XX por pesquisadores antropólogos, visando o estudo de sociedades pequenas e isoladas (ATAÍDES, et al., 2021, p. 1). Com o passar do século XX, a metodologia foi sendo aprimorada e passou a ser empregada no estudo das cidades e de sua realidade. Atualmente a metodologia propõe: “a observação e análise de grupos humanos, com o objetivo de tornar evidentes os significados das ações cotidianas dos sujeitos” (ATAÍDES, et al., 2021, p. 8). Por seu turno, a etnografia é fundamentalmente um método empírico e qualitativo.

As principais contribuições do emprego da metodologia etnográfica encontram-se no estudo do cotidiano, posto que “a observação etnográfica é feita no campo, em cenários de vida real do pesquisado” (ATAÍDES, et al., 2021, p. 10). Além de subsidiar a escolha do objeto empírico, que levou em consideração os princípios da escolha do campo de estudo (ANGROSINO, 2009, p. 47-50), contribuiu para a estruturação das observações e do roteiro dos questionários aplicados com a PSR e, por fim, a análise dos dados etnográficos.

Complementar à metodologia etnográfica, foi aplicado um conjunto de ferramentas elaboradas por Gehl e Svarre (2018). Essas ferramentas foram desenvolvidas por Gehl durante cinquenta anos de estudos sobre a vida pública, em que o pesquisador se dedica a observar a cidade. Os autores indicam que a observação é uma ferramenta básica para os estudos da vida na cidade, já que as atividades e comportamentos dos usuários são mapeados para compreender como o espaço urbano é usado. Essas ferramentas têm a finalidade de sistematizar e registrar as observações entre espaço público e vida na cidade.

¹⁰ Conforme capítulo “O Cotidiano” (p. 65).

As ferramentas de observação da vida na cidade foram utilizadas para complementar a coleta dos dados etnográficos. O emprego delas contribuiu para a organização da observação feita em campo. A identificação dos vestígios complementou as investigações para a escolha do campo. Através do registro fotográfico, foram elaboradas as fichas de observação e, por fim, o mapeamento permitiu analisar os pontos utilizados pelos sujeitos como lugares de permanência.

Questões éticas

A pesquisa com pessoas e a coleta de dados do comportamento humano implicam a consideração de fatores éticos, que visam garantir os direitos à privacidade. Isso posto, os questionários e fichas de observação utilizados durante a pesquisa de campo foram previamente submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP UFES)¹¹, e para apreciação do plano já aprovado à Comissão de Pesquisas da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da prefeitura de Vitória. A aprovação por esses setores visou, assim, a garantia da ética na coleta dos dados apresentados.

Construção da análise

Como supracitado, a etnografia é largamente utilizada na investigação do fenômeno da população em situação de rua, principalmente por ter suas raízes na antropologia, disciplina que se ocupa com os estudos relativos ao homem. É por meio dela que se estabelecem os critérios e ferramentas para a aproximação junto aos sujeitos. Complementar ao método etnográfico, foram aplicadas à pesquisa ferramentas de observação da vida na cidade, entendendo que: “Para comparar os resultados em um mesmo estudo ou com estudos posteriores, seja no mesmo ponto ou em outro lugar, é essencial fazer registros precisos e comparáveis” (GEHL; SVARRE, 2018, p. 23).

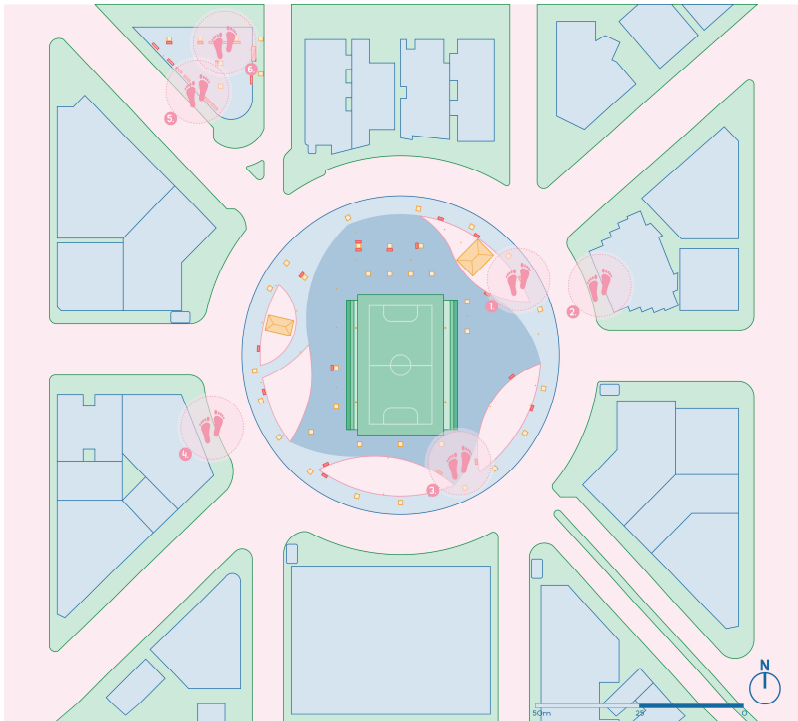
Portanto, a associação entre a metodologia etnográfica e as ferramentas de observação contribuíram para a construção das análises sobre o objeto empírico. O estudo de campo foi realizado para a aproximação das práticas cotidianas da PSR com a praça Regina Frigeri Furno e seu entorno, considerando as relações que essa população estabelece com o lugar. Evidencia-se que os resultados obtidos através das observações feitas no campo não pretendem estabelecer verdades absolutas sobre o objeto empírico e nem sobre o fenômeno, mas sim estabelecer um recorte imprescindível para entender o cotidiano.

¹¹ Número do Parecer: 5.744.228. CAAE: 63311722.3.0000.5542.

A seguir são apresentadas as notas sobre a aplicação da metodologia etnográfica e das ferramentas de observação da vida na cidade, como foi organizado o estudo de campo através dessa associação entre metodologia e ferramentas, a coleta dos dados e, por fim, as pistas fornecidas pela investigação.

O estudo de campo

Esta seção busca apresentar a organização do estudo do campo: a escolha do campo, as ferramentas e métodos usados na coleta dos dados e os resultados parciais obtidos. A escolha do campo de estudo, como mencionado anteriormente, levou em consideração os critérios expostos por Angrosino (2009). O autor, ao mencionar os fundamentos da pesquisa etnográfica, aponta alguns critérios essenciais para essa escolha. Dentre os mais relevantes para a escolha da praça Regina Frigeri Furno estão dois critérios: o primeiro é que o fenômeno da PSR é observável na praça; e o segundo é a aproximação da pesquisadora ao campo.



Mapa OT: Campo de estudo e vestígios identificados através do *Google Street View*
[Elaborado pela autora, 2024.]

A observação do fenômeno na praça foi apontada já em 1998 por Lima, que relata a mudança nas dinâmicas dos lugares em que a PSR se deslocava para conseguir recursos na cidade de Vitória, mencionando que a praça de Jardim da Penha ganhava relevância como esse lugar. Outra investigação de interesse foi feita através da ferramenta de identificação de vestígios. A captura dos vestígios (Mapa 01) deixados pela PSR, na praça e em seu entorno, foi feita utilizando o *Google Street View*, pois o banco de imagens registradas por ele permite que sejam vistos registros de um determinado ponto (Figura 02) em uma linha do tempo. Com essa possibilidade de registro de outros tempos¹², foi possível visualizar vestígios da presença da PSR no campo de estudo.



01. Banco em frente ao DPM
Data: 09/2012



04. Frente da Galeria Santrém
Data: 06/2017



02. Fachada Ed. Ivarde P. Gomes
Data: 08/2012



05. Praça Conjunto dos Estados
Data: 02/2020



03. Frente da quadra esportiva
Data: 01/2019



06. Praça Conjunto dos Estados
Data: 01/2019

Figura 02: Vestígios registrados por meio do *Google Street View*
[Extraído do *Google Street View* 2024.]

Tendo como premissa o estudo do cotidiano, um fator fundamental foi a importância da captura dessas relações em um longo período de tempo e em múltiplos dias. Para que esses registros fossem feitos, era necessário que a pesquisadora

¹² Ano de 2012 consta como o primeiro registro no banco de imagens fornecido pelo *Google Street View*.

tivesse um acesso facilitado ao campo de estudo. Pode-se dizer então que a pesquisadora tem esse acesso, já que reside a 350 metros da praça Regina Frigeri Furno, o que tornou possível a captura frequente dos dados. Foram esses dois critérios que resultaram na escolha da praça, e com a evolução da pesquisa, do seu entorno também, um relevante campo para a realização do estudo.

A praça Regina Frigeri Furno

A partir dessa escolha do campo, é importante apresentar os aspectos presentes na praça (Figura 03) que a tornam um núcleo de estudo do espaço público urbano relevante. A praça é formada por dois importantes equipamentos: o banheiro público (1) e o Destacamento da Polícia Militar de Jardim da Penha (2). Ademais, possui em seu centro uma quadra de esportes (3) ladeada por duas arquibancadas (4), ambas com cercamento. Além desses elementos, conta com uma quantidade considerável de mobiliários urbanos e arborização, que fornecem aos usuários confortáveis locais para permanência.

Os canteiros (5) completam o desenho da praça e seguem o desenho geométrico circular que a delimita. Esses canteiros são gramados, e um deles recebe o parque infantil (6), com uma cobertura por arborização. Na praça ainda existe um altar em homenagem a Nossa Senhora da Penha (7), que é utilizado em celebrações religiosas. A praça Conjunto dos Estados (8) está quase conectada à praça Regina Frigeri Furno, formando uma extensão de atividades que ocorrem no local.

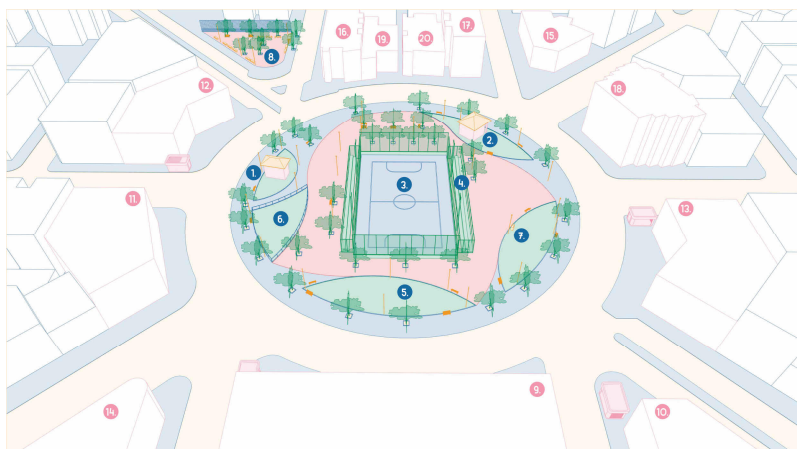


Figura 03: Praça Regina Frigeri Furno.
[Elaborado pela autora. 2024]

O entorno da praça é marcado por estabelecimentos comerciais. O de maior destaque é o supermercado (9), que tem sua face de entrada voltada para ela. Também existem em seu entorno quatro edificações que abrigam galerias comerciais: Galeria Brusque (10), Galeria Santarém (11), Galeria Camburí Center I (12) e Galeria Camburí Center II (13). Ademais, existe também um Mini Shopping Camburí (14), o banco Banestes (15) e mais três edificações que têm o seu térreo dedicado ao uso comercial: edifício Niagara (16), edifício Rubia (17) e edifício Ivarde P. Gomes (18). Por último, duas edificações residenciais, com a frente destinada para uso comercial uma ao lado da outra (19 e 20). São esses os principais elementos que formam a centralização do campo de estudo.

Coleta dos dados

Estabelecido o objeto empírico da pesquisa, foram organizadas, em paralelo, algumas ferramentas para a coleta dos dados. É importante mencionar que, a princípio, foi construída uma estratégia mais abrangente de um conjunto de ferramentas de coleta de dados, porém, no decorrer do desenvolvimento de uma pesquisa, ajustes e refinamento destas são primordiais para que os resultados possam ser alcançados. Tendo em vista esses fatores, nem todas as estratégias desenvolvidas foram mencionadas.

A coleta de dados foi feita através: dos registros fotográficos, das fichas de observação, do mapeamento de pontos de observação e de questionários estruturados. Os registros fotográficos foram feitos durante quatorze meses (sete últimos meses de 2022 e sete primeiros meses de 2023), em diferentes períodos do dia. Esses registros objetivaram as observações dos vestígios deixados no campo e a presença da PSR. Ao fim do estudo de campo, foram feitos mais de 270 registros fotográficos ao longo de 101 dias de visitas.

Esses registros foram posteriormente organizados e categorizados através de 212 fichas de observação. Para que os registros fossem descritos e analisados, foram elaboradas as seguintes categorias a serem descritas: i) características gerais do local (clima, turno, data, etc.); ii) perfil demográfico da população (a presença de sujeitos, gênero e condições do lugar); iii) indícios de usos cotidianos (características das edificações, tipos de uso, formas de ocupação, etc.).

Os resultados parciais de cada uma das fichas de observação foram submetidos a uma gama de processos de análises de dados etnográficos (ANGROSINO, 2009, p. 92-99). Inicialmente os dados foram organizados em uma planilha, cada categoria descrita nas fichas de observação foi convertida em uma coluna de informações,

enquanto os dados anotados foram preenchidos em ordem de ocorrência, uma ficha por linha. Ao recorrer ao esclarecimento das categorias observadas, pode-se organizar e agrupar os fatores descritivos, como as características das edificações e os usos cotidianos. Essas categorias passaram por um processo de rearranjo, tendo como referência os elementos teóricos extraídos do estudo dos conceitos que formam o cotidiano. Como resultado parcial, a organização das recorrências observadas a partir do agrupamento das fichas de observação, foi elaborada uma matriz de dados.

A aplicação dos questionários com a população em situação de rua foi articulada junto ao líder e representante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no Estado do Espírito Santo, Bruno Donato. Utilizou-se, conforme recomendado por ele, a estratégia de aproximação e estímulo para a entrevista: um kit com algumas guloseimas e recursos, entregues aos voluntários entrevistados (Fotografia 01). Esse recurso atraiu muito a aproximação do grupo, e a importância de sua participação, a todo momento, foi reforçada por Bruno, que ajudou na organização e acalmou os mais entusiasmados. Com a sua ajuda, sete pessoas foram entrevistadas para a pesquisa. O questionário também seguiu um roteiro de perguntas, que visaram compreender como a PSR se estabelece na praça Regina Frigeri Furno, e como elabora seu cotidiano ali. Ao fim, esses questionários foram convertidos em narrativas.



Fotografia 01: Kit entregue aos entrevistados, contendo: um mini bolo de chocolate, um chocolate, um pacote de biscoito, um pacote de amendoim, uma caixa de suco sabor uva e uma garrafa de água. [SANTOS, A. C. F. 2023]

O CONTEXTO.

O CONTEXTO

O presente capítulo tem por objetivo estudar o contexto do surgimento da população em situação de rua nos espaços públicos das metrópoles¹³. Isso porque o contexto é essencial para qualquer pesquisa; ele é o panorama, o pano de fundo onde ela se desenvolve. Assim, através de uma contextualização, é possível estabelecer uma abordagem histórica dos elementos conceituais que determinam a inserção do fenômeno da pesquisa, a população em situação de rua, em contrapartida ao cenário em que ela será estudada, a metrópole. Este capítulo propõe o termo "contexto" para situar os precedentes históricos da formação das metrópoles na América Latina e da sociedade que as compõem, com uma análise diacrônica. Em seguida, investiga a formação atual das metrópoles com uma análise sincrônica, que foi profundamente afetada pelos precedentes da sua formação no panorama em que a população em situação de rua é percebida.

De acordo com Milton Santos (1994, p. 48), é essencial compreender os aspectos temporais envolvidos na pesquisa de qualquer fenômeno. O autor destaca o comportamento do espaço em diferentes períodos bem como sua transformação, resultante das escolhas históricas, denominadas aqui como precedentes. Ele também explora as relações entre subespaços que compõem um espaço nacional e como estes refletem as ações tomadas em períodos específicos. Como síntese de sua reflexão, o autor aponta que as cidades são o lugar onde tempo e espaço se fundem, sendo assim o contexto propício para o estudo do fenômeno em análise.

O contexto como cenário objetiva uma leitura ampla e reflexiva sobre dinâmicas mundiais, superado o fato de que as lógicas se estabelecem hoje em rede e são influenciadas por elas, como aborda Milton Santos (1996, p. 182-183). Ao estudar as dinâmicas das redes, o autor indica a necessidade de compreensão de três diferentes níveis de solidariedade: o primeiro a nível mundial, o segundo a nível do território dos Estados e o terceiro a nível local. As lógicas de rede tornam-se, assim, a estrutura para estabelecer o contexto ao qual o fenômeno se insere, pois aborda a totalidade atravessada pelas práticas cotidianas locais, como ele descreve: "Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 2005, p. 170).

¹³ O capítulo não pretende esgotar todos os acontecimentos históricos que envolvem esse contexto, apenas pretende-se apresentar ao leitor um panorama geral dos fatos.

Portanto, o capítulo foi dividido através da leitura da dinâmica das redes, identificando os três níveis em que ocorrem postas dentro da problemática do fenômeno da população em situação de rua. O primeiro nível abordado foi o nível global, em que são investigados os precedentes de formação das metrópoles no continente latino-americano. O segundo nível, o do território do Estado, ocupou-se da investigação da formação histórica do Brasil. Por fim, fez-se o estudo do nível local, que objetivou investigar a formação da cidade de Vitória. Ao final, buscou-se evidenciar as dinâmicas de poder que influenciam o fenômeno, uma vez que estas exercem sobre ele todos os movimentos que serão analisados dentro da pesquisa.

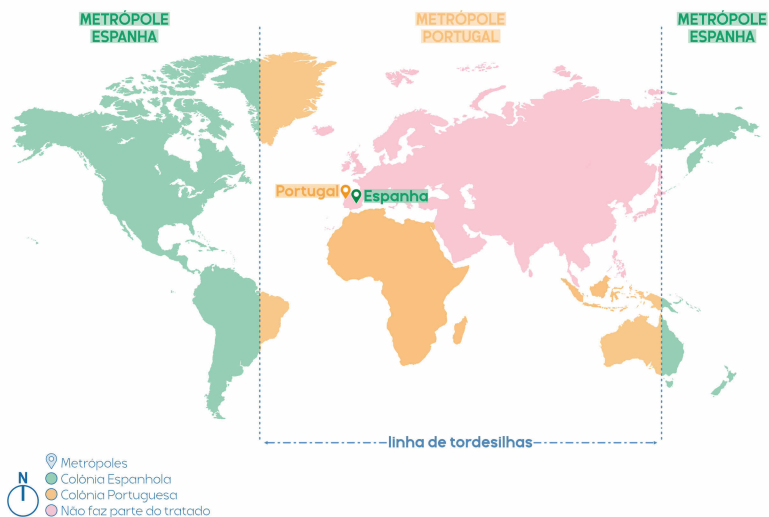
As Metrôpoles

As metrópoles são o palco das mobilizações da sociedade e são o lugar onde o fenômeno da população em situação de rua começa a ser investigado. O fenômeno se insere assim nesse contexto metropolitano, a partir de fatores históricos sociais – numa leitura generalista para inserção do fenômeno no nível global. As metrópoles começam a surgir durante o período da colonização (em uma perspectiva latino-americana), evoluíram em tamanho e conceito, mas mantêm características enraizadas dos seus antecedentes até hoje. O conceito de metrópole está intimamente ligado à ideia de influência, como articuladora entre lógicas que se estabelecem por meio dela. Santos (1994) aponta ainda:

As metrópoles criadas para comandar as grandes transformações mundiais trazidas pelo imperialismo exercem uma lógica internacional comandada (até certo ponto) pelas respectivas lógicas nacionais. [...] Nos países subdesenvolvidos, surgem como espaços derivados. Quanto mais os países se modernizam e crescem, mais as grandes cidades associam lógicas externas e lógicas internas subordinadas. Por isso são cidades críticas desde o seu nascimento, sobretudo porque se tornam cidades sem cidadãos. [...] As estruturas mentais forjadas permitem a abolição da idéia (e da realidade de espaço público e de homem público). Numa sociedade de homens privados, a lei da concorrência legitima a lei da *jungle*, e a cidade retrata tais egoísmos funcionais: em suas formas primárias e secundárias, em seus arranjos particulares e em sua arrumação global (p. 36-37, grifo do autor).

Advindo de um contexto histórico situado no período de colonização das Américas, o conceito de metrópole remetia à relação entre países europeus colonizadores

e cidades americanas colonizadas. O pacto colonial¹⁴ determinava que a colônia produzia e a metrópole intermediava entre o continente europeu os produtos extraídos de lá. Em um esquema simplificado de poder, a colonização já se utilizava de uma organização espacial global¹⁵ para articular riquezas retiradas de uma parte do mundo para outra. Essas relações de trocas de mercadorias já eram percebidas antes até da descoberta das colônias americanas, mas é justamente nesse contexto colonial em que se insere o contexto da pesquisa sobre a ideia de metrópole na perspectiva latino-americana.



Mapa O2: Divisão do Mapa do Mundo pelo Tratado de Tordesilhas.
[Elaborado pela autora, 2024.]

A relação entre colônia e metrópole (América → Europa) instituiu um comércio transatlântico entre continentes separados por milhares de quilômetros marítimos (Mapa O2). As embarcações tinham a função de atravessar os bens coletados em terras americanas para as terras europeias. O retorno ao passado colonial à primeira vista pode parecer desnecessário e até exagerado, mas é a dinâmica entre colônia e colonizador que está no cerne do conceito de metrópole existente hoje. As relações

¹⁴ A unidade de mando sediada em cada metrópole era utilizada para impor normas comerciais rígidas às colônias, uma regulação em circuito fechado, com os equilíbrios permanentemente recriados pela força de normas rígidas de comércio. Essas normas iam da criação de monopólios até o estabelecimento dos preços e quotas de importação e de exportação, mediante os conhecidos pactos coloniais. SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 26.

¹⁵ Aqui tratada como uma visão ocidentalizada de mundo a partir da perspectiva de dominação europeia.

foram se tornando mais complexas devido à especialização tecnológica desenvolvida e aos avanços comunicacionais estabelecidos em todo o globo terrestre. O que, de certa forma, teve início no passado colonial ainda persiste hoje, não explicitamente, mas implicitamente nas relações entre as dinâmicas de poder.

Com a constituição da América (latina), no mesmo momento e no mesmo movimento histórico, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje (QUIJANO, 2005, p. 74).

As lógicas das metrópoles latino-americanas também são impostas sobre a formação do Brasil. Nesse sentido, a noção de metrópole (Figura 04) começa a ser investigada nesse ambiente, dominado pela construção histórica ressignificada do termo.

O Brasil

A população em situação de rua começa a ser notada no contexto brasileiro justamente na transição da ressignificação do termo metrópole. No passado, como já abordado, as colônias Latino-Americanas – das quais o Brasil fazia parte – eram comandadas pelas metrópoles estabelecidas no continente europeu. Na divisão do Tratado de Tordesilhas¹⁶ (1494), a parte Leste do continente americano passou a ser propriedade da coroa Portuguesa. Para administrar as novas terras, Portugal subdividiu a parte que hoje compõe o Brasil em Capitânias Hereditárias¹⁷ (1534), estabelecendo, assim, a primeira divisão territorial brasileira. Cada uma dessas capitânias foi destinada a donatários¹⁸, que ficaram responsáveis pela fundação das vilas, pela colonização e administração.

Nesse período, a colônia brasileira foi consolidada através do sistema conhecido como colônia de exploração¹⁹, que passou a utilizar, nas capitânias, a mão de

¹⁶ Acordo firmado entre as coroas de Portugal e Espanha que dividiu o globo terrestre a partir de duas linhas imaginárias, destinando cada parte a uma coroa.

¹⁷ Sistema de divisão territorial introduzido pelo Reino de Portugal nas suas colônias com o objetivo de promover o povoamento e a exploração econômica das terras descobertas.

¹⁸ Responsáveis por receber doações de terras do rei de Portugal durante o período colonial brasileiro e administrá-las, colonizá-las, desenvolvê-las e protegê-las contra invasões de outras nações.

¹⁹ Essa forma de colonização é caracterizada pela extração dos bens e recursos naturais disponíveis na colônia em benefício da metrópole.

obra escrava. Essa mão de obra constituía o trabalho braçal desprezado pelos colonizadores europeus. Inicialmente, empregaram a mão de obra indígena – em 1570, através de embates dos Jesuítas, foi assinada a Lei sobre a Liberdade dos Gentios, que declarava os indígenas livres – e, a partir de 1568, com a oficialização do tráfico de escravizados, passaram a utilizar a mão de obra originária da África.

Em 1808, foi assinada uma convenção que transferiu a sede monárquica de Portugal para o Brasil. Ocorria, na Europa, a Revolução Francesa e, temerosa pela invasão de seu país pelas tropas de Napoleão Bonaparte, a Coroa Portuguesa realizou uma manobra estratégica mudando-se para a colônia brasileira. Nesse período, a capital da colônia teve sua sede transferida – da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro –, e a coroa estabeleceu, na até então colônia de exploração, sua morada real.

Nesse mesmo ano, o príncipe regente assina o Tratado de Abertura dos Portos às Nações Amigas, que contribuiu para melhoramentos na capital (cidade do Rio de Janeiro). A vinda e permanência da Corte Portuguesa ao Brasil foi decisiva para manter a unificação territorial brasileira. Em 1822, Dom Pedro I declara a independência do Brasil e passa a ser o primeiro imperador do país assinando, em 1824, a primeira constituição brasileira.

Ao passo que o Brasil começa a ter mais autonomia, dinâmicas de reorganização social acontecem paralelamente na escala das cidades. O principal momento desse contexto é quando os escravos recebem, através da Lei Áurea (1888), a liberdade. Enquanto libertos tinham novamente o direito sobre os seus corpos, mas enquanto cidadãos não eram nem considerados parte da sociedade brasileira. Um ano após a abolição da escravatura, o período Imperial brasileiro chegou ao fim, e o país tornou-se uma República. Esse momento foi significativo para as regiões urbanas brasileiras, que receberam um grande número de ex-escravizados. Como já apontado, esses indivíduos não foram adequadamente inseridos nos esquemas econômicos e sociais das cidades.

De mesmo modo, durante a transição entre os períodos, inúmeras leis e decretos relativos à pobreza e à inserção dessa nova população na sociedade visavam a sua segregação. Foram eles: o primeiro Código Criminal do Império do Brasil (1830), a Lei de Terras (1850), o Código Penal (1890) e a Lei de Contravenção Penal (1941).

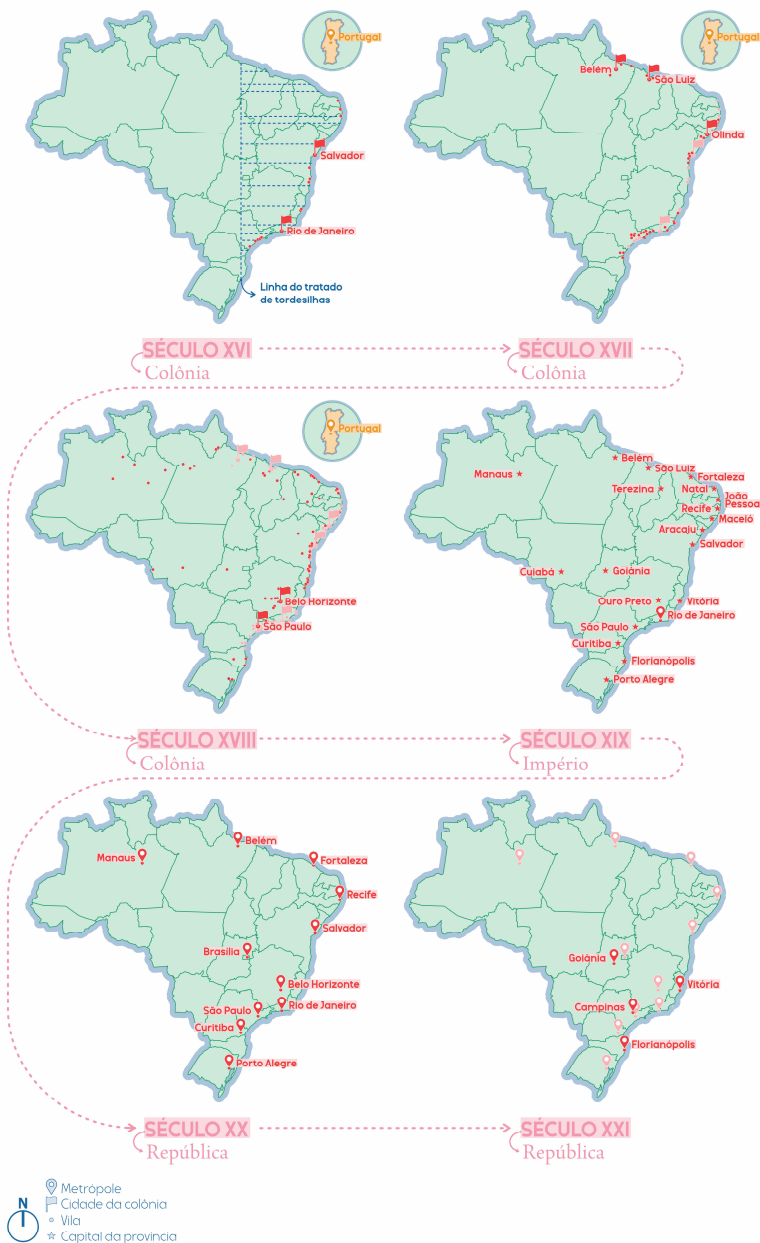


Figura 04: Ocupação territorial e evolução das cidades brasileiras, dos séculos XVI ao XXI
 [Elaborado pela autora, 2024.]

Lima (1996, p. 62-63), ao abordar a pobreza no Brasil, aponta que, nesse período, era vital a limpeza da imagem da cidade: “Era necessário construir um novo imaginário social marcado pela dicotomia entre mundo do trabalho, da ordem, e mundo da pobreza, da vadiagem e da desordem”. Assim, foram sucessivas as imposições sobre a nova classe social, que surgia como consequência do passado colonial. Nesse novo período de formação das cidades, essa classe não apenas era afastada e rejeitada como também considerada criminosa aos olhos da lei.

O primeiro Código Criminal do Império do Brasil (1830) impunha diferentes punições para escravizados e homens livres. Apontava a vadiagem e a mendicância como crimes passíveis de punição, e as penas variavam de trabalho forçado ao encarceramento – que durava de 8 dias a um mês.

Faz-se um primeiro parêntese com a inserção da Lei de Terras (1850), a qual introduz no país as lógicas de capital através da terra pela primeira vez. O parêntese é colocado nesse momento devido ao entendimento de que essa lei reforçou o domínio dos portugueses como proprietários (grandes latifundiários) do capital, e escravos e imigrantes como mão de obra barata para o trabalho. Durante todo o período colonial, as terras eram concedidas através de sesmarias²⁰, mas não estava atrelada a essa concessão a propriedade delas.

Foi no período Imperial que começaram a ser esboçadas as leis sobre a propriedade fundiária, que visavam à inserção das terras nas lógicas capitalistas presentes nesse período no contexto brasileiro. Ferreira aponta que: “[...] pode-se considerar que a Lei de Terras representa a implantação da propriedade privada do solo no Brasil. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela” (2005, p. 1). A lei tornou ilegal a ocupação de terras rurais por ex-escravos ou imigrantes, que seriam assim facilmente captados como mão de obra barata pelos latifundiários. A autora Maricato (apud Ferreira 2005) reforça que a lei estabelece, pela primeira vez, a distinção entre o solo público e o solo privado, regulamentando também o acesso à terra urbana. Consequentemente, na cidade e no campo, a estrutura institucional e política de acesso à terra foi implantada para não alterar a absoluta hegemonia das elites (FERREIRA, 2005, p. 4).

A Lei Eusébio de Queirós, do mesmo ano, proibia o tráfico de escravizados para o Brasil. A sequência de leis promulgadas aponta para as preocupações dos lati-

²⁰ Sesmarias foram extensões de terras concedidas pelo governo colonial português aos particulares com base na Lei das Sesmarias, destinadas à exploração agrícola e pecuária durante o período colonial brasileiro.

funditários portugueses, que viam na abolição da escravidão a potencial escassez de mão de obra nas lavouras.

No ano de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que decretou a abolição da escravidão, após intensas pressões feitas pela Inglaterra e por grupos abolicionistas. O Brasil foi o último país da América a declarar a abolição, no final do século XIX. Após a libertação, muitos ex-escravizados buscaram uma nova vida nas cidades. Um novo parêntese é feito a essa lei, posto que, com a libertação dos escravizados, uma massa de trabalhadores é inserida nos aglomerados urbanos. Além da escassez de postos de trabalho e do acesso digno à moradia, os ex-escravizados passaram a enfrentar dificuldades de inserção nas lógicas capitalistas que foram estabelecidas na sociedade brasileira. Esse êxodo rural levou as elites portuguesas a uma grande insatisfação, fazendo com que elas cobrassem do governo leis que impedissem esses novos fluxos e que afastassem a massa que chegara às cidades para outros lugares.

Portanto, em 1890, é criado um novo Código Penal, que passa a criminalizar a vadiagem e a capoeira. Interessante notar como essas contravenções aparecem juntas, reforçando que a elaboração desse código serviu como um instrumento do poder hegemônico do capital, demonstrando a intenção das autoridades em inibir práticas consideradas de ociosidade, para forçar as classes populares ao trabalho e impor: “valores políticos e sociais do novo regime e [...] às novas necessidades de controle social colocadas pelas transformações da sociedade” (ALVAREZ; SALLA e SOUZA, 2003, p. 5).

Apelidada de “Lei da Vadiagem”, no ano de 1941, integrando a Lei de Contravenção Penal, o estado reforça a criminalização da vadiagem e da mendicância, considerando esses comportamentos como antissociais e passíveis de punição. A lei reforçava na época a opressão às classes mais vulneráveis da sociedade brasileira, refletindo a perseguição aos mais pobres. Robaina (2015) aborda: “No caso brasileiro, a prática da mendicância deixou de ser um delito, somente a partir do ano de 2009, quando foi revogado o artigo 60 das Leis das Contravenções Penais” (p. 26).

A sequência de legislações brasileiras (Figura 05) que versam sobre a propriedade e as condutas sociais andam de mãos dadas com os períodos históricos mais marcantes do país. Ainda na recém-abandonada organização colonial e já estabelecida como um Império, as estruturas sociais brasileiras mantêm enraizadas as premissas que se originaram no país em 1500. A sociedade avançou no tempo, mas não superou o passado. Oito anos após a proclamação do império, o país passava a criminalizar os excluídos, os que não se encaixavam na “nova” estrutura do capital.

Período colonial

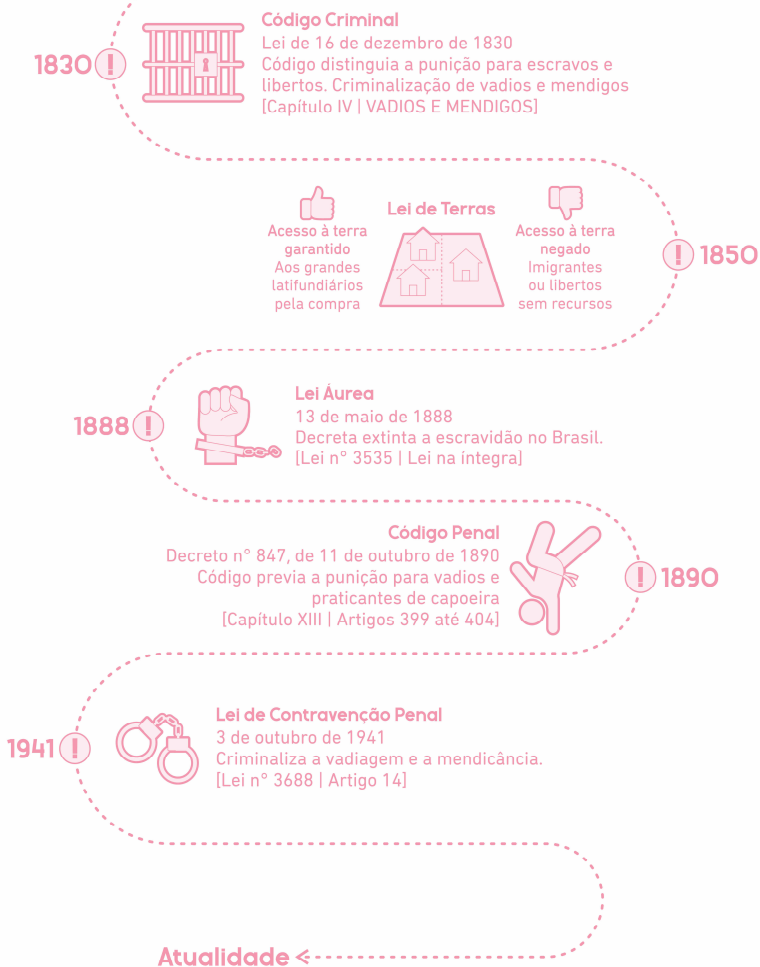


Figura 05: Linha do tempo sobre a criminalização da pobreza no Brasil. [Elaborado pela autora. 2024.]

O poder hegemônico foi transferido da propriedade de pessoas (escravidão) para a propriedade de terras (latifúndios) e, por fim, para a construção sobre o capital. O estudo demonstra que as classes marginalizadas sempre estiveram subordinadas, antes pela força e agora pelo capital.

E nesse contexto brasileiro, a população em situação de rua passa, assim, a ser percebida, não como sem história, mas como resultado de uma história de violência estrutural sobre classes subalternizadas. O estudo da história demonstra que a ação de opressão não surtiu efeito sobre essa população, como aborda Frangella (2004): “As leis de repressão à vadiagem e a errância foram se sucedendo, incapazes, porém, de eliminar essa forma de movimentação” (p. 41). É possível perceber que, pelo contrário, ela vem crescendo.

A população em situação de rua nas metrópoles atuais

O Brasil possui em seu território quinze metrópoles²¹, e todas as cidades brasileiras recebem influência de uma ou mais delas (Figura 09). São compostas por arranjos populacionais complexos que dinamizam e articulam as principais redes urbanas do país. Atualmente os pontos de maior densidade da PSR estão nesses grandes centros urbanos, que, por concentrarem um grande contingente de habitantes, tem proporcionalmente o fenômeno mais perceptível. Conforme aponta Natalino:

Além disso, o grau de centralidade e dinamismo econômico do município exerce um efeito de atração de populações mais pobres, que buscam sustento por meio de empregos precários (por ex. lavadores e guardadores de carros) [...] podem acabar em situação de rua (NATALINO, 2023, p. 14).

A cidade de São Paulo reúne a maior parte da PSR; quase 25% se encontra nessa metrópole, seguida pelo Rio de Janeiro, com 8%, e Belo Horizonte, com 5%. Essa concentração faz com que a região Sudeste tenha em seu território a maior densidade de pessoas em situação de rua no país, 37,40% do total. Apesar dessa alta ocorrência na região Sudeste, a metrópole de Vitória, investigada na presente pesquisa, é a que tem a menor quantidade de pessoas nessa situação das quinze metrópoles analisadas, segundo o painel do CECAD 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico)²². Mesmo não tendo uma amostra tão significativa, se comparada às demais metrópoles, o fenômeno está aumentando de forma expressiva na cidade. Em uma série histórica desde o início dos registros dessa população pelo CECAD em

²¹ IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regic/pdf/REGIC_2018.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

²² CECAD, 2024.

2016, houve um aumento de 154% da PSR na cidade. Desde o início deste estudo em 2022 até o ano de 2023, o aumento foi de 29%, o maior registrado.

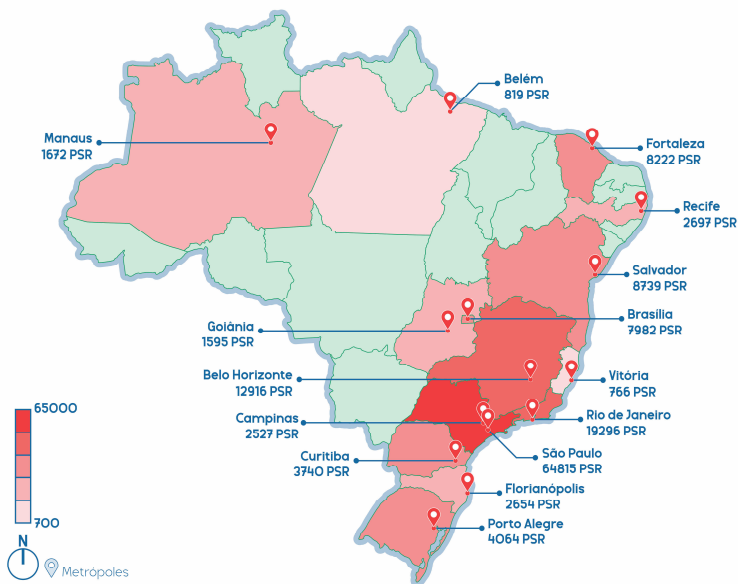


Figura 06: Concentração da população em situação de rua nas metrópoles brasileiras. [Fonte dos dados CECAD 2.0 dezembro de 2023. adaptado pela autora. 2024.]

A cidade de Vitória

Foi no ano de 2018 que a cidade de Vitória se estabeleceu como metrópole, passando a ser a primeira metrópole do estado do Espírito Santo. A cidade anteriormente já integrava a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), mas recebeu o título anos depois. O estudo da cidade de Vitória no contexto estabelece diálogo ao nível local. Os precedentes históricos apontam para a conformação da cidade e elucidam alguns pontos que se correlacionam às redes de solidariedade do contexto nesse nível.

A cidade de Vitória foi estabelecida já no período de colonização do Brasil, inicialmente como comarca e capital da capitania hereditária do Espírito Santo, e depois como atual capital do estado. No período colonial (séc. XVI), o donatário Vasco Coutinho recebeu a responsabilidade de colonizá-la e dividi-la em sesmarias. Inicialmente, uma vila de colonização foi fundada, porém o local ficou vulnerável a ataques de tribos nativas, que conheciam profundamente a região.

Passaram então a ocupar uma ilha montanhosa que ficava em local mais estratégico para a proteção do novo povoamento, que se estabelecerá como Vila Nova do Espírito Santo. A antiga vila abandonada passou a ser chamada de Vila Velha – nome que se perpetuou no lugar. Foi no ano de 1551, após uma grande vitória dos colonizadores sobre os povos indígenas que habitavam a região, que o nome da Vila mudou para Vila de Vitória, e marcou a fundação de cidade. Durante o período colonial, a Vila de Vitória se constituiu como entreposto comercial entre outras vilas vizinhas, que se dedicavam à cultura de alimentos, além de apresentar-se como principal núcleo urbano da capitania, com variada rede de serviços e ocupações burocráticas (DUTRA, 2016). Nesse período, o desembarque de cargas ocorria através do Cais do Imperador, um atracadouro simples feito em madeira (localizado na base da escadaria do Palácio Anchieta, no bairro do Centro). O desenvolvimento agrícola desse período foi feito através da mão de obra escrava “Segundo o censo de 1789, na freguesia de Vitória havia 2.327 livres e 4.898 escravos [...]” (DUTRA, 2016, p. 43).

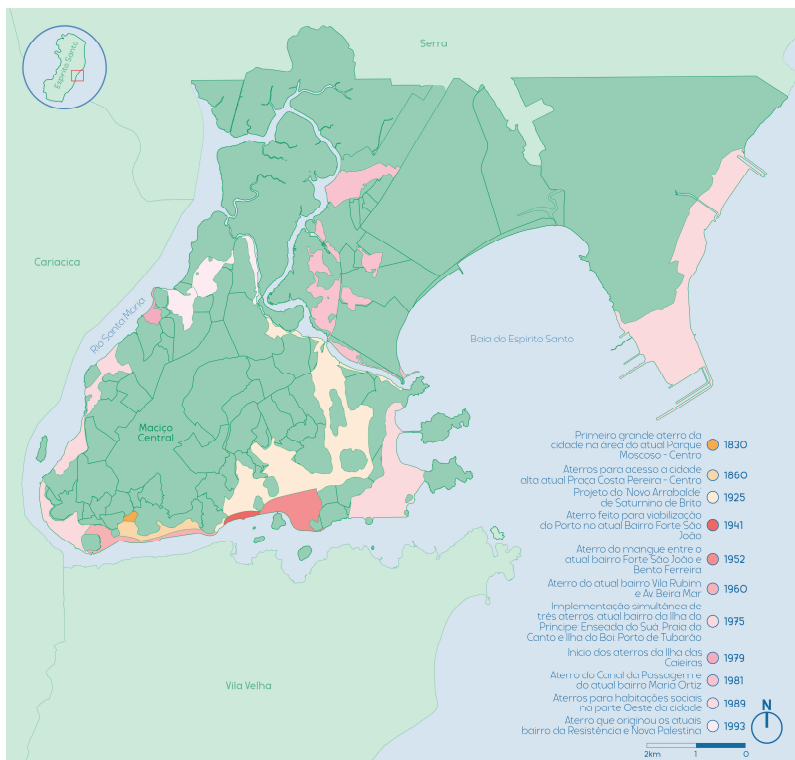
Foi por volta do ano de 1770 que o comércio de cabotagem²³ passou a alterar a economia da vila de Vitória e, ao final do século XVIII, o desenvolvimento da economia capixaba passou a se tornar política pública dos governantes. No início do século XIX, as preocupações passaram a ser a interligação entre a capitania do Espírito Santo e a capitania limítrofe de Minas Gerais. Essa capitania estava se reestruturando em torno da exploração do ouro.

No ano de 1823, ocorre a emancipação do município de Vitória, que insere a cidade em novas dinâmicas urbanas e sociais. No ano de 1888, com a Lei Áurea decretando a extinção do trabalho escravo, muitos ex-escravos – que, como supracitado, eram em grande número na capital – passam a habitar a cidade, enfrentando condições precárias de habitação, trabalho e educação.

Essa configuração urbana manteve-se ao longo dos séculos seguintes, até que, com o significativo crescimento populacional na segunda metade do século XIX, o então governador Muniz Freire, em 1896, promoveu um plano de expansão da cidade de Vitória, de autoria do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, denominado Plano Novo Arrabalde. O plano teve o intuito de desligar a relação da cidade com sua estrutura urbana colonial e apresentá-la como uma cidade moderna (CONDE e PINA, 2014, p. 5).

²³ Transporte de mercadorias entre portos de um mesmo país onde os navios carregam mercadorias ou passageiros ao longo da costa de um país, utilizando rotas costeiras e portos domésticos.

Em 1896 foi iniciado o projeto do novo porto da cidade, que coincidiu com um período de grande desenvolvimento urbano e econômico. O porto foi planejado para atender as demandas de exportação agrícola que vinham crescendo na região. A construção do porto foi concluída no ano de 1906, e, ao longo dos anos, passou por diversas reformas de modernização tecnológica, mantendo-o ativo até hoje.

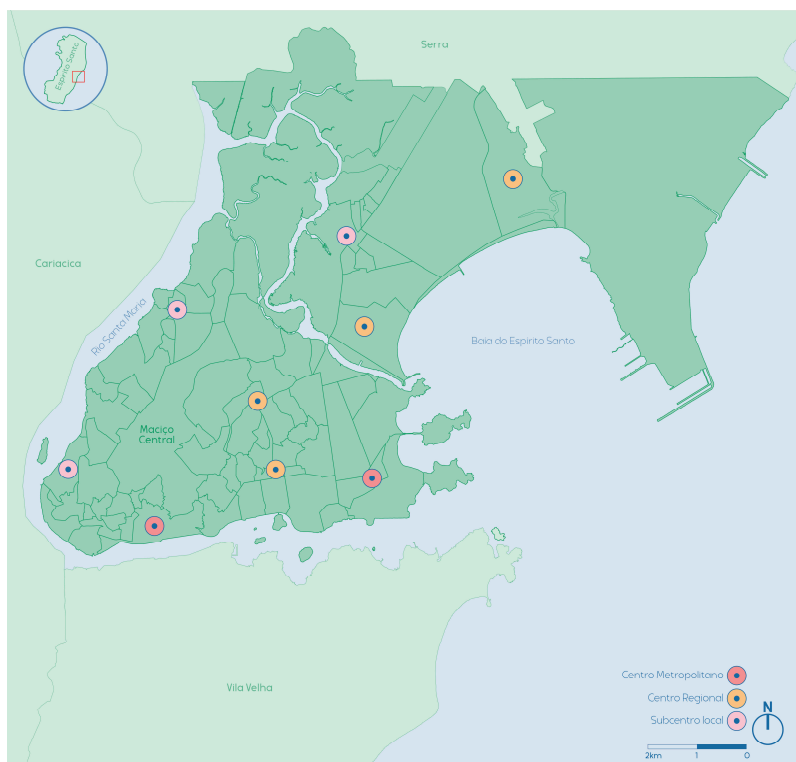


Mapa O3: Aterros da cidade de Vitória-ES [FARIA, Willis. 2003. Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000). EPSG 31984. Zona 24S. organizado pela autora. 2023.]

No final do século XIX e no início do século XX, chegou à cidade de Vitória uma grande ferrovia que trazia parte dos minérios explorados em Minas Gerais para serem exportados pelo novo porto construído na cidade. Todas essas mudanças foram importantes na alteração das dinâmicas na capital, assim contemporâneo ao projeto de implantação do porto de Tubarão²⁴ foi elaborado o projeto de expansão da porção continental da cidade (Mapa 03), que contribuiu para o desenvolvimento urba-

²⁴ O porto de Tubarão é um terminal graneleiro do Porto de Vitória e foi inaugurado em abril de 1966.

no da região. Através de grandes obras de aterramento e construção de novos bairros planejados, a cidade se estendeu e passou por profundas transformações em sua estrutura.



Mapa O4: Centralidades da cidade de Vitória-ES

[FARIA, Willis. 2003. Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000). EPSG 31984. Zona 24S. organizado pela autora. 2023.]

Até o final de 1970, o centro de Vitória concentrava a maior parte dos fluxos comerciais, institucionais e políticos da capital. Era ali também que residia a classe mais abastada dos munícipes. Com o advento do transporte individual e do estabelecimento de redes de mobilidade urbana, o cenário de centralidades foi se expandindo em consonância com novas ocupações habitacionais, conforme trata o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMGV (IJSN, 2018): “O Centro Histórico de Vitória perdeu população e atividades centrais, substituído por novas áreas de centralidade e pela emergência de subcentros regionais que atendessem aos setores periféricos [...]” (p. 90). É nesse momento que o bairro de Jardim da Penha passa a adquirir ca-

racterísticas de uma centralidade regional de grande relevância para a capital (Mapa 04).

O bairro de Jardim da Penha

O projeto, desenvolvido em 1952 pelo engenheiro Creso Euclides para esse novo território, foi inspirado nos mais modernos modelos urbanos que vinham sendo propostos e executados em cidades internacionais, como Paris, e nacionais, como Belo Horizonte (CURRY, 2001, p. 10). Seu objetivo era conferir características de modernidade, visando à higienização, contrapondo o traçado urbano dos núcleos históricos centrais.

Partindo dessa premissa, o tecido urbano do bairro Jardim da Penha, que se desenvolveria na região, consolidou-se por meio de uma malha ortogonal, seguindo paralelamente à orla da praia de Camburí. A malha foi atravessada por largas avenidas diagonais, as quais distribuiriam o trânsito do bairro em seus entrecruzamentos circulares, formando grandes praças rotatórias. Durante a fundação do novo bairro, diversas questões socioeconômicas foram enfrentadas, principalmente pelas invasões na divisa com o canal, formado pelo rio Santa Maria. A ocupação pioneira do lugar ocorreu por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que, nesse final de século, representou grande lastro econômico para o mercado agrícola espírito-santense. Em seguida, o bairro foi ocupado por 106 casas, em sua maioria por famílias operárias que enfrentaram diversos problemas infraestruturais urbanos.

Os primeiros tempos foram muito difíceis. O pão era comprado em Goiabeiras. Ônibus, só na Avenida Fernando Ferrari, em frente à Ufes. Iluminação pública, nem pensar. Os moradores costumavam sair de casa ao entardecer com lanternas para enxergar o caminho. (CURRY, 2001, p. 11)

Nesse mesmo período (1970-1975), houve a implementação de 1.136 edifícios de características semelhantes, uma edificação isolada com até quatro pavimentos sem áreas de lazer e recreação. A partir de demandas feitas pela Associação de Moradores do bairro, iniciaram-se obras de melhorias urbanas realizadas através do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA).

Foi no final dos anos de 1980 que o bairro se estabeleceu de forma autossuficiente, com o desenvolvimento comercial que dava conta das demandas da população local, começando a emergir ali uma centralidade regional. As décadas de 1980 e 1990 marcaram um crescimento acelerado do bairro, chegavam por ano mil novos habitantes, estabelecidos em mais de 10.400 unidades habitacionais (Figura 07).

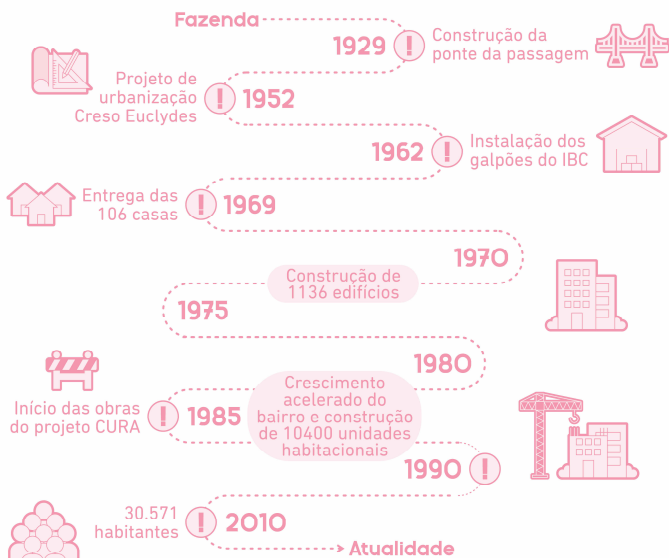


Figura 07: Linha do tempo do bairro Jardim da Penha. [Elaborado pela autora, 2024.]

Esse fato legou as quatro grandes praças, estabelecidas pelo traçado urbano, grande relevância ao bairro; elas passaram a abrigar as famílias residentes em seus momentos de lazer e descanso.

Nas quatro principais praças do bairro sempre tem gente. Nelas se realizam muitas atividades de lazer, cultura e esporte. Desfiles escolares, exposições, shows, concursos e vacinação de cães, de canto de canário e até manifestações religiosas. Há também o costume dos moradores se sentarem nas praças para ler o jornal. Outros levam os passarinhos nas gaiolas para tomar sol e cachorros para passear. Nas proximidades delas, sempre é possível ver a carrocinha do picolé Kiabai e vendedores de água de coco (CURRY, 2001, p. 29).

A importância desses núcleos recreativos alargou-se e atualmente configuraram-se como elementos atrativos para vários eventos de diferentes origens. Cada uma delas tem seus atrativos particulares, como bancas de revistas, quadras esportivas, e uma delas ainda tem parte de sua área ocupada pela Igreja Católica São Francisco de Assis, e se tornou também, por possuir uma cancha de bocha, um ponto de encontro dos aposentados.



Mapa 05: Bairro Jardim da Penha
 [PMV. GEOBASES. Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000). EPSG 31984. Zona 24S. organizado pela autora. 2023]

Atualmente o bairro concentra 30.571 habitantes (IBGE, 2010), e é o segundo mais populoso da cidade, ficando apenas atrás de Jardim Camburi. Além de sua expressiva demografia, o bairro (Mapa 05) destaca-se por sua natureza comunitária, repleta de espaços de encontro e convivência que fortalecem a sociabilização. Sua posição estratégica, situada entre o centro expandido da cidade e a região continental norte, acentua sua relevância e o torna um ponto estratégico nas dinâmicas urbanas.

Conclusão

O estudo dos três níveis de sociabilidade (Figura 08), a partir de uma perspectiva temporal, demonstra que o espaço é composto por diversas camadas, que são marcadas pelo tempo e que o modificam e passam a integrá-lo. Santos (1996), em seu estudo sobre as metrópoles, aponta que as cidades, principalmente as grandes cidades, são formadas pela presença indissociável do tempo e do espaço. A formação do contexto em que se insere a população em situação de rua demonstra as marcas do passado colonial imposto sobre toda a América-Latina: “A literatura que glorifica a potência inclui a velocidade como força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a ‘sua’ civilização para o resto do mundo” (1996, p. 220).

A exploração do lugar moldou as características da sociedade que se construiu nele e que também, reciprocamente, o moldou.

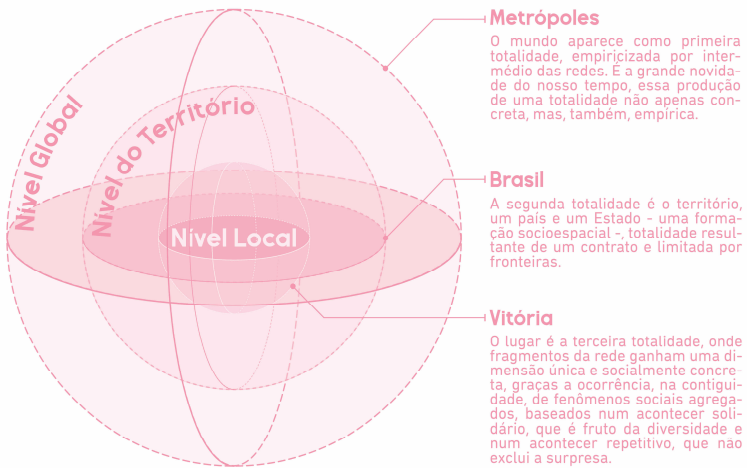


Figura 08: Níveis de solidariedade.
[SANTOS, 1996, p. 182, adaptado pela autora, 2024]

O estudo dos precedentes históricos da formação das metrópoles latino-americanas, tanto em conceito quanto em lógicas territoriais, foi utilizado como base para a construção do nível global, que se estabeleceu como um articulador das dinâmicas econômicas hegemônicas. Essas dinâmicas foram responsáveis por moldar a sociedade atual, que é derivada das lógicas do poder e do capital. Percebe-se que, além de uma construção de poder entre, em um primeiro momento, metrópole europeia e colônia americana, a evolução do conceito manteve as estruturas de poder, que advêm de um passado colonial. Inicialmente a dominação europeia ocorria pela imposição forçada, através da violência e do medo, e posteriormente passou a exercer o poder e dominação através da manutenção de classes e de concentração do capital.

Passando para o nível do território dos Estados, o estudo do Brasil demonstrou que as lógicas colonizadoras obtiveram grande êxito na subalternização de toda uma população. Talvez a mais clara das leituras esteja intrinsecamente relacionada às leis que compuseram a formação da sociedade brasileira durante o período colonial até o período atual. É notório que as leis foram instrumento de manutenção das estruturas de poder e permitiram que os portugueses (e brancos) se mantivessem desde a colonização até hoje como detentores do poder e do capital.

Como nível mais aproximado ao cotidiano e ao das relações sociais, o nível local aparece novamente atravessado (ou contaminado) pelos dois níveis anteriores, mantendo as lógicas de dominação e poder. É possível também analisar as consequências da formação urbana perpassada pelas lógicas hegemônicas e de criminalização das classes mais vulneráveis da sociedade.

O FENÔMENO.

O FENÔMENO

O presente capítulo propõe-se ao estudo analítico do fenômeno da população em situação de rua. A análise minuciosa de dados e informações previamente levantados por diversas áreas disciplinares sobre o fenômeno aponta para uma compreensão mais profunda tanto do contexto que antecede a pesquisa quanto das consequências que se seguem, resultando em uma abordagem propositiva e no preenchimento de lacunas relacionadas ao tema.

É essencial compreender o momento em que essa população deixa de ser combatida – ou a transição que ocorre sobre as leis que visam sua criminalização²⁵ –, até o momento em que se passa a entendê-la como vulnerável, ao menos perante a formação de leis e estatutos. O capítulo visa estabelecer a correlação temporal da investigação do fenômeno através das legislações, das pesquisas desenvolvidas sobre o tema no contexto brasileiro e, por fim, pretende investigar em uma análise das instituições que atuam junto a essa população na cidade de Vitória.

Os Instrumentos

Ao longo dos anos (Figura 09), no final do século passado, a legislação passou a incluir a população em situação de rua como vulnerável e carente de assistência. Robaina (2015) aponta que, além da legislação, o termo “população em situação de rua” reflete a mudança do entendimento de como o estado deve agir perante tal fenômeno. Esta seção apresenta, em ordem cronológica e sucinta, a criação e aprimoramento desses instrumentos, desde os primeiros movimentos assistenciais até as políticas públicas criadas para essa população. Para tanto, a denominação da seção “os instrumentos” busca refletir o conjunto de ferramentas legais e normativas estabelecidas ao longo do tempo.

Militantes mais antigos afirmam que, nos anos de 1960, já eram feitas ações relativas ao povo de rua e que, no final dos anos de 1970, a Pastoral do Povo da Rua, um braço socioassistencial da Igreja Católica, iniciou a implantação de casas de acolhimento para essa população, promovendo eventos sociais nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. Ela também foi responsável pelo apoio na articulação de movimentos populares de catadores de materiais recicláveis²⁶.

²⁵ Conforme seção “O Brasil” (p. 26).

²⁶ SANTANA, G. C. A. **Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR**. Brasília, 2019. Notas de aula do curso Promoção dos direitos da população em situação de rua.

Essas articulações resultam em ações de associação entre o Estado e instituições da sociedade civil (como as igrejas, as organizações não governamentais (ONGs), os movimentos sociais, etc.), formando uma rede assistencial. Esta fundamenta-se no respeito à diversidade da população em situação de rua brasileira, garantindo acesso aos seus direitos e à dignidade a vida.

Os instrumentos assistenciais a essa população são recentes; em comparação aos que visavam seu extermínio e criminalização, o primeiro é de menos de 50 anos atrás. Na década de 1980, iniciam-se, no Brasil, as lutas pela democratização dos direitos dos cidadãos, tendo como base os movimentos sociais que já articulavam demandas por justiça social.

Embora as instituições filantrópicas sempre acompanhassem os movimentos de vagantes nas cidades e o poder público agisse até então muito mais pelo aparato repressivo, a partir daquele momento as iniciativas para prover algum tipo de assistência transformaram-se da década de 1980 em diante efetivamente em políticas de atendimento – que englobam serviços provisionados pelo governo, assim como ações de entidades civis voluntárias e não governamentais – e em leis e estatutos. Ao mesmo tempo em que afirmaram a condição de excluídos sociais do segmento que habitava as ruas, tornaram mais viáveis as políticas de inserção (FRANGELLA, 2004, p. 48).

O marco inicial no qual as medidas assistencialistas e o olhar a população mais vulnerável passam a ser uma política pública é com a assinatura da Constituição Federal em 1988. A assistência social passa a integrar o tripé da seguridade social estabelecido pela Constituição formado também pela previdência social e o sistema único de saúde.

No ano de 1990, foi assinada a Lei Orgânica de Saúde²⁷, que caracteriza o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de sua implantação, o acesso à saúde passa a ser direito de todo o cidadão brasileiro de forma gratuita. Com essa lei, a PSR também ganha seus direitos de acesso à saúde, tendo uma garantia nos atendimentos básicos.

²⁷ BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 19 set. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

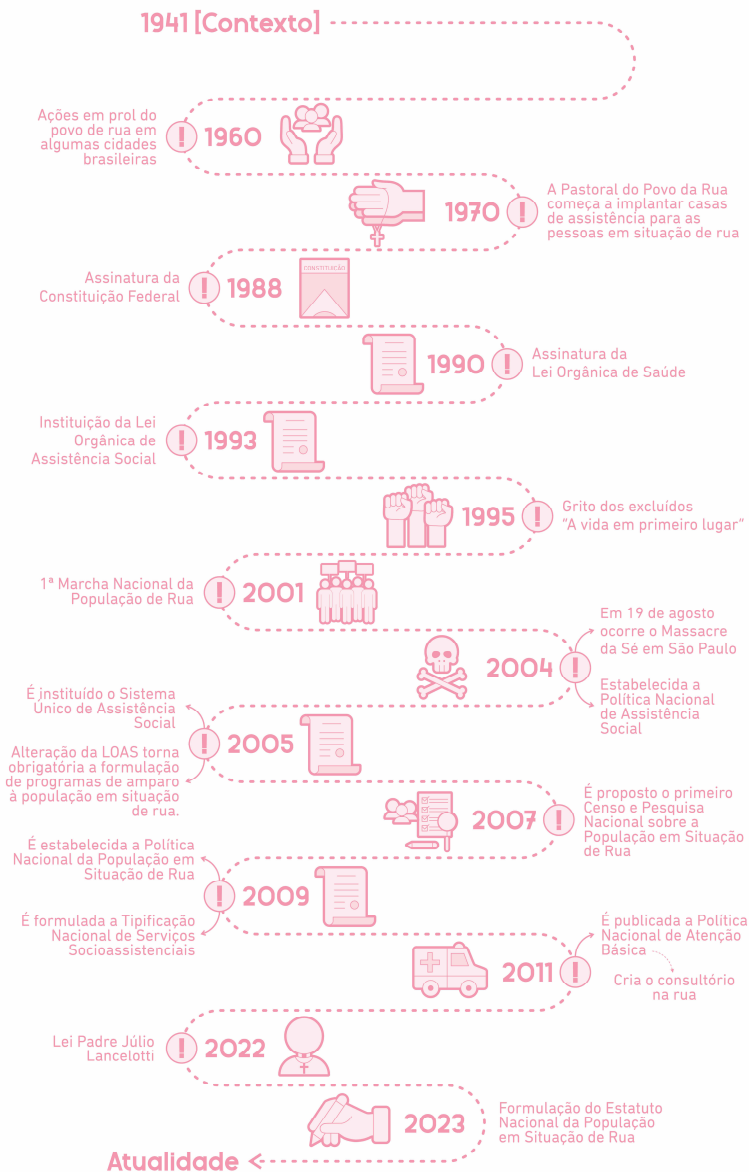


Figura O9: Linha do tempo dos instrumentos e acontecimentos sobre o fenômeno. [Elaborado pela autora. 2024.]

É com a instituição da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)²⁸, em 1993, que o acesso à assistência social passa a abordar a camada mais vulnerável da sociedade. Essa lei torna a assistência social um direito de todo o cidadão brasileiro.

Concomitante ao surgimento de instrumentos e políticas públicas de inclusão e ação sobre o fenômeno, ocorriam também manifestações e clamores da sociedade pela atenção do estado a essa população. Em 1995, um conjunto dessas manifestações organizadas em nível nacional, denominadas Grito dos Excluídos, sob o lema “A vida em primeiro lugar”, fez as multidões demandarem por inclusão social, apontando para as desigualdades na sociedade brasileira. O movimento ganhou força e continua ocorrendo anualmente em todo o país no dia 7 de setembro, coincidindo com o dia da Independência, para conclamar a população para a cidadania ativa.

Outra organização em forma de movimento popular, a 1.ª Marcha Nacional da População de Rua, ocorreu no dia 7 de junho de 2001, e tinha como objetivo a luta pelos seus direitos e a sua inclusão social. O massacre da Sé, ocorrido em 19 de agosto de 2004 na cidade de São Paulo, marcado por um ataque brutal que resultou na morte de sete pessoas em situação de rua, desencadeou uma série de revoltas que levaram ao estabelecimento do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, na mesma data do massacre. O estabelecimento dessa data foi resultado de mobilizações de diversos grupos, e simboliza a luta pelos direitos e garantia da cidadania da população em situação de rua.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS)²⁹ foi estabelecida no mesmo ano, 2004, como um documento normatizador das suas atividades, atuando na defesa e atenção dos interesses e necessidades dos sujeitos em situação de risco e/ou vulnerabilidade, além de garantias básicas à segurança da vida. A política integra as demais políticas sociais, garantindo os mínimos sociais e a universalização dos direitos. No ano de 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³⁰ foi criado com o

²⁸ BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 08 dez. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

²⁹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 28 out. 2004.

³⁰ Criado no ano de 2005 através de uma resolução do Conselho Nacional da Assistência Social e instituído como lei no ano de 2011 através da Lei nº 12.435. BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 07 jul. 2011. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/585432/publicacao/15759841>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

objetivo de implementar a política nacional de assistência social e descentralizar o sistema, seguindo os moldes do SUS.

Assim, o SUAS é formado por uma rede de equipamentos, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), abrigos, casas de acolhimento, entre outros. A rede tem como objetivo oferecer um conjunto de serviços socioassistenciais para os grupos mais vulneráveis da sociedade. Igualmente em 2005, a LOAS foi alterada pela Lei nº 11.258/05³¹, de 30 de dezembro de 2005, tornando obrigatória a formulação de programas de amparo à população em situação de rua.

Em 2007, na então gestão Lula, é proposto o primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua³²; é através do resultado desses dados que é formulada a Política Nacional da População em Situação de Rua 2009³³. Essa política define o grupo de pessoas em situação de rua como uma população, fornecendo parâmetros nacionais para a ação ao fenômeno:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A política visa o acesso simplificado e seguro às políticas públicas e a serviços e programas que as integram. Ela também caracteriza as condições com as quais a PSR utiliza os espaços públicos e o seu enquadramento social. A PNPR também estabelece a inclusão de um formulário específico para o cadastramento da PSR, oficialmente denominado Formulário Suplementar 2, nos cadastros do CadÚnico³⁴. O Formulário Poprua, como ficou conhecido, teve suas variáveis de preenchimento elaboradas a partir da PNPSR, e atualmente serve como um instrumento para aces-

³¹ BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 02 jan. 2006. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/572797/publicacao/15837479>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

³² Conforme seção “As pesquisas” (p. 41).

³³ BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 24 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

³⁴ Repositório do governo que contém informações sobre as famílias de baixa renda no Brasil.

sos a programas do governo e políticas públicas voltadas para a população em situação de rua.

Ainda no ano de 2009, é formulada a Tipificação Nacional de Serviços Socio-assistenciais³⁵. A tipificação desses serviços organizou um padrão mínimo para a sua oferta. Esses serviços foram categorizados por níveis de complexidade pelo SUAS em duas categorias: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Por meio dessa tipificação são organizadas as instituições e redes de assistência a PSR.

Em 2011, foi publicada a Política Nacional de Atenção Básica³⁶, que, entre outras atribuições, instituiu equipes de atenção básica para populações específicas, como as equipes do consultório na rua. O consultório na rua é um serviço de atenção primária à saúde oferecido para pessoas em situação de rua, no qual a equipe realiza suas atividades de forma itinerante, atendendo a população em seus pontos de permanência.

Aproximando-se da contemporaneidade, um marco importante à luta por dignificação e respeito à PSR foi conquistado. O nome da lei – Lei Padre Júlio Lancelotti³⁷ – homenageia homonimamente um dos principais atores na promoção dos direitos à população em situação de rua na cidade de São Paulo. O padre Júlio Lancelotti promove, desde o ano de 1986, trabalhos com a PSR, transformando-se numa voz ativa da causa. A Lei altera o Estatuto da Cidade³⁸, ao não permitir emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público:

XX - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces

³⁵ MDS (Brasil). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 25 nov. 2009.

³⁶ BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 21 out. 2011. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

³⁷ BRASIL. Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público - Lei Padre Júlio Lancelotti. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/36623133/publicacao/36636123>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

³⁸ BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 11 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

com os espaços de uso privado, vedado o emprego de **materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua**, idosos, jovens e outros segmentos da população (BRASIL, 2022, p. 1, grifo nosso).

É importante mencionar os termos apontados pela Lei em destaque, que descrevem as formas empregadas nos elementos presentes nos espaços públicos para afastar essa população (Fotografia 02). O jornalista britânico Ben Quinn, no ano de 2014, denuncia, em uma reportagem, o emprego do que ele chamou de “arquitetura hostil”.



Fotografia 02: Elementos de afastamento de pessoas em situação de rua identificados no campo de estudo. 1. Ações de limpeza urbana promovidas pela Prefeitura. 2. Cercamento de fachada comercial com marquise. 3. Cercamento das arquibancadas. 4. Estrutura perfurante sobre o muro de divisa. [Autora 2023]

Esse tipo de arquitetura objetiva o desconforto do usuário em determinado espaço, visando seu afastamento e inibindo sua permanência. O uso desses elementos reflete o que a filósofa Adela Cortina (2020) cunhou como aporofobia³⁹. Em sua

³⁹ Diz-se do ódio, da repugnância ou da hostilidade ante o pobre, o sem recursos, o desamparado. Acrescentei que aquele parêntese ilustrativo que sempre segue ao vocábulo poderia dizer: “(Do gr. *Á-poros*, pobre, e *fo-béo*, aversão)”. CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. p. 32.

tese, ela aponta que existe uma aversão ao pobre; por não terem nada a oferecer ou por parecerem não ter nada a oferecer, os menos favorecidos devem ser excluídos. É justamente através do emprego de elementos que tornam o espaço desconfortável para a permanência e a vivência que se imagina produzir um afastamento dos mais pobres.

Durante os dois últimos anos (2022 e 2023), vem sendo elaborada e estudada a criação de um Estatuto da População em Situação de Rua⁴⁰. Esse documento visa garantir a dignidade da PSR, além de tornar obrigatório ao estado o recenseamento dessa população. Ainda no ano de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) emitiu uma medida cautelar destacando o desenvolvimento de um plano de ação apontando, como um dos elementos desse plano, um diagnóstico do atual cenário da PSR no país. Essa medida cautelar resultou na elaboração de uma publicação expressa⁴¹ elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O documento aponta importantes avanços dos cadastramentos feitos através do CadÚnico, destacando pontos relevantes para estudos futuros.

Seguindo a linha do tempo dos instrumentos relativos à assistência social da população em situação de rua, houve uma grande alteração no paradigma do enfrentamento do fenômeno nas cidades. É possível compreender que, após o estabelecimento da Política Nacional da PSR, houve um significativo aprimoramento em relação à atuação e à criação de instrumentos específicos voltados para a instituição dos direitos desses cidadãos.

Desde a Constituição Federal de 1988, os marcos assistenciais vêm sendo reforçados e passam a compreender os sujeitos (PSR) como dotados de direitos e deveres perante o Estado e a sociedade, “de modo que a realização de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas necessidades não é mera liberalidade, nem obra de caridade.” (CNMP, 2015, p. 26). O Estado também reconhece que a intervenção sobre o fenômeno é um direito dessa população e que é necessário considerar suas vivências nos espaços públicos urbanos das cidades brasileiras. Da mesma forma, passa a

⁴⁰ BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 1.635, de 2022. Institui o Estatuto da População em Situação de Rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153627>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁴¹ NATALINO, Marco A. C. A População em Situação de Rua nos números do Cadastro Único. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Brasília, p. 1-53, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream-am/11058/12642/4/Publicacao_expressa_TD_2944_A_populacao_em_situacao_de_rua.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

compreender que as pessoas em situação de rua devem ter meios de subsistência nos espaços públicos urbanos.

Por fim, entende-se que a ação sobre a população em situação de rua ainda é fragmentada, principalmente pela falta de compreensão da complexidade do fenômeno em sua totalidade. Porém, existe um relevante avanço, resultado das mobilizações e lutas pelos direitos da PSR.

As pesquisas

A presente seção apresenta dois diferentes âmbitos do estudo da população em situação de rua: o primeiro, no âmbito acadêmico, e o segundo, no âmbito dos recenseamentos. As pesquisas acadêmicas visam uma aproximação teórico-empírica dos sujeitos, utilizando, na maioria das vezes, como fundamento a metodologia etnográfica. As pesquisas censitárias objetivam a contabilização e estudo do perfil socio-demográfico desses sujeitos nos espaços públicos urbanos. Ademais, é a conjunção dessas pesquisas que forma a base para que políticas públicas possam ser elaboradas na atuação sobre o fenômeno. Por meio delas é possível aproximar o olhar para essa população, dando subsídios para a compreensão das práticas cotidianas desses sujeitos.

Pesquisas acadêmicas

Considera-se relevante apresentar o quadro de autores e pesquisas acadêmicas relativas ao fenômeno. O quadro (Figura 10) foi construído a partir do sujeito comum investigado pelos autores e seus trabalhos e pela presente pesquisa. Adicionalmente, destacam-se outras relações pertinentes que permeiam as investigações, como o estudo dos espaços públicos, as relações cotidianas, as técnicas e táticas desenvolvidas pela vida nas ruas, dentre outras, e que, da mesma forma, colaboraram para essa pesquisa.

Lima (1998) dedicou-se ao estudo de um grupo de pessoas que se estabeleceram na praça Prefeito Osvaldo Guimarães, na cidade de Vitória. Como parte das suas investigações, o pesquisador optou por se inserir no cotidiano do grupo pesquisado. Como resultado dessa vivência, ele estabelece alguns parâmetros teóricos importantes para o estudo. Neste sentido, o autor passa a problematizar a moradia nas ruas das cidades brasileiras, traçando um panorama histórico do que ele denominou como “construção da pobreza no Brasil”. Como conclusão desse pensamento, ele aponta que essa formação seria uma consequência dos processos de produção do capital, endossando sua tese a partir de autores como Karl Marx, Lúcio Kowarick, Paul

Singer, dentre outros nomes importantes que teorizaram o capital, sua relação com a pobreza e seus reflexos sobre os espaços públicos urbanos.

A principal contribuição dos estudos de Lima é o entendimento da formação da população de rua, quando o autor traz à luz a formação da pobreza no Brasil. Através dessa construção histórica e teórica, pode-se estreitar a presente investigação. O autor descreve movimentos importantes elaborados por essa população na cidade de Vitória, que forneceram pistas investigativas para a determinação do objeto empírico.

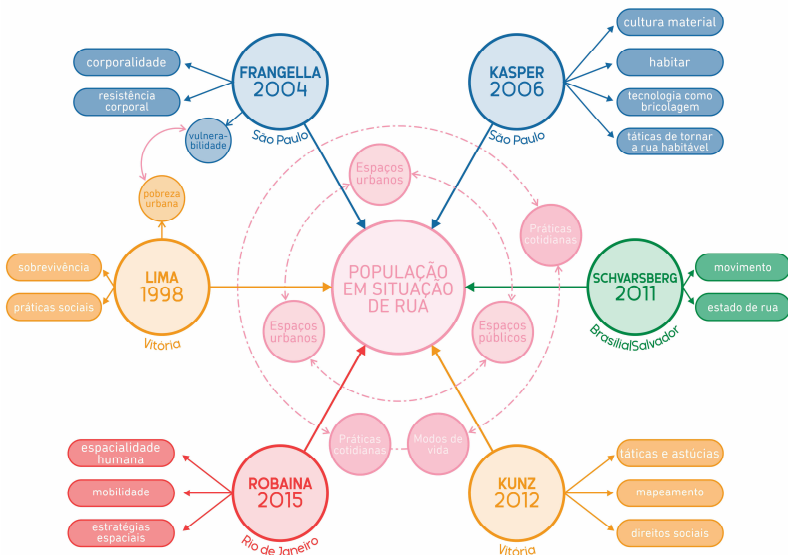


Figura 10: Quadro de autores e pesquisas acadêmicas. [Elaborado pela autora, 2024]

A pesquisa desenvolvida por Frangella (2004) buscou investigar a corporalidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Através da metodologia etnográfica, a autora se integrou em variados lugares da região central que faziam parte do cotidiano dos sujeitos investigados. Seu objetivo principal foi entender a relação do corpo com a cidade. Essa vivência demonstrou como esses corpos resistem às ordenações hegemônicas, principalmente por serem o último suporte material dessa população. Além das investigações etnográficas, a autora faz importantes reflexões teóricas acerca do fenômeno. Por fim, aponta as violências impostas aos corpos vulneráveis desses indivíduos.

A leitura atenta da tese da autora elucidou pontos importantes sobre a pesquisa etnográfica e a aproximação a esses sujeitos, que muitas vezes não revelam sua intimidade a estranhos. Ao compartilhar suas experiências de campo, principalmente suas estratégias de abordagem, aponta importantes caminhos sobre os estudos com essa população. Suscita sobre a resistência que esses corpos representam aos padrões dominantes e sobre as lógicas que utilizam para estar no limite do espaço público, mesmo elaborando neles práticas privadas. Também colabora com o entendimento do fenômeno, expondo um panorama histórico geral, conectando parte desses ocorridos com as ações do Estado.

Kasper (2006) aborda as práticas da população em situação de rua e desenvolve sua análise sobre as tecnologias desenvolvidas por esses sujeitos na construção do seu cotidiano. Ainda busca compreender como eles elaboram outros meios de habitar o espaço, contrapondo o arquétipo da “morada” tradicional. O interesse do pesquisador volta-se, então, para as práticas criadas pelos sujeitos na realidade da vida nos espaços urbanos de São Paulo. O autor constrói sua tese sobre uma abordagem teórica permeada pela pesquisa etnográfica, na qual ele participa das vivências de um grupo que se estabeleceu no que ele convencionou chamar de “ilha dos caixotes”. Ademais, desenvolveu um mapeamento da área central expandida da cidade de São Paulo, onde identificou seus territórios de concentração.

O autor, ao preocupar-se com as tecnologias desenvolvidas pela vida nas ruas, seja através de mecanismos de sobrevivência ou de meios de aquisição de recursos, aponta para indivíduos dotados de inventividade, que conseguem enxergar nos rejeitos do consumo essas possibilidades. É através desse outro olhar que Kasper contribui para o estudo do fenômeno, trazendo um outro sentido à presença desses sujeitos no espaço público das cidades.

Sob uma perspectiva original, Schvarsberg (2011) aborda o movimento como premissa teórica para analisar a cidade, tomando os desviantes como os sujeitos. O autor propõe olhar múltiplos objetos para entender como o movimento desviante desdobra-se sobre eles: o urbanismo, a cidade e as ruas. Ao tratar do urbanismo, enfoca sobre a articulação entre a teoria e a prática, experimentando cartografar as “práticas de espaço-tempo”, conceituando a ideia de cidade nômade e contrapondo com as ações totalizantes do campo urbano. Dentro da cidade, aponta para a observação dos diversos grupos que elaboram suas práticas no movimento; esse grupo ele denomina de sujeitos ambulantes, que percorrem as ruas de forma marginal – desviante. A rua resulta do movimento e torna-se ferramenta de investigação desses usos

cotidianos da cidade nômade. Assim, ele constrói um percurso teórico-prático através de cinco instrumentos: a lente – cidade nômade; a ferramenta – movimento como desvio; a noção – estado de rua; o espaço – a sarjeta; a prática/defesa – política da rua. Para a aplicação desse percurso, estabelece como objeto as ruas centrais das cidades de Brasília e Salvador, lugares em que apreende as narrativas cartográficas, que se infiltram no texto dissertativo, buscando aplicar na redação outra dimensão do movimento.

Ao ter essa premissa e permear o texto com as narrativas, o autor propõe uma outra forma de olhar a realidade das cidades. As contribuições situam-se sobre os conceitos elaborados pelo autor em suas vivências e narrativas. O estudo estabelece o enfoque sobre o movimento, na cidade e nas ruas. O trabalho apontou para a revisão das observações do campo, para os aspectos urbanísticos que permeiam as práticas cotidianas da PSR e como esta desvia das lógicas dominantes.

A pesquisa construída por Kunz (2012) é atravessada pela sua dupla vivência, como educadora social e como acadêmica do campo da psicologia. A autora constrói seu trabalho por essa dualidade, tendo em conta a sua anterior aproximação da PSR, visando entender a interseção das práticas formais e informais da vida nas ruas. Por meio da abordagem de "cocrinhas", em que a autora pratica a análise do campo entre os estados sentado e em pé, "em meio ao que se passa"⁴², ela mapeia a presença dos sujeitos em alguns pontos da cidade de Vitória. Ainda traz à tona as práticas cotidianas dos sujeitos em suas vivências na rua, em seus modos de praticar o dia a dia no espaço da cidade. Indica ainda para as violências praticadas sobre a PSR: pela própria população domiciliada, pelos comerciantes locais e pelo aparato repressivo do estado.

O mapeamento dos pontos estudados pela autora no território de Vitória, e especificamente na praça Regina Frigeri Furno, apoiaram as investigações sobre o campo de estudo da pesquisa. Além da aproximação ao objeto empírico, a pesquisadora ainda aponta para as contradições existentes na atuação do estado na cidade. As redes assistenciais visam esclarecer para a população seus direitos e deveres como parte da sociedade, porém a polícia – e em determinados casos a comunidade – age

⁴² ALVARES; PASSOS, 2009, apud KUNZ, Gilderlandia S. **Os modos de vida da população em situação de rua:** Narrativas e andanças nas ruas de Vitória/ES. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. p. 30.

com violência sobre os corpos e pertences. Essa percepção antagônica entre os agentes do estado foi algo percebido na presente pesquisa de forma semelhante.

Robaina (2015) investigou as vivências da população em situação de rua e as múltiplas relações que ela mantém com o espaço. O autor assinala sobre a pertinência do tema, colocando em pauta que, apesar das mudanças históricas e estruturais das cidades, o fenômeno se mantém perceptível e vem aumentando a cada ano. Como geógrafo de formação, o autor ocupa-se ao viés investigativo do seu campo, das dimensões espaciais da PSR na região central do Rio de Janeiro. O trabalho se estrutura sobre a espacialidade humana, a capacidade da PSR em dar sentidos habitacionais aos espaços públicos, estruturando esses sentidos nas diversas atividades realizadas diariamente. Constrói, a partir dessa premissa, que suas lógicas na ocupação do território surgem por meio de permanências, mobilidades e ritmos espaciais.

A principal contribuição do trabalho de Robaina encontra-se no estudo das práticas territoriais da PSR, além de trazer sistematizações dos pontos de permanências, mobilidades e dos ritmos espaciais dos sujeitos, através de referenciais teóricos. Ademais, contribui para a compreensão dos agrupamentos feitos por essa população e as escolhas de com quem se socializam nos espaços da rua. O apontamento das redes de socialização que os sujeitos estabelecem entre si, entre as redes de ganhos de alimentos e de dinheiro, também foi fundamental para o estudo do campo.

A revisão e correlação das pesquisas supracitadas forneceram as bases para a investigação, indicando os importantes caminhos que a pesquisa deveria seguir, e quais, da mesma forma, não seriam abordados. Ao longo dessas leituras, foi possível identificar termos semelhantes, conceitos-chave, recorrentes em todos os trabalhos. Segue uma explanação e relação elaborada a partir dos conceitos, lugares e práticas em comum.

O fenômeno da população em situação de rua (igualmente: moradores de rua, habitantes de rua, população em situação de rua) é um conceito-chave comum a todas as pesquisas. Cada um dos autores investiga essa população com diferentes enfoques, trazendo importantes contribuições para cada contexto. Também é perceptível os avanços relativos ao entendimento do fenômeno no decorrer dos anos. É importante ressaltar que esses avanços apenas foram possíveis graças aos estudos passados sobre a população em situação de rua. Não é incomum ver esses trabalhos seminais sendo citados em trabalhos mais recentes.

O estudo dos espaços públicos urbanos (analogamente: espaços públicos, espaços urbanos) aparece como conceito-chave nas pesquisas de Lima, Frangella e Schvarsberg. Apesar de serem mais evidentes nas investigações desses autores, ressalta-se que todas as pesquisas têm como objeto os espaços públicos urbanos, que ora aparecem como chave principal de investigação, ora aparecem como parte do contexto em que o fenômeno se insere. O que fica claro é que o fenômeno é mais perceptível nos espaços das metrópoles brasileiras, transpassando, consequentemente, todas as pesquisas. Os estudos ocupam-se por compreender como esses espaços são usados pela PSR e como, de forma invariável, o espaço público urbano se configura como um suporte para a vida cotidiana.

Como no conceito-chave anterior, as práticas cotidianas (similarmente: práticas cotidianas, modos de vida) também são investigadas em certa medida por todas as pesquisas presentes no quadro de autores. Porém, destacam-se os estudos de: Schvarsberg, Kunz e Robaina, que se ocupam em analisar e caracterizar as práticas desenvolvidas pelos sujeitos. Destaca-se também que a observação do cotidiano das populações é um dos procedimentos que fazem parte do método etnográfico, e a descrição do cotidiano faz parte das investigações.

A pobreza urbana (igualmente: vulnerabilidade) é um conceito-chave comparilhado pelos estudos de Lima e Frangella, principalmente na estruturação do contexto histórico da formação do fenômeno nas sociedades capitalistas. O aprofundamento proposto pelos estudos da pobreza urbana é mais evidente nessas pesquisas.

A pobreza torna-se um problema que não tem lugar na nova ordem social. A massa de analfabetos excluída do novo regime, de vagabundos que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal, acaba por tornar-se alvo dos nossos reformadores, imbuídos na luta para eliminar esta mancha na imagem de um país moderno e capitalista (LIMA, 1998, p. 63).

A menção às lógicas hegemônicas do capital como as principais forças de imposição para a ocorrência do fenômeno é perceptível em todas as pesquisas. Cabe ressaltar que os estudos demonstram que o motivo para esses grupos ocuparem os espaços públicos urbanos é heterogêneo, sendo sua base fundamentada nas forças estabelecidas pelo sistema capitalista.

O autores Kasper e Kunz buscam investigar o conceito-chave das táticas (correspondente: táticas de tornar a rua habitável, táticas, estratégias, astúcias, práticas) elaboradas pelas pessoas em situação de rua em suas práticas cotidianas. Robaina e Schvarsberg similarmente investigam esse conceito, mas destacam o movimento e a

espacialidade como estratégias mais usadas por esses sujeitos na manutenção de sua permanência nos espaços urbanos. Eles apontam que é principalmente pela capacidade de adaptação aos diversos tempos e espaços das cidades que essa permanência se torna viável.

Além das correlações estabelecidas pelos conceitos-chave extraídos dos estudos, é possível notar a atualização do fenômeno ante os estudos anteriores. Kunz (2012) atualiza os apontamentos levantados por Lima (1998) ao investigar o fenômeno na cidade de Vitória. Os estudos feitos pelo autor em 1998 são seminais para o campo que a autora irá investigar quatorze anos depois. Uma nova percepção e dimensão é dada à observação etnográfica, que ainda é complementada por novas legislações⁴³ que delinham as atuações da assistência social sobre a PSR na cidade de Vitória.

Por fim, o quadro de autores demonstra que as contribuições para a compreensão do fenômeno são permeadas também pelos campos investigativos, demonstrando os limites que existem nessas pesquisas. Entender as convergências dos conceitos-chave e suas correlações auxiliaram na construção de uma investigação teórica que, a todo momento, foi reforçada pela observação empírica.

Pesquisas de dados

A pesquisa de dados sobre a população em situação de rua é defasada e fragmentada. Há uma notória lacuna no recenseamento dessa população nas pesquisas nacionais. Os motivos para o não recenseamento geralmente fundamentam-se na ausência de uma metodologia que dê conta do levantamento de toda essa população. Atualmente a federação brasileira é formada por 5.570⁴⁴ municípios, e os dados censitários são recolhidos através de uma metodologia baseada na unidade domiciliar como referência. Sendo assim, essa população não domiciliada não está contemplada na recolha dos dados. Essa seção apresenta as pesquisas de dados, estatísticas e estratégias desenvolvidas pelas entidades governamentais na tentativa de compreender os dados demográficos dessa população.

Entre os anos de 2007 e 2008, foi realizado o primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que resultou na criação da Política Nacional da População em Situação de Rua (2009)⁴⁵. Atendendo às demandas dos movimentos sociais e entidades assistenciais, o recenseamento foi elaborado em

⁴³ Conforme seção “Os instrumentos” (p. 39).

⁴⁴ Cidades e Estados. Iniciativa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁴⁵ Conforme seção “Os instrumentos” (p. 42).

todos os municípios e capitais com mais de 300 mil habitantes, sendo os dados coletados em 71 municípios brasileiros. O Censo buscou conhecer melhor as características socioeconômicas e o perfil da PSR (Figura 11), com o objetivo final de formulação de políticas públicas dirigidas a eles (CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M., 2009, p. 17).

Como já mencionado, foi no ano de 2009 que o fenômeno da população em situação de rua passou a ser reconhecido através da PNPSR. No ano seguinte, foi lançado o Censo Demográfico brasileiro produzido pelo IBGE e, apesar dos diversos esforços feitos pelas organizações assistenciais, a PSR não fez parte dessa contagem oficial.

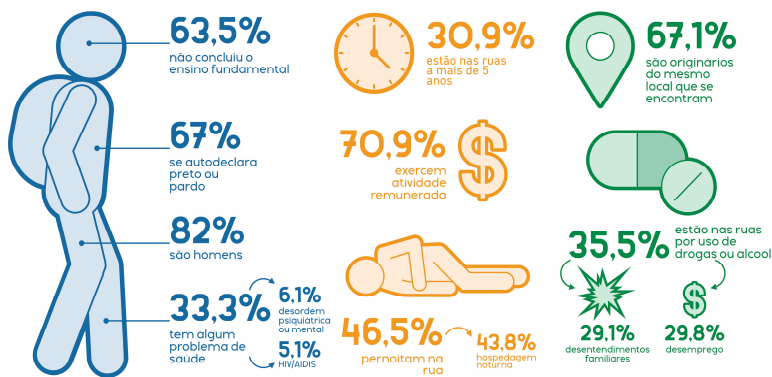


Figura 11: Perfil da população em situação de rua conforme o Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, 2008. [Dados extraídos do Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, 2008 adaptado pela autora, 2024]

A ausência de dados sobre essa população no âmbito nacional mostrou-se extremamente prejudicial para o enfrentamento do fenômeno, posto que o próprio Censo declara que seu principal objetivo é:

[...] contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, **produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo.** E também constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios [...] cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados (IBGE, 2022, grifo nosso).

Além da realização do Censo em 2009, o IPEA vem, a partir do ano de 2012, elaborando notas técnicas sobre a estimativa da população em situação de rua no território nacional.

O modelo teórico considera variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social e serviços voltados à população de rua, bem como o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal [...] (NATALINO, 2016, p. 5).

O instituto mobilizou dados de 1.914 municípios, produzindo, através dos dados levantados, uma estimativa da quantidade de pessoas em situação de rua no Brasil, fundamentada em diversas variáveis e determinantes especificados através do modelo metodológico aplicado. A estimativa hoje é a fonte de dados mais atualizada sobre a distribuição dessa população pelo Brasil, e mais utilizada para a produção de estudos sobre o tema.

Como é sobre a gestão municipal que recai parcela fundamental das políticas públicas voltadas para esta população, a estimativa aqui apresentada não substitui a necessidade de estimativas mais precisas para que cada município possa planejar suas ações. **Recomenda-se que a contagem da população de rua seja incorporada ao Censo Populacional de 2020** para suprir esta carência e que, até esta data, o governo federal incentive as gestões municipais a conhecerem melhor sua população em situação de rua (NATALINO, 2016, p. 25, grifo nosso).

Desse modo, o conhecimento do perfil e as características socioeconômicas dessa população estão em defasagem no território nacional há mais de quatorze anos. Isso demonstra as fragilidades da atuação do estado perante o fenômeno, gerando medidas desencontradas sobre essa população. Como mencionado, o entendimento mais aprofundado sobre esses sujeitos acaba ficando por conta dos estados e municípios: “Uma metanálise de levantamentos municipais poderia servir a muitos propósitos relevantes ao planejamento de políticas públicas. Mas nota-se que o emprego de metodologias diferentes pode limitar a comparabilidade dos dados” (NATALINO, 2023, p. 7).

Esforços feitos através do cadastramento pelo CadÚnico têm demonstrado uma relevante ferramenta para a atualização dos dados sobre essa população em âmbito nacional, conforme aponta Natalino (2023). Pesquisas apontam que as idas a campo para aplicação de formulários de identificação são desafiadoras, principalmente por não oferecerem benefícios palpáveis à PSR, como acesso a programas e auxílios. O autor ainda menciona que o levantamento de dados através desse instrumento resulta em análises mais completas, pois utiliza uma metodologia padronizada

em todo o país. Esse cadastro, como já apontado, insere a pessoa em uma rede socio-assistencial, dando o acesso a programas sociais, como de transferência de renda, e isso torna-se um incentivo para que os formulários sejam preenchidos e atualizados pelos cidadãos.

No que tange à produção de dados censitários sobre a PSR no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), em 2018, foi produzido um grande levantamento. A pesquisa desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) teve metodologia aplicada similar ao Censo Nacional (2009), com objetivos semelhantes na busca em compreender o perfil da população para a efetivação de políticas públicas mais eficazes:

[...] cujo objetivo central foi gerar informações e dados estatísticos para subsidiar a formulação de políticas públicas específicas para este segmento. Nesse sentido, buscou-se identificar as vulnerabilidades, as dificuldades e as potencialidades associadas aos sujeitos participantes deste estudo, além de identificar o perfil dos mesmos (IJSN, 2018, p. 11).

O estudo teve a participação de 385 entrevistados dentro da RMGV, e utilizou como instrumento de pesquisa o questionário semiestruturado, visando à coleta de dados qualitativos e quantitativos. Nota-se, assim, uma semelhança na metodologia utilizada pelo Censo Nacional de 2009, que também realizou entrevistas como instrumento de coleta de informações. Além desses aspectos, os questionários ainda são complementados por perguntas de avaliação sobre as políticas públicas vigentes e como a PSR percebe as deficiências nesses atendimentos.

Por fim, a pesquisa desenvolvida no ano de 2021 pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) da cidade de Vitória, como as demais pesquisas, objetivou a coleta de dados demográficos da PSR (Figura 12), visando ampliar as ações para as carências dessa população na cidade.

“A pesquisa buscou coletar elementos para o planejamento, gestão e ações dos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, qualificando as demandas e aprimorando o atendimento à população em situação de rua no município” (GEPAC; GEPAC, 2022, p. 5).

Essa pesquisa revelou que 82% da PSR do município recebem menos de R\$ 500,00 por mês. Esse dado acarretou na elaboração de uma lei, no ano de 2022, que garante às pessoas abaixo da linha da extrema pobreza o acesso ao programa “Vix +

cidadania⁴⁶, que dá R\$ 105,00 de auxílio alimentação para cada família. Essa ação reforça a necessidade do recenseamento da PSR para a implementação de políticas públicas eficazes no atendimento do fenômeno em nível nacional, estadual, metropolitano e municipal, permitindo diálogo para o aprimoramento das políticas existentes, bem como para sua adaptação e criação de novas políticas.

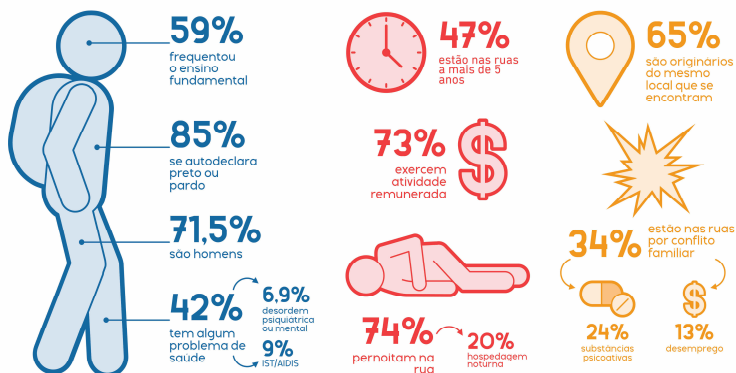


Figura 12: Perfil da população em situação de rua conforme o Pesquisa População em Situação de Rua em Vitória – ES 2022. [Dados extraídos da Pesquisa População em Situação de Rua em Vitória – ES 2022, adaptado pela autora, 2024.]

Ademais, essas pesquisas censitárias demonstram que, de um modo geral, existem questões estruturais⁴⁷ na formação das camadas mais pobres no Brasil. A invisibilização dessa parcela da população, principalmente pela ausência ou fragmentação dos dados, e os desencontros entre políticas assistenciais e de agentes de segurança pública, reforçam preconceitos preestabelecidos sobre esses indivíduos.

Tais ações geralmente são deflagradas por policiais militares e funcionários da limpeza urbana, que promovem operações de limpeza, surpreendendo os moradores no meio da noite, recolhendo seus pertences e expulsando-os dos espaços onde pernoitam, ou onde estão provisoriamente acomodados (KUNZ, 2012, p. 86).

Destaca-se ainda que as próprias entidades assistenciais procuram se desassociar das ações policiais promovidas pelo estado, que, muitas vezes, são de

⁴⁶ VITÓRIA (Município). **Lei nº 9.861, 20 de julho de 2022.** Institui no Município de Vitória o Programa "Vix + Cidadania" para famílias em situação de vulnerabilidade social - extrema pobreza e pobreza, e dá outras providências. Vitória, 2022. Disponível em: < <http://leismunicipa.is/purzy>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

⁴⁷ Conforme seção "O Brasil" (p. 21).

caráter higienista, racista e truculentas, estigmatizando sua vivência nos espaços públicos, aumentando a tensão entre a comunidade e a PSR.

As instituições

Após os estudos sobre os instrumentos, foi possível perceber a evolução da investigação do fenômeno, principalmente por meio da institucionalização do Sistema Único de Assistência Social. Diversos equipamentos foram estabelecidos para que as políticas públicas voltadas para a assistência social chegassem às parcelas mais vulneráveis. É no contexto da implantação desses equipamentos que as instituições de atuação sobre o fenômeno da PSR começam a surgir nas cidades brasileiras. Para tanto, a distribuição institucional dos equipamentos sociais visa “promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos” (SNAS, 2014, p. 31). Essa distribuição institucional forma uma rede socioassistencial de atendimento a essa população, alinhando-se à garantia dos direitos, formada por serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, adaptados às realidades locais (SNAS, 2011, p. 32-33).

Na esfera nacional, as instituições de atendimento socioassistencial para a PSR estão englobadas dentro da Proteção Social Especial (PSE), segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (SNAS, 2014). Esses serviços de atenção especializada são subdivididos em média complexidade e alta complexidade. Os serviços de média complexidade que fornecem atendimento socioassistencial à PSR são: o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua – ofertados nos Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e o Serviço Especializado em Abordagem Social – que fica localizado com sede nos CREAS. No que diz respeito aos serviços especializados de alta complexidade, eles são: o Serviço de Acolhimento Institucional – para indivíduos e famílias em situação de rua – e o Serviço de Acolhimento em República – para pessoas em processo de saída das ruas.

Na cidade de Vitória, as instituições seguem as normativas da tipificação, e, por se tratar de uma capital metropolitana, ela conta com a rede socioassistencial completa para o atendimento, cumprindo com todas as normativas nacionais. Segue assim a descrição dos serviços e instituições atuantes na cidade.

Média complexidade

O serviço de atenção especializada de média complexidade é formado por uma rede de serviços voltados para indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. Fornece apoio, orientação

e acompanhamento, respeitando a diversidade de cada família. Ademais, fornece acesso aos demais serviços socioassistenciais.

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) localiza-se no bairro Mario Cypreste, próximo ao Centro de Vitória. O serviço ofertado tem como objetivo:

[...] possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção de novos projetos de vida [...]; colaborar para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; e promover ações para a reinserção familiar e comunitária (POPULAÇÃO..., 2019, p. 1).

Outra instituição de média complexidade que atende a PSR é o CREAS. Na cidade há três sedes: o CREAS Centro fica localizado na região central da cidade, o CREAS Maruípe fica localizado no bairro Maruípe, e o CREAS Bento Ferreira, no bairro Bento Ferreira. Os serviços ofertados pelas instituições: “[...] visam a fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenindo o abrigamento e o asilamento” (CENTRO..., 2019, p. 1).

Serviço Especializado em Abordagem Social

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) é formado por uma equipe multidisciplinar que atende a PSR nos espaços públicos urbanos através de rotas de monitoramento. Essas rotas são divididas por territórios, para que assim eles possam ser atravessados pelas equipes. Estas trabalham em veículo móvel, no qual atuam a partir da busca ativa por sujeitos na cidade. Essa busca e atendimento móvel visa aproximar dessa população a rede socioassistencial, estabelecendo, em muitos casos, o primeiro contato das pessoas nessa situação com algum auxílio.

Nestes territórios o serviço se efetiva metodologicamente a partir da busca ativa com o monitoramento dos espaços públicos, atendimento a solicitações a partir do Fala Vitória 156, que também resultam em abordagens fundamentadas numa perspectiva pedagógica e socioassistencial, que demanda encaminhamentos objetivando a superação das situações que acarretam na situação de rua (GEPMC, 2021, p. 14).

Na cidade de Vitória, duas equipes sediadas nos CREAS Centro e Bento Ferreira atuam nesse serviço, fazendo o monitoramento diário dos espaços públicos urbanos da cidade. Realizando “abordagens sociais, orientações e encaminhamentos às pessoas em situação de rua para rede de serviços, conforme demanda apresentada e aceitação dos mesmos às intervenções propostas” (POPULAÇÃO..., 2019, p. 1).

A atuação das equipes nos territórios não é estática, e o fluxo das rotas varia de acordo com a incidência de pontos de aglomeração da PSR, demandas dos sujeitos e de solicitações feitas pela comunidade através do serviço “Fala Vitória 156”.

Os atendimentos e a organização das rotas seguem as prioridades dos encaminhamentos de solicitações feitas pela PSR – como retirada de documentos, pedidos de acolhimento institucional, acesso a programas de transferência de renda, etc. –, as solicitações feitas pela comunidade pelo 156 e, por fim, pela busca ativa de sujeitos nos espaços públicos. Concomitantemente ao serviço de abordagem, são realizadas ações associadas com o consultório na rua⁴⁸, onde são feitos atendimentos unificados entre esses dois serviços (Fotografia 03).



Fotografia 03: Ação conjunta do SEAS e do Consultório na rua na região do Canal do rio Santa Maria (próximo ao supermercado São José, Praia do Canto). [AÇÃO_2023]

Essas instituições fornecem o primeiro acesso à PSR a rede socioassistencial, e devem ser sempre os primeiros a serem acionados quando a situação de vul-

⁴⁸ Conforme seção “Os instrumentos” (p. 42).

nerabilidade é identificada, seja pela comunidade ou pelos próprios técnicos das instituições. Serviços que exigem maiores cuidados e uma rede mais complexa de atendimento especializado fazem parte dos serviços de alta complexidade, conforme será apresentado.

Alta complexidade

O serviço de atenção especializada de alta complexidade destina-se ao acolhimento institucional de pessoas em vulnerabilidade, dando atenção e fornecendo um espaço de respeito a esses sujeitos. Preconiza-se estarem inseridos de forma democrática no espaço urbano, garantindo a permanência, segurança e acesso à cidade e aos serviços públicos. Na cidade de Vitória, existem algumas instituições destinadas a esse serviço, e serão apresentadas na sequência.

O albergue para migrantes visa o acolhimento e assistência à população em situação de vulnerabilidade que é recém-chegada de outras localizações para Vitória. O albergue é um lugar para curta permanência, possui 40 vagas, e o prazo de acolhimento é de sete dias. Ainda fornece aos usuários a viabilização da compra de passagem para retorno a suas cidades de origem.

O abrigo emergencial – de adultos e famílias de Vitória, inaugurado no dia 13 de julho de 2021 durante a pandemia de coronavírus (COVID-19), destina-se a pessoas em situação de rua em vulnerabilidade social, promovendo acesso aos direitos socioassistenciais para a superação da situação de rua. Fornece acolhimento, alimentação, higienização e acompanhamento psicossocial para aproximadamente 40 pessoas. Funciona com um sistema de permanência de 24 horas; a pessoa passa o dia todo ali, sendo autorizadas saídas para visitar familiares e acesso a outros atendimentos.

A hospedagem noturna para adultos em situação de rua (Sociedade São Vicente de Paulo) garante local para pernoite dos hospedados, que devem chegar às 17 horas no local e devem deixá-lo às 7 horas da manhã. A instituição fornece alimentação, local para higienização pessoal e atendimento psicossocial para pessoas em situação de rua em vulnerabilidade, e conta com 40 vagas.

A casa lar para pessoas com transtorno mental em situação de rua oferece proteção integral, como alimentação, local para higienização, acompanhamento psicossocial e atividades socioeducativas. A instituição fica localizada no bairro Jardim Camburi, e acolhe 15 pessoas.

O acesso aos serviços de alta complexidade segue um fluxo específico (Figura 13), sempre com o atendimento inicial ocorrendo pelos serviços de média complexidade, seguindo a disponibilidade de vagas existentes nas instituições. Os encaminhamentos são feitos pelas equipes através de extensos estudos de caso, que analisam a situação de cada indivíduo. A demanda por acolhimento é sempre mais intensa nos períodos chuvosos e de baixas temperaturas. Durante esses períodos, sempre são organizadas ações conjuntas entre os serviços, na tentativa de atender o maior número de pessoas possível.

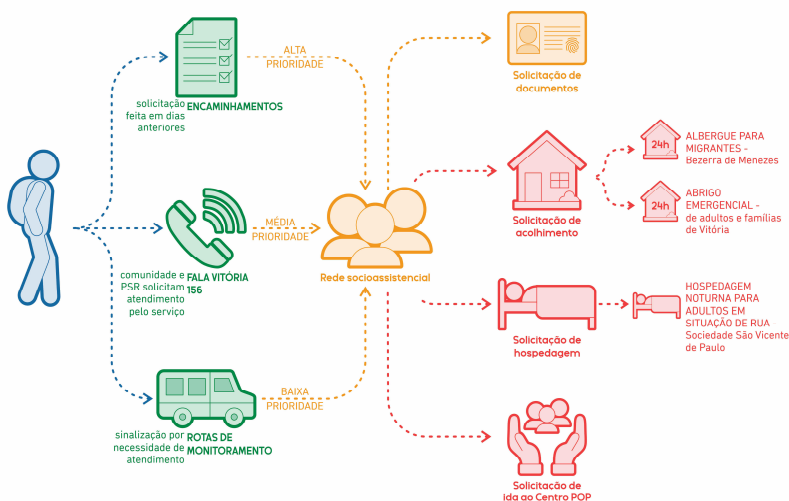
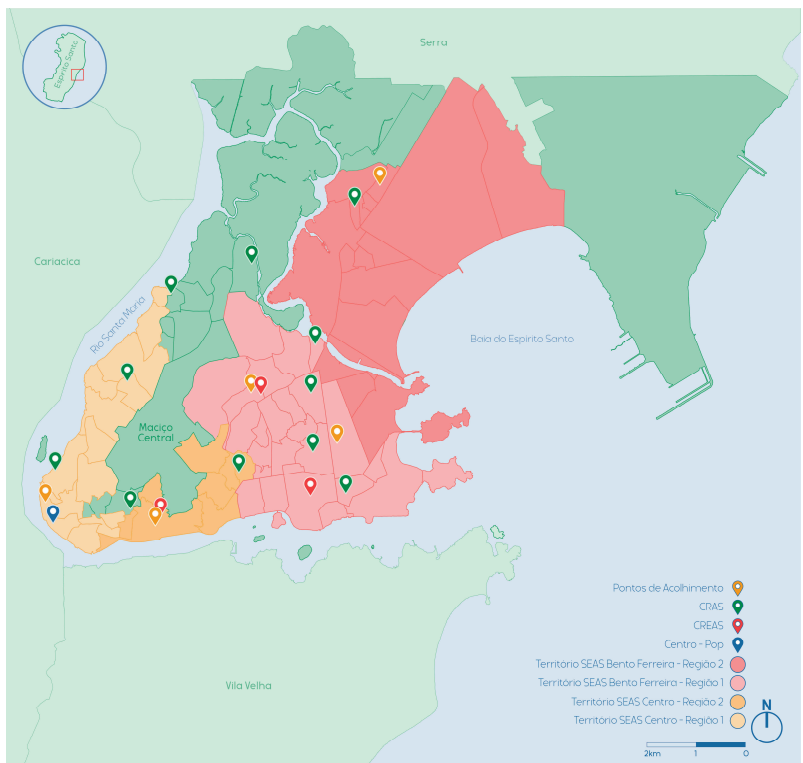


Figura 13: Fluxo de atendimento da rede socioassistencial da cidade de Vitória. [Elaborado pela autora. 2024.]

Por fim, o mapeamento dessa rede na cidade de Vitória (Mapa 06), que foi feita por meio da geolocalização das instituições, aponta para algumas observações importantes e que valem ser mencionadas. Existe uma notória concentração dessas instituições no território insular da cidade, apesar deste ser menor em dimensão territorial. Isso pode ocorrer por duas diferentes vias de explicação: a primeira, a formação histórica da cidade⁴⁹, que se iniciou na ilha e se expandiu em direção ao porto de Tubarão. Outra possível explicação fundamenta-se na inicial concentração desses sujeitos nos espaços mais curvos da cidade, conforme Montaner e Muxí: “Devido a sua morfologia compacta, seus espaços intermediários e suas curvas, a cidade histórica favorece mais a existência de recantos para a vida nômade dos sem-teto

⁴⁹ Conforme seção “A cidade de Vitória” (p. 28).

que as cidades de traçado moderno” (MUXI; MONTANER, 2014, p. 192-193). Essa distância espacial aos lugares de referência torna-se, a longo prazo, um empecilho para a assiduidade da PSR, que se desloca pela cidade, na maioria dos casos, a pé.



Mapa O6: Mapeamento da rede socioassistencial na cidade de Vitória-ES [PMV. Plano Político Pedagógico do SEAS 2013. Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000). EPSG 31984. Zona 24S. organizado pela autora. 2023.]

Projeto Moradias Alternativas

Apesar de não ser parte da análise sobre o fenômeno, cabe mencionar o projeto habitacional desenvolvido pela prefeitura de Vitória. O projeto busca oferecer para a PSR duas formas de acesso à habitação. A primeira por meio do aluguel social, através do qual a administração pública subsidia um valor de R\$ 724,00 reais para a pessoa alugar um imóvel. A segunda, por meio da carta de crédito, em que o beneficiário recebe um valor de até R\$ 39.000 reais para a aquisição de um imóvel próprio. “Os moradores que serão beneficiados com o Moradias Alternativas devem possuir

mais de um ano nos abrigos da capital e passar por uma triagem envolvendo todas as secretarias [...]” (PROJETO..., 2021, p. 1).



Fotografia 04: Abrigo de uma pessoa em situação de rua que posteriormente foi contemplada com o projeto de Moradias Alternativas. [Autora 2023]

Existem muitas aspas a serem colocadas sobre esses projetos. A primeira, relativa ao valor do metro quadrado inflacionado na cidade, atualmente (2024), está em média R\$ 10.238 reais⁵⁰, atrás apenas de São Paulo. Outro ponto é o afastamento das suas redes de sociabilidade, que ficam próximas dos lugares em que eles permanecem nas ruas. Apesar desses pontos, durante a pesquisa de campo, uma pessoa (Fotografia 04) conseguiu acesso a esse benefício e, para ela, a habitação mudou sua história.

Conclusão

Considera-se importante o estudo da evolução do entendimento do fenômeno através das pesquisas acadêmicas, principalmente pelas suas contribuições teóricas acerca dele. Esses encadeamentos de pensamentos acadêmicos unem em comum a importância da aproximação teórica à realidade observada. Os dados de recenseamento dessa população dão bases para a atualização e criação de novas políticas voltadas para a atuação sobre o fenômeno, além de refletir a verdadeira face socioeconômica do país, que vem frequentemente ignorando as estatísticas acerca dessa população. É por meio dessas informações que os subsídios podem ser articulados, ações repressivas podem ser extinguidas e a sociedade pode finalmente entender as raízes de sua formação.

⁵⁰ BARROS, Gabriel. Imóveis em Vitória e Vila Velha estão entre os mais caros do país. **Folha Vitória**, Vitória, 06 out. 2022. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/economia/noticia/10/2022/preco-imoveis-mais-caros-vitoria-vila-velha>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Os instrumentos também demonstram o progresso acerca do fenômeno. Apesar das conquistas desses direitos básicos da PSR só ocorrerem a partir de exaustivas “quebras de braço” com o poder público, esse grupo tem ganhado voz. Através desses instrumentos, é possível que novas lutas possam ser colocadas e novas conquistas possam ser alcançadas.

Por fim, a rede socioassistencial, que atende a PSR por meio das instituições, na cidade de Vitória ainda se equilibra entre a repressão e a assistência. Há várias disputas em andamento na cidade, incluindo as frequentes ações de limpeza urbana, que resultam na remoção e destruição dos escassos pertences dessa população. As tensões aumentam devido aos conflitos pelo direito ao espaço urbano entre esses indivíduos e as comunidades locais, que se sentem incomodadas com sua presença. Em resumo, a interseção entre pesquisas acadêmicas, instrumentos como políticas públicas sensíveis às vulnerabilidades dessa população e a busca por uma rede socioassistencial mais equitativa emerge como um caminho essencial para compreender e transformar a realidade da população em situação de rua.

O COTIDIANO.

O COTIDIANO

Tendo a construção do contexto e a investigação do fenômeno elaboradas, segue-se para o entendimento do cotidiano. A compreensão do cotidiano é sinalizada por Santos (1994) como um recorte necessário do espaço total, ou seja, uma aproximação conceitual-teórica para a compreensão do fenômeno. Conforme o autor: “O cotidiano tem que entrar como uma categoria de análise, mas temos que ter a precaução de saber que dentro de uma área as pessoas não têm a percepção do tempo e do espaço, objetivamente, de igual para igual” (SANTOS, 1994, p. 92). Portanto, entende-se que ele é formado pelas dimensões do espaço, do tempo e dos homens, e que é o homem que dá sentido ao conceito (Figura 14).

Cada uma dessas dimensões será organizada, e investigada, a partir dos pressupostos observados por Santos (1996). A primeira dimensão é o espaço que, conforme argumenta o autor, é formado pela indissociabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações. Esses sistemas interagem: “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1996, p. 39).

Através da organização e articulação desses sistemas, surge o campo estudado, que, conforme o argumento, também condiciona a própria estrutura desses sistemas, justamente por ser observado a partir de um fenômeno urbano específico, a população em situação de rua. A outra dimensão é o tempo, formado pelo conjunto de temporalidades que coexistem no lugar. Ao estudar o tempo, Santos (1994) propõe que essas temporalidades que o formam podem ser compreendidas através das sucessões e das coexistências, relativas, respectivamente, nesse estudo, à construção histórica e sincrônica da praça e de seu entorno.

Por fim, o capítulo tratará dos sujeitos que compõem o estudo do fenômeno, a população em situação de rua. Sabendo que suas vivências, imersas em violações e marcadas pela escassez, acontecem em um outro tempo das cidades. Desprovidos da velocidade da modernidade, que depende exclusivamente do acesso ao capital, esses sujeitos são lentos por seu turno. Ainda seguindo pela trilha de Santos (1996), são esses homens que, por sua contrarracionalidade⁵¹, vivem nas cidades, excluídos da

⁵¹ Essas contrarracionalidades [sic] se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos “modernas” e, do ponto de vista social, nas minorias. As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 1996, p. 210).

vertigem imposta pela técnica, e acabam por descobri-la de uma nova forma: "Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos "lentos" [...]" (p. 220). Esse elogio à lentidão não se resume a uma romantização da pobreza, mas entende que é através da realidade e da percepção do real que se manifestam as transformações da cidade.

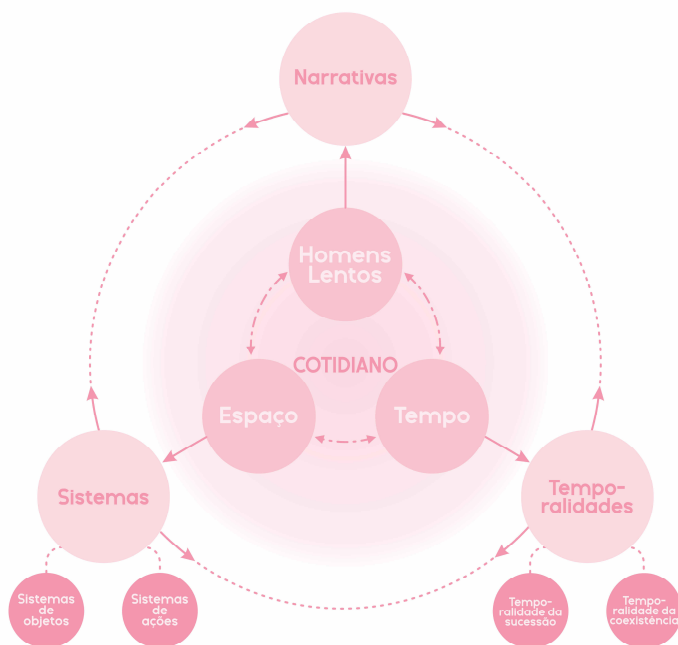


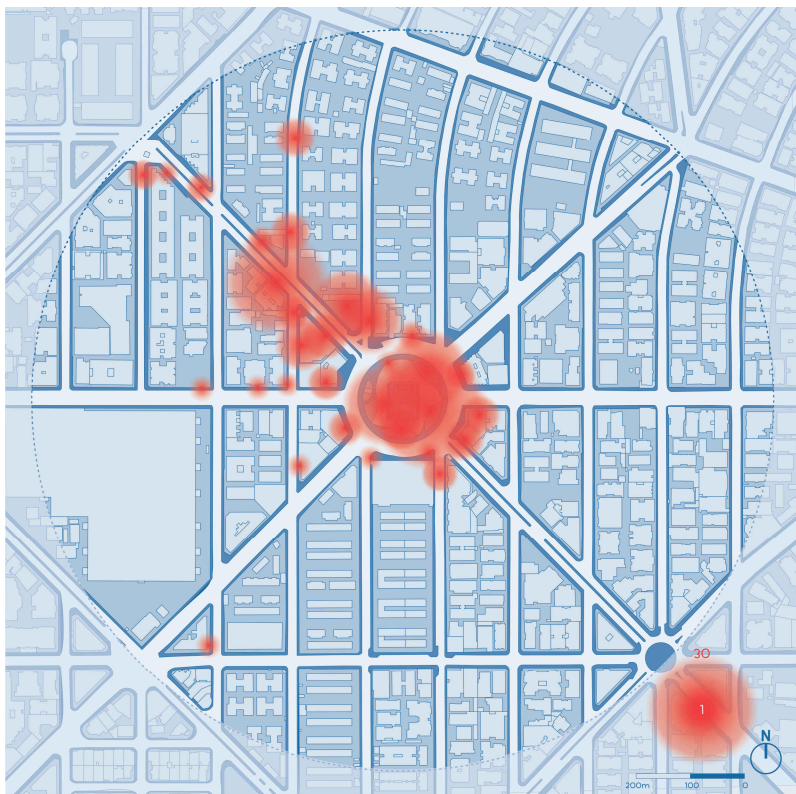
Figura 14: Os agentes que integram o cotidiano.
[Elaborado pela autora. 2024]

A investigação do cotidiano

Em vias de encadeamento de ideias importantes para o campo científico, a investigação do cotidiano e dos conceitos que o compõem, utilizou-se da metodologia etnográfica e das ferramentas de observação. Muito foi possível ao ter esse método como balizador da investigação. Como já abordado⁵², o método permitiu a aproximação da realidade material do fenômeno.

⁵² Conforme capítulo "A construção" (p. 8).

O que é apresentado nesse capítulo surge como resultado analítico do método, complementando-o com elementos teóricos abordados por Milton Santos em seus diversos estudos. Destacam-se as premissas conceituais, pois elas organizam e dão dimensão à investigação, como o próprio autor menciona em seus estudos (1994), ao tratar da epistemologia e sua relação com a teoria e o real: “você constrói a teoria e ela própria lhe permite extrair uma epistemologia, isto é, o acesso ao real. E esta teoria também já veio do real por outro caminho, que é histórico, que é este mundo novo que está se fazendo” (SANTOS, 1994, p. 87).



Mapa O7: Recorte de estudo e fichas de observação.
[PMV. GEOBASES Sistema de Referência Geocêntrico para as Americas (SIRGAS. 2000). EPSG 31984 Zona 24S organizado pela autora. 2024]

Isso posto, foram feitas, ao longo do segundo semestre de 2022 e do primeiro semestre de 2023, diversas observações sobre o recorte de estudo, Praça Regina Frigeri Furno e seu entorno. Essas observações foram registradas em 212 fichas de

observação e, após um primeiro processo de delimitação, 174⁵³ (Mapa 07) delas foram analisadas. Foi por meio do registro delas que surgiram os resultados expostos nas duas primeiras organizações conceituais deste capítulo. A última parte é resultado de entrevistas feitas com a população em situação de rua, e complementadas pelas fichas, que permitiram entender pontos essenciais das falas feitas pelos indivíduos.

O espaço

O espaço aparece em vários lugares e é abordado por diferentes campos. Além de ser um conceito recorrentemente tratado de forma abstrata, atrelado à necessidade de uma perspectiva específica (SCHVARBERG, 2011, p. 8). Quando se trata do estudo dos espaços públicos urbanos, essa noção é vista como um termo guarda-chuva, capturando diversos outros espaços da cidade, como praças, parques, calçadas e ruas⁵⁴. Dentro dele estão contidas as diferentes formas de materialização, na macro ou na micro escala.

Para a presente análise, utilizar-se-á a noção de espaço elaborada por Milton Santos (1996). Santos estuda, ao longo de toda a sua carreira, as noções de espaço, aprofundando o debate sobre o tema durante o desenvolvimento de sua tese no ano de 1950. Ao longo de sua obra, o autor chega à máxima “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (1996, p. 39). Essencialmente para o autor, o espaço é composto por materialidade e indivíduos, sendo impossível existir sem essa simultaneidade. Ainda continua seu raciocínio sobre esse conjunto:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1994, p. 55).

⁵³ Um buffer de 700 metros a partir do centro da praça delimitou as fichas estudadas.

⁵⁴ São os espaços de uso comum pertencentes à população, administrados pelo poder público, como ruas, calçadas, praças, jardins, parques, em que o ir e vir é livre. Também são públicos locais de uso comum, como hospitais, escolas, bibliotecas, mantidos pelo poder público, com determinadas restrições de acesso e circulação. O que são espaços públicos? Iniciativa: Governo do Brasil. Disponível em: <[AS DIMENSÕES DO COTIDIANO.](https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/3-o-que-sao-espacos#:~:text=%C3%A3o%20os%20espa%C3%A7os%20de%20uso,ir%20e%20vir%20%C3%A9%20livre.>”. Acesso em: 31 jan. 2024.</p></div><div data-bbox=)

O estudo do espaço passa a ter uma estrutura analítica por meio desses dois sistemas, com sugere Santos (1996, p. 40). Observar as características de cada um permite, por essa noção, tratar das multiplicidades que os envolvem. Dentro dessa estrutura analítica, serão apresentados o sistema de objetos e o sistema de ações que compõem a análise da Praça Regina Frigeri Furno, utilizando-se os dados coletados. O resultado é uma proposição crítica, qualitativa, que expõe as conceituações teóricas dos elementos empíricos, e quantitativa, que demonstra as recorrências desses elementos empíricos no espaço estudado.

Sistemas de objetos

O sistema de objetos é composto por elementos materiais presentes no espaço. O objeto não é um todo concreto, mas sim um conjunto, especificando-se conforme a interação mútua com os indivíduos que realizam suas ações sobre ele.

Os objetos não são as coisas, dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação. Hoje, esses sistemas de objetos tendem, em primeiro lugar, a ser um sistema de objetos concretos, isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza (SANTOS, 1994, p. 44).

Dentro dessa perspectiva, o objeto é concebido como um composto de vários outros objetos que, somados, transformam-no de um ente único para um sistema complexo, um organismo. Santos (1996) define-o como: “[...] esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade” (p. 46). Torna-se, então, essencial compreender esse sistema que constitui o objeto empírico total, os objetos menores que integram o cotidiano das ações.

O que se segue é resultado da análise dos conjuntos de objetos considerados relevantes nos registros de campo. Esse conjunto originado das observações mantém uma relação entre si, tornando-se um sistema. Os sistemas serão apresentados, destacando as especificidades qualitativas contidas neles, como eles são observados no campo, e a forma como a PSR os utiliza. Compreendendo que são objetos técnicos e que sua função muitas vezes é adaptada pelos usos feitos por esses grupos. E os dados quantitativos extraídos dos registros de campo. Esses conjuntos foram submetidos a um processo de classificação, tendo como premissas de agrupamento o objeto e sua função: “desse modo, no objeto técnico, a prévia determinação de uma racionalidade” (SANTOS, 1996, p. 203). A classificação organizou esse conjunto de objetos em quatro sistemas: a) sistema de objetos comerciais; b) sistema de objetos da praça; c) sistema de objetos residenciais; e d) sistema de objetos da via (Figura 15).

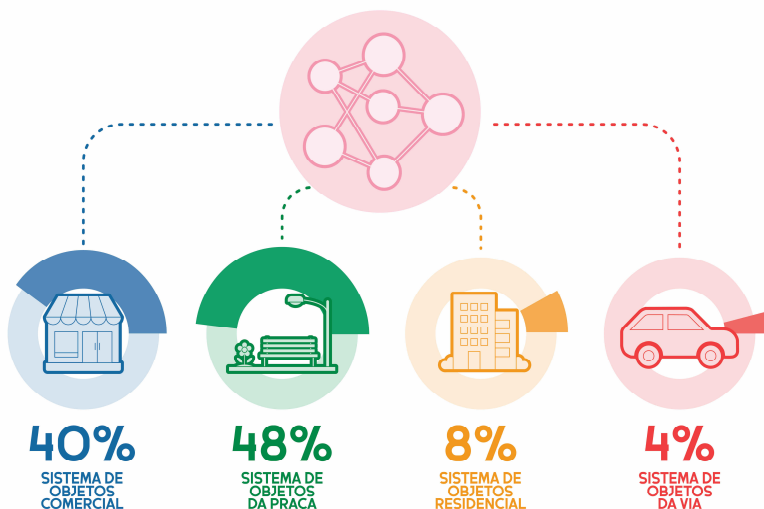


Figura 15: Sistemas de objetos.
[Elaborado pela autora, 2024.]

A análise será conduzida através de uma breve descrição do sistema, a lógica de agrupamento dos elementos que o compõem, sua localização no campo de estudo e uma árvore hierárquica, relacionando os elementos e sua ocorrência nas observações. Seguido pela descrição do objeto técnico, delineando sua função no espaço dotada de uma intencionalidade, uma exposição de sua adaptabilidade, que se manifesta pelas práticas elaboradas pela PSR, explicada por Santos “essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente” (1996, p. 210). Por fim, uma amostra dos registros feitos no campo, complementados por uma abstração do objeto, com informações sobre o elemento, partindo de uma forma de apresentação recorrentemente utilizada na arquitetura, conforme exemplos de Hertzberger (1996), Lengen (2008) e Ching (2010). Entendendo que nesse sentido a imagem poderá elucidar a escrita.

a) Sistema de objetos comerciais

É composto por elementos relacionados aos usos comerciais e que possuem, em sua constituição, especificidades dessas características – como as calçadas que se integram ao espaço privado e fachadas com grandes vitrines. As características de implantação dessas edificações no campo de estudo são, em sua maioria, térreas e localizam-se próximas da praça. O registro desse sistema agrupou os elementos nos quais esses objetos ocorrem: (i) banca, (ii) calçada com e sem sombreamento e (iii)

edificações com e sem marquise. Esse sistema abrange 40% das fichas de observação do recorte estudado (Figura 16).

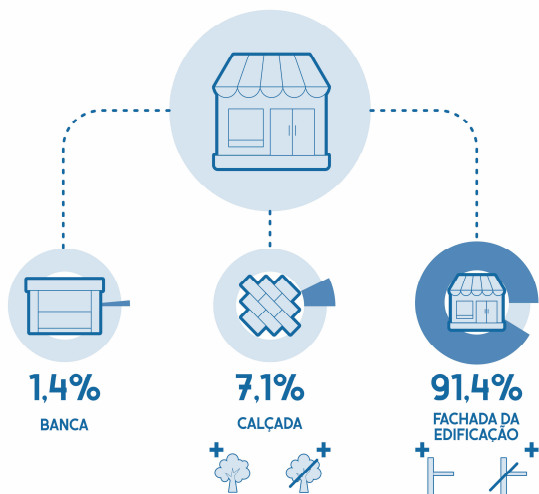


Figura 16: Sistema de objetos comerciais⁵⁵.
[Elaborado pela autora, 2024.]

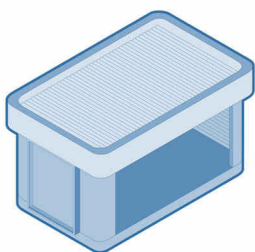


Figura 17: Banca.
[Elaborado pela autora, 2024.]

Banca:

Localização: Próximo ao edifício Pedras Rubras.

Quantidade de registros: 01.

Objeto técnico: Formado por uma estrutura retangular sólida, compacta e com lateral livre para o acesso do público, geralmente instalada nas calçadas ou praças.

Adaptabilidade: Por ser um ponto comercial com alto uso de materiais descartáveis, o local foi visto durante o estudo de campo como um ponto de coleta de materiais recicláveis.

⁵⁵ As porcentagens que aparecem na árvore hierárquica correspondem à totalidade de fichas que estão abrangidas por esse sistema, que está recortado em 70 fichas de observação.

Calçada:

Localização: Em frente aos edifícios comerciais.

Quantidade de registros: 05.

Objeto técnico: Elemento de circulação destinado ao trânsito de pedestres que dá acesso as edificações comerciais, podendo ter a proteção por sombreamento ou não.

Adaptabilidade: As calçadas são utilizadas das mais variadas formas pela PSR.

No levantamento de campo, foi possível verificar seu uso como local para a realização de trabalho, como flanelinha, como um local para descanso, para circulação entre um ponto e outro, para agrupamentos em rodas de conversa e para a guarda de pertences.

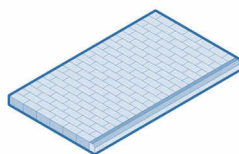


Figura 18: Calçada.
[Elaborado pela autora. 2024.]

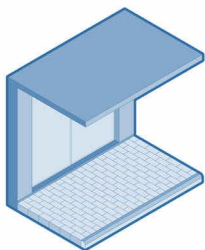


Figura 19: Fachada da edificação.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Fachada da edificação:

Localização: Fachada dos edifícios comerciais.

Quantidade de registros: 64.

Objeto técnico: Faces externas da edificação que, em edifícios comerciais, são geralmente em vidro.

Adaptabilidade: As frentes das edificações comerciais no entorno estudado apresentam uma proteção por anteparo horizontal, chamado de marquise.

O alto índice de observações que pertencem a esse elemento relaciona-se com a proteção fornecida pelo anteparo. Esses pontos foram registrados como locais de descanso e de organização de pertences. Além disso, também ocorrem ali reuniões entre grupos de pessoas em situação de rua. Em menor frequência, foram identificados como pontos de aquisição de recursos.

b) Sistema de objetos da praça

O sistema de objetos da praça é composto por mobiliários urbanos – banco, lixeira, canteiro, poste de iluminação, abrigo de ônibus –, equipamentos – destacamento da polícia militar, banheiro público – e arborização de médio e grande porte. Esses objetos ambientam a praça e estabelecem uma concentração de variadas atividades. Os objetos assim ocorrem de diversas formas, tendo em comum a sua localização.

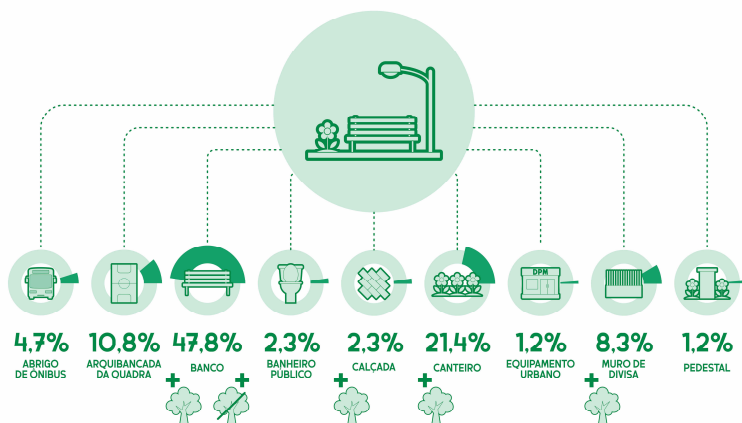


Figura 20: Sistema de objetos da praça⁵⁶
[Elaborado pela autora. 2024.]

O registro desse sistema agrupou os elementos nos quais esses objetos ocorrem: (i) abrigo de ônibus, (ii) arquibancada da quadra esportiva com e sem sombreamento, (iii) banco com e sem sombreamento, (iv) banheiro público, (v) calçada com sombreamento, (vi) canteiro com sombreamento, (vii) equipamento urbano, (viii) muro com sombreamento e (ix) pedestal. Esse é o mais complexo dos sistemas observados, e este é representado por 48% das fichas de observação do recorte estudado (Figura 20).

Abrigo de ônibus:

Localização: Praça Conjunto dos Estados.

Quantidade de registros: 04.

Objeto técnico: Elemento que marca o ponto de parada do transporte público urbano, fornecendo abrigo para os usuários. Essa estrutura geralmente é instalada nas calçadas, com suporte de assentos e cobertura.

Adaptabilidade: Por fornecer um abrigo com proteção de cobertura e laterais, esse elemento foi identificado como um local de descanso, abrigo e ponto para guarda dos pertences.

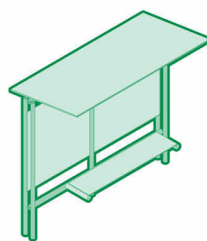


Figura 21: Abrigo
[Elaborado pela autora. 2024.]

⁵⁶ As porcentagens que aparecem na árvore hierárquica correspondem à totalidade de fichas que estão abrangidas por esse sistema, que está recortado em 84 fichas de observação.

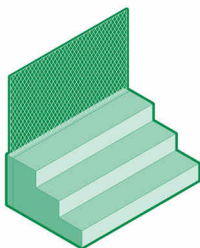


Figura 22: Arquibancada.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Arquibancada da quadra esportiva⁵⁷:

Localização: Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 09.

Objeto técnico: Elemento com diferentes níveis, que tem por finalidade organizar a observação dos usuários para determinado ponto. A arquibancada em questão é feita em concreto armado e fica disposta nas laterais da quadra esportiva.

Adaptabilidade: Apesar das tentativas de controle desse objeto, foi justamente por possuir cercamento que ele se transformou em uma boa estrutura para a PSR organizar seus pertences, descansar nos pontos com sombreamento, se reunir e também estender as vestimentas nas grades. É importante destacar que esse local estabelece um ponto importante para reunião dos sujeitos, onde se abrigam utilizando o cercamento como uma delimitação do seu espaço.

Banco:

Localização: Próximo aos canteiros da praça.

Quantidade de registros: 40.

Objeto técnico: Mobiliário urbano destinado ao repouso.

Adaptabilidade: Estes mobiliários são frequentemente utilizados pelos sujeitos devido à sua estrutura elevada do chão e à sua marcante presença no espaço urbano.

Servem como lugar para descanso por terem uma dimensão para o corpo ao deitar, e como local para guardar pertences. Além disso, os bancos da praça se tornam pontos de encontro para sociabilização da PSR. Vale ressaltar que, devido ao sombreamento proporcionado pela arborização, alguns bancos são observados com mais frequência, tornando-os locais preferenciais devido ao maior conforto térmico.

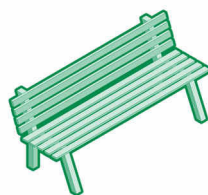


Figura 23: Banco.
[Elaborado pela autora. 2024.]

⁵⁷ Destaca-se também que, entre os anos de 2017 e 2020, a arquibancada da quadra foi completamente cercada, o que levanta a hipótese de que esse cercamento teve por objetivo controlar o acesso do local.

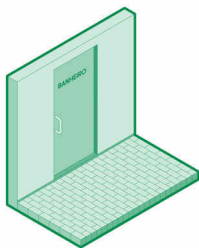


Figura 24: Banheiro público.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Além disso, foi registrado um momento de cuidado pessoal entre a PSR nesse objeto.

Calçada:

Localização: Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 02.

Objeto técnico: Elemento de circulação destinado ao trânsito de pedestres.

Adaptabilidade: Na calçada que circunda a praça, foi possível observar a PSR pedindo alimento aos consumidores da feira comunitária.

Durante essa observação, também foi identificada a presença de um segurança particular contratado pelos barraqueiros, que expulsou a pessoa do local. Em outro momento, foi notada a presença de um carrinho de supermercado utilizado para guardar pertences.

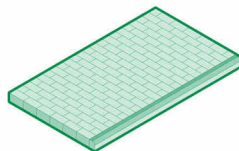


Figura 25: Calçada.
[Elaborado pela autora. 2024.]

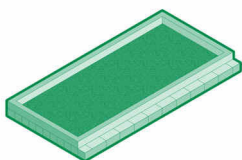


Figura 26: Canteiro da praça.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Adaptabilidade: Os canteiros com arborização são frequentemente utilizados pela PSR, especialmente por um grupo específico, como local para guardar seus per-

Banheiro público:

Localização: Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 02.

Objeto técnico: Local destinado a sanitários de uso público. O objeto é totalmente cercado e é aberto ao público apenas durante as feiras comunitárias e eventos públicos.

Adaptabilidade: Por ser uma estrutura com cobertura e com anteparo, fornece um excelente local para a guarda de pertences.

Canteiro da praça:

Localização: Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 18.

Objeto técnico: Estrutura elevada em relação ao calçamento, destinada ao plantio de árvores ou jardinagem, com flores e grama. Esses elementos apresentam um desenho circular que acompanha a forma da praça, criando caminhos para os pedestres.

tences e reuniões. Além de proporcionar um espaço organizado para descansar e dormir afastado das áreas de circulação dos transeuntes.

Equipamento urbano:

Localização: Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 01.

Objeto técnico: Edificação pública administrada pelo estado, geralmente oferecendo serviços públicos para a comunidade local. Na praça, há uma estrutura que abriga o Destacamento da Polícia Militar de Jardim da Penha (DPM Jardim da Penha).

Adaptabilidade: Devido às suas abas laterais e à varanda de acesso coberta, uma PSR utiliza esses anteparos fornecidos pelo beiral para guardar seus pertences. Ela se estabeleceu em frente ao DPM e mantém uma boa relação com os policiais que trabalham no local.

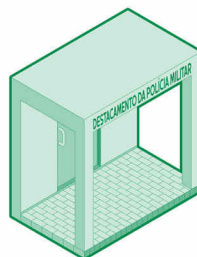


Figura 27: DPM
[Elaborado pela autora 2024]

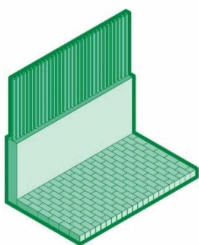


Figura 28: Muro
[Elaborado pela autora 2024]

A PSR aproveita essa estrutura para fixar lonas e criar abrigos improvisados, ou como anteparo para fogareiros. Além disso, foram identificados pertences organizados ao longo desse muro, e pessoas em situação de rua dormindo próximas a ele.

Muro:

Localização: Praça Conjunto dos Estados.

Quantidade de registros: 07.

Objeto técnico: Elemento vertical utilizado como barreira física entre diferentes áreas.

Adaptabilidade: Este objeto serve como limite entre a praça Conjunto dos Estados e as edificações residenciais adjacentes.

Pedestal:

Localização: Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 01.

Objeto técnico: Suporte prismático destinado a sustentar outro suporte maior.

Adaptabilidade: Durante a observação, foi identificado este elemento sendo utilizado como suporte para estender vestimentas.

Devido a sua superfície plana e levemente inclinada propiciando uma excelente exposição ao sol.

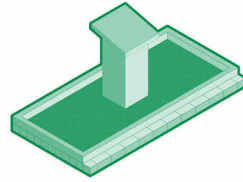


Figura 29: Pedestal.
[Elaborado pela autora. 2024.]

c) Sistema de objetos residenciais

Sistema formado por edificações de uso residencial. Geralmente as edificações são separadas das calçadas de passeio público por muros de divisa. Nas observações em campo, essas divisas apareceram de três formas: como fechamento com parte em mureta parte em vidro, fechamento por barras verticais e muro cego, divisória que isola completamente a visão para a parte de dentro das edificações.

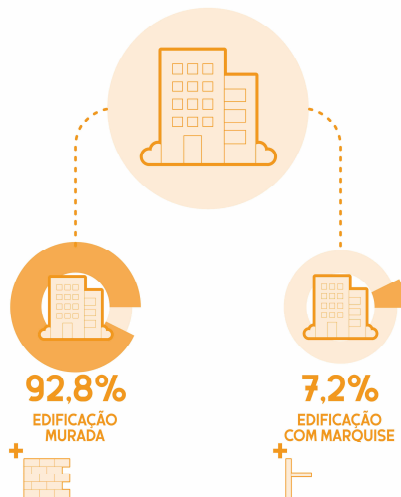


Figura 30: Sistema de objetos residenciais⁵⁸
[Elaborado pela autora. 2024.]

⁵⁸ As porcentagens que aparecem na árvore hierárquica correspondem à totalidade de fichas que estão abrangidas por esse sistema, que está recortado em 14 fichas de observação.

O registro desse sistema agrupou os elementos nos quais esses objetos ocorrem: (i) edificação com marquise e (ii) edificação murada. Este representa 8% das fichas de observação do recorte estudado (Figura 30).

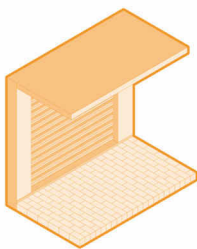


Figura 31: Edificação com marquise.
[Elaborado pela autora, 2024.]

A ausência de circulação dos automóveis, especialmente por se tratar de uma área de entrada e saída de veículos, permitiu que o local fosse usado como um ponto de descanso.

Edificação murada:

Localização: Avenida Luiz Manoel Vellozo e rua Francisco Eugênio Mussiolo.

Quantidade de registros: 13.

Objeto técnico: Edificações em que a divisa é fechada por muro, podendo este ser: gradeado, envidraçado ou totalmente fechado.

Adaptabilidade: As observações feitas nesses objetos relacionam-se com a busca por materiais recicláveis ou rejeitos descartados nas lixeiras dos edifícios. Foram identificadas pessoas circulando pelas vias, carregando sacolas e objetos recolhidos em suas coletas, além de pessoas dormindo nas calçadas, próximas aos muros das edificações.

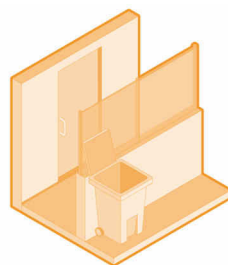


Figura 32 Edificação murada.
[Elaborado pela autora, 2024.]

d) Sistema de objetos da via

O sistema de objetos da via representa os elementos identificados em áreas de circulação de veículos automotores. A observação flagrou alguns suportes, como carrinhos de supermercado e carroças, utilizados pelos sujeitos nas coletas de materiais recicláveis. Também foram registrados indivíduos abordando veículos parados em sinais de trânsito, oferecendo produtos ou pedindo dinheiro. Os elementos que

compõem o sistema são: (i) calçada, (ii) canteiro da via e (iii) via de circulação. Este agrupa 4% das fichas de observação do recorte estudado (Figura 33).

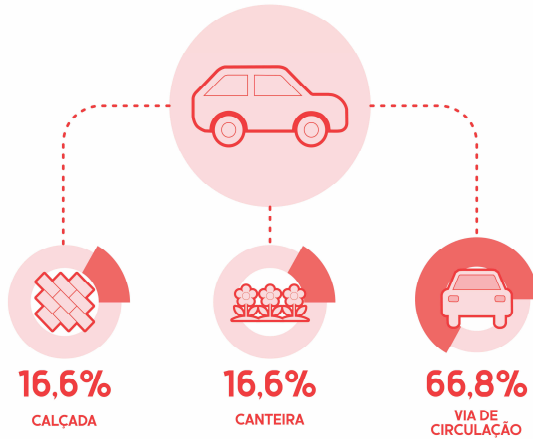


Figura 33: Sistema de objetos da via⁵⁹.
[Elaborado pela autora 2024]

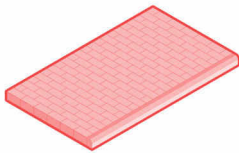


Figura 34: Calçada.
[Elaborado pela autora 2024]

Calçada:

Localização: Em frente a um terreno baldio, na rua Comissionário Octávio Queiroz.

Quantidade de registros: 01.

Objeto técnico: Segmento da via destinado ao trânsito de pedestres localizado em frente a um terreno baldio.

Adaptabilidade: Durante a observação, foi identificada uma pessoa em situação de rua sentada na calçada ao lado de seu carrinho, onde guardava seus pertences e recursos, como garrafas, alimentos e sacolas com materiais recicláveis.

⁵⁹ As porcentagens que aparecem na árvore hierárquica correspondem à totalidade de fichas que estão abrangidas por esse sistema, que está recortado em 6 fichas de observação.

Canteiro da via:

Localização: Em frente ao edifício residencial na Avenida Luiz Manoel Vellozo.

Quantidade de registros: 01.

Objeto técnico: Estrutura elevada da via de circulação destinada a separar o tráfego em diferentes direções.

Adaptabilidade: Este espaço do bairro é ocupado por um automóvel equipado para lavagem de veículos. No momento da observação, foi possível identificar um sujeito aguardando a chegada do veículo para iniciar suas atividades de trabalho.

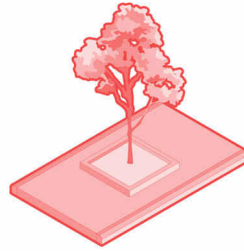


Figura 35: Canteiro da via.
[Elaborado pela autora, 2024.]

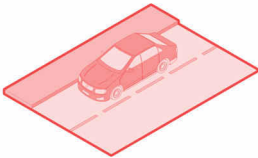


Figura 36: Via de circulação
[Elaborado pela autora, 2024.]

Via de circulação:

Localização: Rua Francisco Eugênio Mussiello e Praça Regina Frigeri Furno.

Quantidade de registros: 01.

Objeto técnico: Componente da infraestrutura viária destinado à circulação de automóveis, organizado por sinalizações visuais.

Adaptabilidade: Nas vias é que a população em situação de rua e os catadores de material reciclável conseguem circular com seus carrinhos e carroças para a coleta de materiais.

Por fim, essa organização em categorias tentou demonstrar os diversos sistemas de objetos que compõem o estudo do objeto empírico. O que se nota por essa organização e registros é que os elementos separados que compõem os sistemas não determinam, por si só, as ações que neles ocorrem. Conforme Santos elabora, “Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; [...]. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica” (SANTOS, 1996, p. 24). É através do arranjo dos elementos e da lógica dos usos ali estabelecidos que esse sistema irá compor o espaço total da praça.

Sistemas de ações

O sistema de ações é resultado do conjunto de atividades realizadas pelo homem. Essas ações são comandadas por necessidades naturais ou criadas. Santos

(1996) afirma que: "Essas necessidades: materiais, imateriais, económicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. [...] Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos" (p. 54). Portanto, se as ações são naturais dos homens, o seu instrumento é a corporeidade⁶⁰. É através do corpo que as ações ganham seu sentido. As ações humanas dão vida aos objetos, os revitalizam, proporcionando-lhes novos significados e usos. Pode-se dizer, portanto, que "a ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade" (SANTOS, 1996, p. 53).

Dessa forma, o sistema de objetos recebe seu sentido por meio das adaptabilidades realizadas pelas ações das pessoas em situação de rua. Por conseguinte, a análise do sistema de ações resulta da observação direta das relações estabelecidas por essas pessoas, que estão intimamente ligadas às necessidades e desafios enfrentados no cotidiano urbano. Como forma de organização dos resultados dessas observações feitas em campo, cada uma das atividades identificadas será categorizada em diferentes sistemas de ação, os quais compõem um emaranhado de interações e práticas sociais.

Partindo dessa premissa, cada um desses sistemas abrange um conjunto específico de atividades. Estas foram arranjadas em torno de verbos que descrevem as ações realizadas. Esses verbos que sintetizam a ação foram classificados em seis diferentes sistemas: a) sistema de ações de repouso; b) sistema de ações de movimento; c) sistema de ações de sociabilização; d) sistema de ações de aquisição de recursos; e) sistema de ações de organização; f) sistema de ações de repressão (Figura 37).

A descrição dessas ações será apresentada pela sua forma social⁶¹, onde se explora o significado delas em relação aos padrões sociais. E complementarmente por uma abstração visual, com o propósito de aprofundar o entendimento das dinâmicas urbanas relacionadas às práticas cotidianas, seguindo a mesma proposta de apresentação dos sistemas de objetos. Por fim, são narradas as realidades das ações observadas em campo.

⁶⁰ A corporeidade do homem é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo (SANTOS, 1996, p. 52).

⁶¹ Elas representam os padrões de comportamento, as regras de conduta, as crenças, os costumes e as estruturas organizacionais que influenciam a maneira como os seres humanos interagem e se comportam em sociedade.

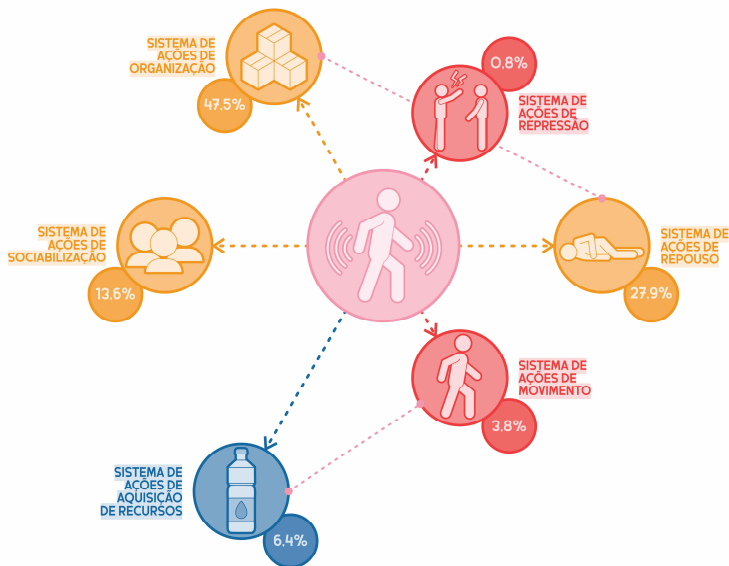


Figura 37: Sistema de ações⁶²
 [Elaborado pela autora, 2024]

a) Sistema de ações de repouso

O sistema de ações de repouso abrange o conjunto de verbos associados ao descanso e à pausa. Durante esses momentos, o corpo entra em estado de tranquilidade, e os mecanismos de alerta ficam temporariamente menos ativos. Devido a essa condição, a observação e a análise dessas ações foram mais frequentes nas fichas de observação. Derivam desse sistema os verbos: (i) adormecer, (ii) dormir e (iii) sentar. Essas atividades representam diferentes momentos do cotidiano dos sujeitos.

Adormecer:

Ato de cair no sono, independentemente de onde esteja, desprovido de uma prévia organização de onde será realizada a ação.

Quantidade de registros: 05.

Realidade das ações: O adormecer é parte de uma cena íntima observável no cotidiano dos sujeitos.

⁶² As porcentagens que aparecem correspondem à totalidade de fichas que estão abrangidas por esse sistema, que está recortado em 252 observações.



Figura 38: Adormecer.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Muitas vezes desacompanhados e desamparados de maiores organizações, esses indivíduos ficam estirados sobre o concreto áspero das calçadas e paralelepípedos. Esse verbo revela uma despreocupação com o próprio bem-estar, já que é muito perceptível que não houve o cuidado de se proteger no momento em que simplesmente apagou sobre o chão, o que difere, assim, da organização do dormir.

Dormir:

Ato de cair no sono, em um lugar previamente organizado, para que a ação possa ocorrer.

Quantidade de registros: 53.

Realidade das ações: Sobre um arranjo de elementos e objetos o corpo se deita, coberto, para o repouso.

Pode-se encontrar caixas de papelão abertas servindo de isolamento do chão áspero, ou bancos de praça transformados em camas para escapar do frio do concreto. As mochilas contendo garrafas de água e outros itens essenciais estão sempre por perto. Às vezes, sob uma lona improvisada, em um abrigo de ônibus ou sob a proteção de um toldo ou marquise, busca-se um lugar confortável para descansar em paz.

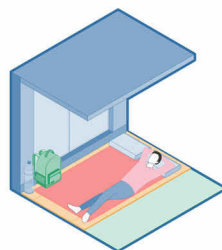


Figura 39: Dormir.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Sentar:

Repousar com a parte posterior do corpo apoiada em um suporte, como banco e cadeira, ou diretamente no chão.

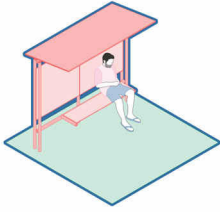


Figura 40: Sentar.
[Elaborado pela autora. 2024]

Quantidade de registros: 14.

Realidade das ações: Diretamente no chão, na grama, no paralelepípedo ou mesmo nos bancos que estão dispostos na praça, o sentar é um momento de pausa para se reunir e conversar, para descansar de um percurso ou simplesmente para observar o que está acontecendo, com olhos sempre atentos.

b) Sistema de ações de movimento

O sistema de ações de movimento identifica a atividade de deslocamento realizada pelos sujeitos através do caminhar. Arelada à descoberta de lugares para coleta de materiais, esse sistema interage diretamente com o sistema de aquisição de recursos. Através do movimento, o indivíduo explorará o lugar. O movimento facilita a obtenção dos recursos necessários para a sobrevivência e a realização de outras atividades. Esse sistema desempenha uma função fundamental na dinâmica das atividades diárias e na adaptação dos sujeitos com o seu entorno. Neste está abarcado o verbo: (i) andar.

Andar:

Refere-se ao movimento de percorrer ou fazer um caminho a pé.

Quantidade de registros: 10.

Realidade das ações: Os pés representam o meio de locomoção fundamental, permitindo que o corpo se desloque. Ao caminhar, os indivíduos percorrem pontos com acesso a recursos essenciais. É através desse movimento que podem encontrar materiais para uma variedade de propósitos e, ao mesmo tempo, vão mapeando o local, estabelecendo seus fluxos dentro da cidade.



Figura 41: Andar.
[Elaborado pela autora. 2024]

c) Sistema de ações de sociabilização

Através da sociabilização e da troca, a população em situação de rua estabelece suas redes de acolhimento e segurança. Por ser um local em que várias violações ocorrem, viver em grupo nos espaços públicos urbanos é também uma forma de sobrevivência. Nos momentos de sociabilização, ocorre o compartilhamento de recur-

sos e são estabelecidos laços. Esses momentos de interação entre “iguais” fortalecem os vínculos estabelecidos entre o grupo e reforçam a resiliência dessa população diante das violências ocorridas nas ruas. Neste aparecem os seguintes verbos: (i) cuidar, (ii) exprimir e (iii) reunir.

Cuidar:

Denota ao ato de dar atenção ou demonstrar afeto através do zelo e da preocupação com o bem-estar, seja consigo ou com outra pessoa.

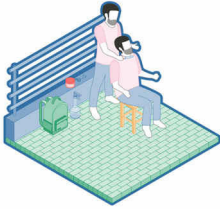


Figura 42: Cuidar.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Quantidade de registros: 01.

Realidade das ações: Assear a barba e o cabelo não são atividades comuns de se observar no espaço público. No entanto, na praça, o cuidado também é uma parte integrante do cotidiano. Lavar os cabelos, aparar as pontas e manter a barba em ordem são ações que fazem parte do autocuidado e do cuidado para com os companheiros de rua.

Exprimir:

Significa dar visibilidade a algo ou alguém através de expressões visuais ou sonoras.

Quantidade de registros: 01.

Realidade das ações: Outra cena pouco comum de se observar, mas bastante marcante, foi registrada.

Um sujeito que se deslocava se agachou, apoiou seus joelhos sobre a calçada e pegou algo que parecia ser um giz e começou a riscar o chão. Ele permaneceu ali por alguns minutos, depois se levantou e observou com admiração o que havia feito. Ao sair do local satisfeito, pôde-se ver marcado no chão um autorretrato, infelizmente com palavras ilegíveis, mas com a certeza de que quem o fez ficou feliz por ter registrado sua história naquela calçada.



Figura 43: Exprimir.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Reunir:

Ação de agrupamento de pessoas em um determinado lugar, geralmente com o objetivo de trocar ideias, estabelecer relações ou interagir.

Quantidade de registros: 34.

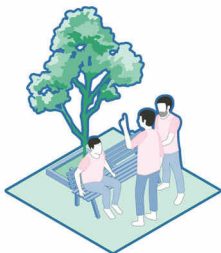


Figura 44: Reunir.
[Elaborado pela autora, 2024.]

Realidade das ações: Momento de trocas, conversas, confraternizações, mas também momentos marcados pela preocupação coletiva e alguns desentendimentos. A praça é o lugar em que a população em situação de rua mais se reúne pra poder compartilhar de seu cotidiano. Nos bancos e nas marquises dos prédios com os portões fechados para o comércio, também é possível observar uma reunião acontecendo, conversas e burburinhos intercalados por risadas e, às vezes, xingamentos.

d) Sistema de ações de aquisição de recursos

As ações de aquisição de recursos são mais raras de serem capturadas na observação de campo por ocorrerem de formas mais veladas e dependerem de uma dedução empírica de sua ocorrência. Esse sistema engloba uma série de verbos que requerem uma complementação, já que geralmente estão ligados a objetivos específicos, sendo necessários advérbios para fornecer o contexto. Entre os verbos que compõem esse sistema, estão: (i) coletar materiais, (ii) conseguir recursos, (iii) manusear, (iv) trabalhar. Essas ações frequentemente estão associadas ao movimento, uma vez que a busca por meios de sobrevivência requer deslocamento e exploração do lugar.

Coletar materiais:

Ação geralmente conjunta ao andar, na qual a pessoa percorre um determinado caminho em busca de materiais para venda, troca ou uso pessoal.

Quantidade de registros: 10.

Realidade das ações: A rotina de quem vive nas ruas muitas vezes envolve percorrê-las revistando as lixeiras das edificações residenciais e comerciais em busca de materiais que possam ser posteriormente trocados ou vendidos. É comum observar carrinhos de supermercado, grandes sacos

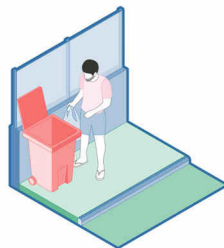


Figura 45: Coletar materiais.
[Elaborado pela autora. 2024.]

plásticos e até mesmo lixeiras com rodas sendo utilizados para carregar esses materiais. Essa busca ocorre principalmente quando as lixeiras dos prédios são colocadas para o lado de fora, aguardando o recolhimento pelo serviço de coleta de lixo.

Conseguir recursos:

Refere-se à maneira pela qual uma pessoa obtém algum recurso básico, como água ou comida, geralmente para atender às necessidades fundamentais de sobrevivência.

Quantidade de registros: 02.

Realidade das ações: Garrafas de água são objetos recorrentemente identificados entre os pertences presentes no cotidiano das pessoas que vivem nas ruas.

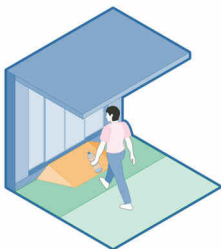


Figura 46: Conseguir recursos.
[Elaborado pela autora. 2024.]

Esses recipientes são utilizados para armazenar e transportar água potável. Conseguir água ou qualquer outro recurso essencial é fundamental para estabelecer uma vida nas ruas, pois o acesso a essas fontes é raramente disponibilizado em espaços públicos. Portanto, é somente através de pedidos em bancas próximas e comércios em funcionamento que a população em situação de rua consegue acesso a esses recursos.

Manguear:

Tática elaborada para conseguir dinheiro ou algum item mais específico, como materiais de higiene, em que o sujeito conta uma história sobre sua situação e pede ajuda a transeuntes.

Quantidade de registros: 02.

Realidade das ações: As necessidades e a falta de recursos são uma realidade na vida nas ruas, levando as pessoas a recorrerem à solidariedade e ao apelo para conseguir juntar algum dinheiro, comprar uma comida desejada ou um item de maior valor. O “manguêio” é mencionado em diversos relatos, e também no quadro de autores da pesquisa. Essa estratégia é considerada um “saber

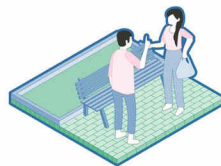


Figura 47: Conseguir recursos.
[Elaborado pela autora, 2024.]

popular” entre aqueles que vivenciam o cotidiano nas ruas. Consiste em contar uma história e pedir algo simples, que a pessoa abordada possa conceder facilmente. Ao perceber a disposição em ajudar, parte-se então para um pedido um pouco mais específico, que envolve algo mais dispendioso.

Trabalhar:

Realização de atividades, geralmente com o objetivo de produzir um produto ou serviço, ganhar dinheiro, desenvolver habilidades ou contribuir para a sociedade.

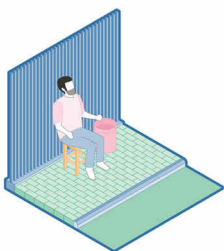


Figura 48: Trabalhar.
[Elaborado pela autora, 2024.]

Quantidade de registros: 03.

Realidade das ações: Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela vida nas ruas, dados indicam que grande parte dessa população está envolvida em atividades de trabalho, muitas vezes de maneira informal e em postos temporários. Ao examinar o cotidiano, é possível observar que esses trabalhos informais estão frequentemente relacionados à limpeza ou à guarda de veículos.

e) Sistema de ações de organização

Para estabelecer um espaço na rua, é essencial uma organização e sistematização da vivência cotidiana sobre o lugar. Através das ações de organização, a população em situação de rua reconstrói diariamente seu território sobre o espaço. Esse sistema engloba as principais ações de demarcação da presença da população em situação de rua no campo estudado, que são sintetizados pelos verbos: (i) abrigar, (ii) estender vestimentas e (iii) guardar pertences. Os pertences estabelecem em determinado lugar o ponto de permanência dessas pessoas, como abrigos improvisados, uma organização do espaço para dormir e até mesmo a atividade de estender vesti-

mentas, que espacialmente demonstra a presença de uma atividade cotidiana no local.

Abrigar:

Conter ou proteger algo dentro de um espaço ou estrutura.

Quantidade de registros: 13.

Realidade das ações: São espaços organizados e arranjados, como tendas de acampamento, lonas e guarda-sol, tendo por finalidade construir um interior isolado da visão dos transeuntes e das intempéries. Além das lonas e materiais impermeáveis que protegem os espaços, são colocadas caixas de papelão forrando o fundo dos abrigos.

Nesses espaços improvisados ficam guardados todos os pertences, garrafas de água, mochila, malas de viagem, que funcionam como guarda roupas, cadeiras e banquetas e até utensílios de cozinha. Quando montados próximos a lugares com circulação de pessoas e comércio, os abrigos são reorganizados nos períodos de funcionamento, ficando mais compactos e menos visíveis para, ao fim do dia, estarem novamente ocupando um espaço maior.

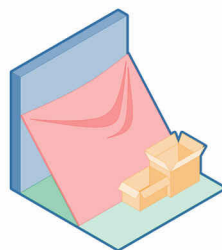


Figura 49: Abrigar.
[Elaborado pela autora. 2024]

Estender vestimentas:

Ação em que as vestimentas são dispostas em varais ou estruturas voltadas ao sol, na intenção de arejá-las ou secá-las.

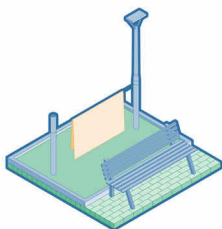


Figura 50: Estender vestimentas.
[Elaborado pela autora. 2024]

Quantidade de registros: 11.

Realidade das ações: Uma das atividades mais flagrantes em espaços públicos é a exposição de roupas sobre varais improvisados, cercas, grades e até mesmo pedestais, com o objetivo de secá-las. É comum observar calçados, bonés, calças, camisetas, vestidos e outros tipos de vestimentas organizados e virados em direção ao sol para facilitar o processo de secagem.

Guardar pertences:

Ação de organizar vários elementos em um local específico, seja demarcando um espaço ou simplesmente removendo os pertences do caminho, de modo a preservá-los ou protegê-los. Essa atividade pode envolver colocar os pertences em uma área restrita, como uma mochila ou armário, ou simplesmente arrumá-los de maneira ordenada para evitar danos ou perdas.

Quantidade de registros: 103.

Realidade das ações: Os pertences deixam uma marca visível sobre o espaço, evidenciando a presença da população em situação de rua. O local onde estão guardados é facilmente identificável, revelando sua permanência ali.

Além de marcar o território de um determinado grupo, esses objetos também mostram a organização dos indivíduos em suas atividades diárias. Colchões, caixas de papelão, cobertores e travesseiros delimitam as áreas de dormir. Sacolas e mochilas armazenam as roupas, enquanto caixotes de madeira agrupam os utensílios utilizados na preparação das refeições. Garrafas contêm água potável para consumo ao longo do dia e para o preparo dos alimentos.

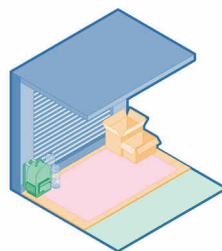


Figura 51: Guardar pertences.
[Elaborado pela autora, 2024]

f) Sistema de ações de repressão

As ações de repressão observadas durante a pesquisa de campo foram principalmente marcadas pela agressão perpetrada por seguranças privados e pela remoção dos pertences das pessoas em situação de rua das fachadas das lojas comerciais. No entanto, esses são apenas dois exemplos específicos de um fenômeno mais amplo. Há uma evidente disputa territorial na praça envolvendo a PSR, os comerciantes de *food trucks*⁶³ e a comunidade em geral. Os entrevistados relataram ações de limpeza urbana que objetivam a sua remoção do local, e é perceptível a

⁶³ [...] é o comércio de alimentos em veículos automotores com equipamentos montados sobre si ou rebocados por estes, cuja atividade compreende a venda direta ao consumidor, de caráter permanente ou eventual e de modo estacionário e, tendo como objetivo geral fomentar o empreendedorismo, proporcionando oportunidades de formalização e promovendo o uso democrático e inclusivo do espaço público. Food Truck. Iniciativa: Prefeitura de Vitória. 2024. Disponível em: <<https://cartadeservicos.vitoria.es.gov.br/areas/5-Trabalho-e-Renda/servicos/882-FOOD-TRUCK/#:~:text=O%20Food%20Truck%20C3%A9%20o,geral%20fomentar%20o%20empreendedorismo%2C%20proporcionando>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

presença de elementos de arquitetura hostil⁶⁴. O verbo que se destaca no sistema de ações de repressão é: (i) expulsar.

Expulsar:

Refere-se à ação de retirar o sujeito e seus pertences de um determinado lugar de forma coercitiva ou forçada, muitas vezes por meio de ordem legal ou autoridade. Essa ação implica na remoção física e, às vezes, na proibição do retorno ao local.

Quantidade de registros: 02.

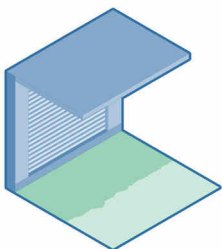


Figura 52: Expulsar.
[Elaborado pela autora, 2024]

Realidade das ações: Ao se aproximar dos consumidores sentados na calçada da praça comendo seu lanche, uma pessoa é expulsada por um indivíduo de braços cruzados e expressão fechada. A presença de seguranças privados na praça visa à intimidação e o afastamento. Em outro momento, os pertences de um grupo de pessoas em situação de rua são removidos para liberar o espaço para uma festa em frente a uma loja.

Ao observar o sistema de ações, é possível entender padrões de comportamento ligados às necessidades presentes na vida nas ruas. As ações revelam a complexidade das práticas dessa população na praça, evidenciando os conflitos e tensões enfrentados por esses grupos. Santos (1996) aponta para uma possível explicação para essas disputas: “Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade” (p. 218). A aproximação, ocasionada pela própria realidade do cotidiano dessas diferentes ações, evidencia os embates. A população em situação de rua, ao resistir às expectativas sociais estabelecidas⁶⁵ para o espaço, desenvolve um sistema de ações próprio. Essa inversão e resistência constituem uma forma de especialização que desafia as normas preestabelecidas e permite uma adaptação às condições adversas da vida nas ruas.

As rugosidades

O espaço da praça, em última análise, surge dessa interação de sistemas. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar dos espaços contemporâneos, que muitas vezes são opressivos e exercem controle sobre objetos e ações, a praça -

⁶⁴ Conforme seção “Os instrumentos” (p. 42).

⁶⁵ Conforme aponta Santos “As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas” (1994, p. 51).

também influenciada pelas dinâmicas da população em situação de rua - difere desses espaços da exatidão. Sobre ela, que a todo momento se tentam estabelecer zonas "luminosas"⁶⁶, se sobrepõem as zonas urbanas "opacas"⁶⁷. Esses espaços são vistos através da vivência das pessoas em situação de rua. Para Santos (1996), essas oposições ocorrem justamente pela exclusão que é imposta aos que estão fora das lógicas hegemônicas, principalmente as do capital e do consumo:

Por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva (p. 221).

Ao sobrepor esses sistemas categorizados e analisados, têm-se algumas observações finais sobre o espaço da praça. O cruzamento dos dados qualitativos dos sistemas e suas ocorrências, os dados quantitativos, resultam em uma matriz de dados (Figura 53). Essa matriz foi organizada para demonstrar nas linhas o sistema de objetos, identificados nas categorias de análises, assim como nas colunas foram organizados os sistemas de ações da mesma maneira.

A matriz demonstra que as observações mais recorrentes estão concentradas sobre o sistema de objetos da praça e o sistema de objetos comerciais. Com base nas análises anteriores, pode-se inferir que um grupo se estabeleceu na praça, demarcando seu território, localizado no canteiro contíguo ao altar em homenagem a Nossa Senhora da Penha. Próximo desse local, há também uma área com vários bancos, que são usados para repouso e sociabilização. Além dessas ações, ainda é perceptível a presença de pertences, que são dispostos pelas ações de organização, sinalizando que essa região da praça já está ocupada por um grupo.

Da mesma forma, no sistema de objetos comerciais, há uma grande concentração de observações, de ações de organização de pertences e de repouso. Nesse sistema, a organização dos pertences também é utilizada como uma estratégia para delimitar o território de um grupo, reforçando a hipótese de que manter esses objetos em evidência no local é uma forma de marcar um território. Essa recorrência de

⁶⁶ Na cidade "luminosa", moderna, hoje, a "naturalidade" do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade [...] (SANTOS, 1996, p. 221).

⁶⁷ Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores (SANTOS, 1996, p. 221).

observações no sistema de objetos comerciais, principalmente nos que possuem marquise, relaciona-se com a proteção que esses elementos oferecem, além de serem dotados de calçadas amplas e baixo fluxo de transeuntes em horários não comerciais⁶⁸.

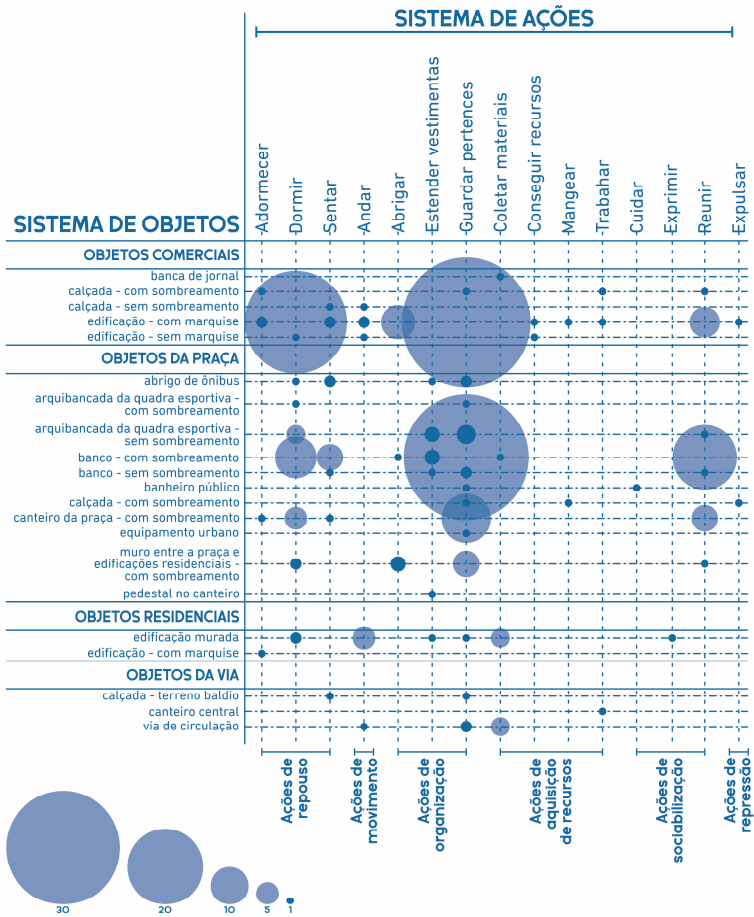


Figura 53: Matriz do espaço da praça Regina Frigeri Furno e seu entorno. [Elaborado pela autora, 2024]

Complementarmente aos objetos comerciais, os objetos residenciais e os objetos da via são os sistemas em que a população em situação de rua obtém a maior

⁶⁸ Conforme tratado na seção “Temporalidade das coexistências” (p. 93).

parte dos recursos. Sobre os objetos comerciais, existe uma boa disponibilidade de recursos, como água e banheiro, principalmente nos supermercados. Já nos sistemas de objetos residenciais e da via, há a oportunidade de obter materiais recicláveis para venda, além de outros itens, como roupas, latas e colchões, que podem ser reaproveitados para diversas finalidades.

A ausência de ocorrência de algumas ações sobre determinados objetos também fornece informações importantes. Na praça não foram registradas ações de movimento, opondo-se à alta incidência de ações de repouso, demonstrando que o espaço é realmente um ponto importante para a pausa no cotidiano desses sujeitos. A ausência de ações de sociabilização sobre o sistema de vias aponta para um espaço marcado pelo movimento, pela sua finalidade como um lugar de fluxos e deslocamentos.

Por fim, as ações de repressão, que foram identificadas ocorrendo somente sobre a praça e sobre os objetos comerciais, demonstram a disputa que vem ocorrendo sobre esses espaços. Como mencionado, são nesses lugares que se impõem as lógicas das “zonas urbanas luminosas” e que o conflito fica mais marcado e evidente.

Reforçando o argumento principal que abre essa seção, a praça, por conter essas rugosidades⁶⁹, resultantes da sobreposição de luminosidades e opacidades, é palco de uma tensão muito latente entre a população em situação de rua, que, como demonstrado, impõe uma lógica própria aos objetos, a população residente, que se divide entre a solidariedade e a repulsa, e os aparatos do estado⁷⁰, também age de forma conflituosa sobre essa população.

O tempo

A noção de tempo também se sedimenta nos pressupostos fundamentais elaborados por Santos (1994; 1996). O autor entende que como o espaço é formado por sistemas, o tempo é um agente que atua sobre eles, mesmo que passado, materializa-se nas formas do espaço (sistema de objetos) e nos comportamentos sociais (sistemas de ações). Assim, não é linear e homogêneo, mas complexo e relativo.

Assumindo as complexidades relacionadas a sua conceituação, o autor propõe o entendimento do tempo (ao se aproximar de suas particularidades) como tem-

⁶⁹ Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (SANTOS, 1996, p. 92).

⁷⁰ Conforme abordado no capítulo “O fenômeno” (p. 34).

poralidades: “É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as temporalidades (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, [...]) que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar” (SANTOS, 1996, p. 89). Ainda seguindo a proposta de Santos (1994, p. 82), sugere-se a segmentação do tempo para abordagem entre os eixos das sucessões e das coexistências. Esses eixos aparecerão na sequência para melhor compreensão da proposta analítica como temporalidade das sucessões e temporalidade das coexistências.

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo (SANTOS, 1996, p. 218).

A temporalidade das sucessões advém do entendimento de que o tempo ocorre em sequência e que pode ser organizado em períodos em uma dada ordem temporal, que possibilita caracterizar o ontem e o hoje. A temporalidade das coexistências é o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, e estas ocorrem concomitantemente. Compreendendo as diferentes temporalidades que ocorrem em dado espaço (sabendo-se da indissociabilidade do tempo e do espaço) é possível entendê-lo em sua complexidade fragmentária.

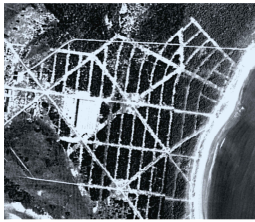
Temporalidade das sucessões

Seguindo essa análise, a temporalidade das sucessões apresenta a formação histórica da praça. Apesar de ser pertencente a um bairro recente na história da formação da cidade⁷¹, a praça tem aspectos importantes marcados pelo tempo. Conforme essa noção, são apresentados alguns marcos na sua história de formação (Figura 54).

A praça se configura como um ponto de convergência de ruas e avenidas do bairro, resultado do projeto de loteamento (1952) feito em malha xadrez com avenidas diagonais sobrepostas. Na década de 1970 começam a ser construídos os primeiros conjuntos habitacionais. Com o surgimento dessas novas edificações, a praça passa a ganhar sua forma geométrica circular. Nos anos 1980 e 1990, com a consolidação do bairro, o entorno da praça passa a ser ocupado por edificações de caráter comercial em formato de galeria e com fachadas de vitrines voltadas para a rua (CURRY, 2001).

⁷¹ Conforme seção “O bairro de Jardim da Penha” (p. 31).

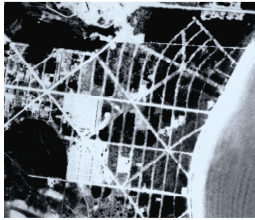
A praça recebe o nome de Regina Frigeri Furno, mas é comumente conhecida como praça do EPA ou praça do BH. Apelidos como esse não são incomuns para as praças de Jardim da Penha, que dificilmente são reconhecidas por seus nomes reais. A praça já foi conhecida como Praça do Boa Praça, devido ao supermercado Boa Praça, inaugurado em 1997; como praça do EPA, nome da rede de supermercados que se estabeleceu no lugar, e hoje já tem novo apelido, praça do BH, rede que assumiu o antigo supermercado EPA no ano de 2023.



Tracado inicial e primeira ocupação, galpões IBC.
1962



Salto nas ocupações dos lotes
1998



As primeiras 106 casas.
1970



Alta densidade de ocupação das quadras
2005



Definição da forma das praças centrais.
1978



Notória consolidação da estrutura do bairro.
2008

Figura 54: Evolução ao longo dos anos do desenho da praça.
[PMV. Coleção de imagens aéreas de Vitória adaptado pela autora. 2024]

Estudar as sucessões e a história da formação da praça contribuiu para o entendimento das relações que foram se estabelecendo no local. Lima (1998) fala brevemente de como essa praça com supermercado no bairro de Jardim da Penha passa a ser um ponto atrativo para a coleta de materiais feita pela população em situação de rua, mencionando as mudanças territoriais desses sujeitos na cidade de Vitória:

A configuração espacial havia mudado e, com ela, também a organização territorial. Pegavam água, desta vez, no prédio em frente ou numa escola próxima.

O papelão do Boulevard tornara-se uma boa fonte de renda, como também o do supermercado que situava-se no bairro ao lado, Jardim da Penha (p. 128).

Aos poucos a praça vai se tornando um forte ponto atrativo para a circulação de pessoas que para ali vão buscando passar um tempo livre, comer nas barraquinhas de alimentos, se encontrar com outras pessoas e fazer compras. Atualmente a praça é bem mais que um ponto de convergência para a organização do tráfego local; convergem para ela atrações culturais, encontros e sociabilizações de toda a comunidade, como uma verdadeira referência para o bairro.

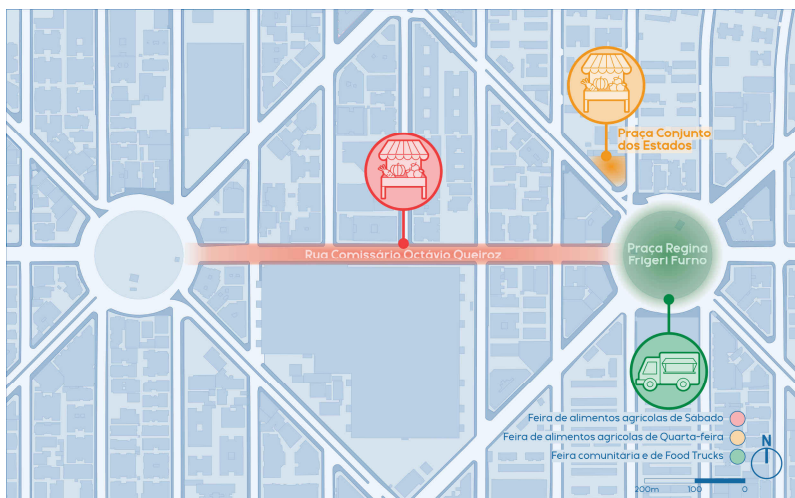
Temporalidade das coexistências

As coexistências perceptíveis na praça a tornam um campo de estudo instigante. Não é redundante afirmar que é nela que a dinâmica da centralidade do bairro se torna tão complexa. É possível notar, em cada uma das existências, a relevância que a praça tem para que elas possam ocorrer. O estudo demonstra cada uma delas e como influenciam as relações da PSR com o local.

As primeiras e mais importantes são as feiras livres que ocorrem na praça e no seu entorno. Ali ocorrem três feiras em diferentes dias da semana (Mapa 08). A de maior movimentação e tamanho é a de produtos agrícolas, que acontece aos sábados. Essa feira é histórica e acontece no bairro desde as primeiras ocupações feitas pelas 106 casas no ano de 1969: "A feirinha dos sábados, uma das maiores feiras-livres da capital, também começou com o início do bairro" (CURRY, 2001, p. 35). Ela se inicia às seis horas da manhã, porém sua montagem já começa a ser feita na sexta-feira à noite, e são nesses movimentos de montagem que a PSR se insere na dinâmica, pois ajuda na organização das barracas e no descarregamento dos produtos que são trazidos em caminhões da região rural das cidades no entorno da capital. Como pagamento, geralmente recebem dinheiro ou produtos. Durante o funcionamento, a PSR, através de pedidos por recursos (mangueio), consegue ganhar dos consumidores algum alimento, e no fim da feira, no horário da "xepa", recolhem as sobras dos produtos rejeitados pelos consumidores pagantes.

A feira que ocorre na praça do Conjunto dos Estados opera em uma dinâmica muito similar, porém em menor escala. São menos consumidores e vendedores, mas mesmo assim a contribuição da PSR na montagem das barracas e na desmontagem após o período de funcionamento é percebida. Ela ocorre nas quartas-feiras também das seis horas da manhã e vai até às treze horas, quando começa ser desmontada para dar lugar para a equipe de limpeza urbana.

Por fim, a feira comunitária, que ocorre às sextas-feiras na praça Regina Frigeri Furno, apesar de constar oficialmente como uma feira de um único dia, pode ser observada a partir de quinta-feira até domingo, em que *food trucks* estacionados oferecem comidas variadas. Essa feira teve origem no ano de 1990 (CURRY, 2001, p. 30), com o propósito de reunir a produção dos moradores locais e opções de lazer para a comunidade. A sua criação foi uma iniciativa da associação de moradores do bairro de Jardim da Penha (AMJAP) para oferecer atrações para a comunidade.



Mapa O8: As três feiras que dinamizam as existências da praça Regina Frigeri Furno. [PMV. GEOBASES. Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000). EPSG 31984 Zona 24S. organizado pela autora. 2024]

Os fins de semana deixam a praça cheia, com brinquedos infláveis para as crianças, barracas de artesanato e *food trucks* com as mais variadas opções de comidas e bebidas para todas as idades, além de música ao vivo. Ao fim do dia, por volta das dezessete horas, os feirantes já começam a estacionar os carros, abrir tendas e espalhar mesas e cadeiras nas calçadas da praça. Por se tratarem de veículos com rodas, os *food trucks* ficam estacionados na região perimetral da praça, tangenciando a rotatória, assim como as mesas e cadeiras que ficam localizadas nas bordas. Os feirantes de artesanato se instalam próximos da quadra de esportes, criando corredores para a circulação dos visitantes. Os brinquedos infláveis geralmente são dispostos próximos ao banheiro público.

Essas dinâmicas de montagens das feiras fazem com que a PSR que está na praça se desloque dos seus pontos de permanência e vá para as marquises dos prédios comerciais do entorno. No campo, foi possível verificar a presença de segu-

ranças particulares que são pagos pelos barraqueiros para removê-los do local, principalmente quando estes estão pedindo algo para os consumidores, “atrapalhando” o movimento. Igualmente é perceptível o controle que os feirantes têm sobre o acesso ao banheiro público da praça, que só funciona quando a feira está instalada, e a chave de acesso a ele fica sob a sua guarda.

Essas três feiras, por seu turno, ocorrem em uma lógica da efemeridade, já que são organizadas e desmontadas em um determinado período de tempo. Sendo assim, sua influência se limita a sua ocorrência, apesar de já ter se estabelecido ali.

Outra existência significativa que afeta a PSR são os comércios estabelecidos nas edificações ao redor da praça. Eles ofertam uma variedade de produtos e serviços que vão desde peças de vestuário, papelaria, fármacos até chaveiro e manutenção predial. Há nessa dinâmica, com comerciantes de estabelecimentos fixos, um contrato verbal com as pessoas em situação de rua, as marquises e calçadas podem ser usadas nos horários em que o comércio não está aberto, normalmente a partir das dezenove horas, ao fim do dia. Quando o estabelecimento inicia suas atividades, geralmente às nove horas, os sujeitos já devem organizar seus pertences e deixar a passagem limpa e livre para que os consumidores e trabalhadores possam circular.

Cada uma dessas temporalidades impõe sua marca sobre o espaço. E por se tratarem de coexistências, mesmo as temporalidades das sucessões que se mantêm através das marcas do passado afetam os processos que se dão sobre o lugar, assim como as dinâmicas estabelecidas por cada um dos indivíduos que praticam seu cotidiano sobre esse espaço. O registro do tempo é característico do ser humano, e é ele que, tal como nas ações, estabelece o tempo concreto. A última seção abordará o tempo concreto da população em situação de rua, que por estar na margem do tempo rápido da aceleração do capital, é lenta na descoberta do mundo e pode ir descobrindo a fabulação (SANTOS, 1996, p. 220).

Os homens lentos

Finaliza-se este capítulo aproximando-se dos sujeitos que compõem o recorte do cotidiano. Como mencionado em seus estudos sobre o espaço, Santos (1996) aponta que emerge sobre a racionalidade as contrarracionalidades, e que estas “se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas” (p. 210). Essas contrarracionalidades são pratica-

das por aqueles excluídos das lógicas hegemônicas, pois estão desprovidos dos meios de acesso à “modernidade material contemporânea”⁷².

Justamente por estarem fora dessas lógicas, os homens tornam-se lentos, pois não conseguem, na mesma velocidade das transformações contemporâneas, estabelecerem seu cotidiano e dão a ele outro tempo. Um tempo que está associado a um reconhecimento desacelerado da técnica, e que desenvolve, por essa lentidão, outras formas de estar no mundo.

Portanto, são os homens lentos que tendem a compreender melhor a realidade, pois se desprendem das imagens ilusórias fabricadas “encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva” (SANTOS, 1996, p. 221). E por estarem desassociados dessas ilusões, acabam por descobrir a cidade, entendendo as possibilidades fornecidas por ela e percebidas no lugar em que se inserem. É nessa descoberta, nesse reinventar o cotidiano, que a população em situação de rua estabelece sua realidade. A imposição do objeto passa a ser transformada pelas suas necessidades, que não se prendem aos determinismos e às predefinições.

Partindo da noção de que a população em situação de rua está abarcada nessa definição dada por Santos sobre os homens lentos, serão apresentadas algumas histórias individuais desses sujeitos, coletadas em entrevistas no campo estudado. Essas histórias foram convertidas em narrativas, que refletem parte da trajetória desses sujeitos.

Organizações não governamentais e projetos dedicados a essa população reconhecem atualmente que a melhor maneira de representar a realidade das ruas é atribuir nomes a cada homem e mulher que vive essa experiência, estabelecendo, assim, uma forma de comunicação com a sociedade⁷³. As vivências compartilhadas por esses indivíduos refletem como eles se veem e o que desejam transmitir para aqueles interessados em conhecer suas histórias. Ao ilustrar as narrativas com as fotos e nomes dos entrevistados, pretende-se somar aos esforços de aproximação da realidade da população em situação de rua. Homens e mulheres optaram por com-

⁷² Refere-se à interseção entre os avanços tecnológicos, as transformações urbanas e as práticas de consumo na sociedade atual, moldando e sendo moldado pelos elementos físicos e tangíveis da vida cotidiana.

⁷³ A ONG São Paulo Invisível atua desde o ano de 2014 na luta por conscientização da sociedade através de diversas ações, principalmente através da mídia social Instagram, onde conta as histórias de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

partilhar suas experiências com a pesquisa acadêmica na esperança de serem reconhecidos e terem sua situação respeitada.



Fotografia 05: Abraão Oliveira Silva.
[SANTOS, A. C. F. 2023]

Abraão Oliveira Silva

Idade: 29 anos

Abraão, com estatura média, pele escura e cabelos cacheados rentes à cabeça, recebeu a conversa de forma tranquila. No dia da entrevista, trajava chinelos, uma camiseta asseada e uma bermuda tadel. Com sua fala pausada, revelou memórias dos primeiros dias em que se viu em situação de rua, uma época que remete a sua infância, quando contava apenas sete anos.

Ele mencionou que cotidianamente fica na praça, tornando-a seu ponto de referência ao longo do tempo. Enquanto se percebe como parte integrante da comunidade de Jardim da Penha, lamenta que nem todos compartilham dessa visão acolhedora. Já vivenciou episódios de violência policial e percebe que parte da comunidade não acolhe bem a presença dos que, como ele, enfrentam a realidade das ruas.

Nos últimos meses, Abraão testemunhou a retirada de apoios que a comunidade costumava fornecer, por meio de ações e reuniões específicas voltadas para a remoção da PSR do local. Compreende que, para alguns, sua presença na praça é vista como uma ameaça à segurança, mas relatou episódios em que sua presença ajudou moradores a escaparem de assaltos e agressões.

Contou, entristecido, da proibição do fornecimento de água feito pelos comerciantes circunvizinhos, resultado das tentativas de repressão feitas por agentes da comunidade. Consciente das complexidades da vida nas ruas, compartilhou que já teve passagens pela polícia, inclusive sendo preso, mas que hoje busca outras formas de manter sua dignidade como um cidadão. Em sua narrativa, evidencia uma busca constante por uma vida mais digna e, apesar dos desafios, reforça a resiliência e a esperança em dias melhores.

Carlos Alberto dos Santos

Idade: 49 anos

Carlos Alberto, de estatura alta, calvo, com um olhar profundo e feição triste, compartilhou sua história em um momento marcado pelo aparente estado de embriaguez. Aos 49 anos, viu-se pela primeira vez em situação de rua, devido a conflitos familiares, sem perspectivas claras. Anteriormente, atuou por vários anos como segurança pessoal de um comerciante da cidade.



Fotografia 06: Carlos Alberto dos Santos
[SANTOS A. C. F. 2023]

Hoje, desempenha a função de guardador de carros, mas não se identifica com o grupo de pessoas que frequentam a praça. Prefere o isolamento, afastando-se do tumulto que, segundo ele, é gerado pelo grupo. Essa escolha resulta na falta de um local fixo para dormir, levando-o a passar ocasionalmente pela orla da praia e outros pontos do bairro de Jardim da Penha.

Na praça, participou de um momento de sociabilização, uma reunião que acontece após a feira, onde, juntos, prepararam uma moqueca. Entretanto, revela enfrentar uma batalha contra o vício em álcool, lamentando a perda do contato com seus dois filhos.

Carlos Alberto critica as instituições, como o Centro POP, que, segundo ele, se limitam a oferecer comida, enquanto o que ele verdadeiramente almeja é um emprego fixo, rejeitando a ideia de fortalecer a condição de "vagabundo". Sua experiência nas ruas é marcada pela sensação de vulnerabilidade, testemunhando cenas de violência e ansiando por uma saída rápida dessa realidade.

Em um momento de extrema decepção, Carlos Alberto revela sentimentos suicidas que o assombram desde que se viu nas ruas. Com lágrimas nos olhos, expressa desesperança, chegando a dizer: "Se alguém me desse um tiro na cabeça, eu agradeceria". Sua narrativa, permeada por profunda tristeza, reflete não apenas as adversidades enfrentadas nas ruas, mas também a busca por uma luz no fim do túnel, um caminho que o conduza para longe desse abismo emocional.



Fotografia 07: Wallace Jesus Santos.
[SANTOS, A. C. F. 2023]

Wallace Jesus Santos

Idade: 33 anos

Wallace carregava um sorriso no rosto, de olhos verdes claros e cabelos raspados, estava muito à vontade quando participou da entrevista. Iniciou contando que com doze anos de idade esteve pela primeira vez em situação de rua, mas ao contrário de muitos, ainda mantém contato com sua família. Ao descrever a rua, Wallace a concebe como um espaço de liberdade, alternando períodos entre as ruas e sua casa na Serra.

Durante a entrevista, sua preocupação com os animais do grupo foi evidente, especialmente após a perda de um cachorro por envenenamento. No dia, três cachorros faziam parte do grupo, destacando a importância desses companheiros para ele e seus colegas.

Com aproximadamente quinze anos de vivência na região da praça, Wallace notou uma intensificação da repressão da PSR devido ao aumento de pessoas externas ao grupo, que geram conflitos e confusões. Durante a conversa, Wallace mencionou a atuação de um vereador que lidera campanhas para retirar pessoas em situação de rua da praça. Além disso, relatou a presença de seguranças particulares que forcem o grupo a deixá-la, bem como ações de limpeza urbana que, conforme sua percepção, ocorrem de maneira truculenta.

Como parte de suas estratégias de vida nas ruas, ele busca recursos disponíveis no mercado, como banheiros e água, e costuma tomar banho próximo dali, onde há uma saída de água para mangueiras de incêndio. Wallace compartilhou suas experiências de forma serena, destacando que parte da população reconhece e tenta ajudar as pessoas em situação de rua, mas também enfatizou a hostilidade enfrentada por alguns. Mesmo diante desses desafios, sua narrativa oferece uma visão valiosa sobre a vida nas ruas e as complexas dinâmicas enfrentadas naquela região.

Débora dos Santos Oliveira

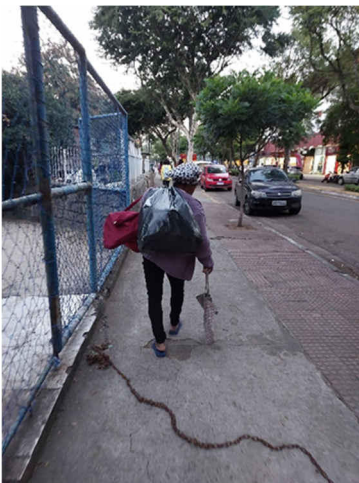
Idade: 42 anos

Débora estava extremamente tímida no dia da entrevista. Com os cabelos bem penteados e amarrados em um coque, não havia nela nada desorganizado. De olhos escuros e sorriso semicerrado, suas respostas foram objetivas e concisas, revelando-se reservada. Ao iniciar sua narrativa, Débora compartilhou que estava, pela primeira vez, há dois meses em situação de rua, sendo suas idas



Fotografia 08: Débora dos Santos Oliveira.
[SANTOS, A. C. F. 2023]

anteriores esporádicas e sempre relacionadas ao seu marido, que havia sido recentemente preso. Devido à prisão de seu marido, ela decidiu ir pra rua, pois não queria depender de seus familiares. Apesar desse desentendimento, ela mantém contato frequente com eles. Relatou que nesses últimos meses mantém-se em um local fixo, próximo à galeria Pedras Rubras, na rua Francisco Eugênio Mussiolo. Contou que dentre suas estratégias de sobrevivência, tomava banho na pedra da Cebola (ponto turístico da cidade), mas que devido à depredação da propriedade pública e a questões de usos de droga no local, o acesso aos chuveiros havia sido fechado. Débora integra um grupo menor, diferente do estabelecido na praça, composto por outros dois homens, com os quais percorre o bairro em busca de recursos. Ao compartilhar sua experiência na rua, evidenciou o desconforto que sente por estar nessa situação, que ficou evidente na sua postura durante a entrevista. Contou que estava à procura de uma vaga no abrigo emergencial e estava ansiosa pra conseguir sair das ruas. Comentou que sente que parte da comunidade não reconhece os moradores de rua, e acredita que sua presença gera medo nas pessoas. Débora, apesar de bastante contida, se esforçou para participar do diálogo, revelando um quadro de vulnerabilidade que reflete não apenas sua situação de rua, mas também as complexidades sociais e emocionais enfrentadas por essa população.



Fotografia 09: N. Barbosa
[Autora 2023]

N. Barbosa

Idade: aproximadamente 51 anos

Dona N. Barbosa é uma figura marcante no estudo da PSR na praça Regina Frigeri Furno. Com cerca de um metro e cinquenta de altura, cabelos grisalhos, olhos escuros e uma expressão reservada, ela se destaca na praça. Sua presença é constante, registrada ao longo de mais de trinta anos, conforme relatos documentados pela pesquisadora Kunz (2012, p. 61-64). Durante as incursões no campo, Dona N. Barbosa é facilmente identificada circulando por diversos lugares no bairro.

Pela manhã, inicia sua rotina organizacional arrumando seus pertences, desfazendo sua cama improvisada e deixando tudo cuidadosamente agrupado ao lado do banco em que sempre fica, próximo do Destacamento da Polícia Militar (DPM). Em algumas ocasiões, dedica-se a estender as roupas doadas pela comunidade, conforme relatos anteriores (KUNZ, 2012). Nos dias de calor intenso, é possível encontrá-la nas galerias ao redor da praça, buscando o conforto do ar condicionado.

Dona N. Barbosa também caminha em direção à Igreja Batista da Mata da Praia, onde encontra repouso e contemplação. Durante o almoço, faz suas refeições na calçada, geralmente uma marmita proveniente dos restaurantes próximos. Cenas dela carregando várias sacolas, repletas de roupas e diversos outros materiais, são frequentemente registradas.

Sua presença na comunidade destaca-se por ser acolhida de maneira positiva, em contraste com outras pessoas em situação de rua que permanecem ali. Dona N. Barbosa é conhecida e respeitada, recebendo diversos recursos dos moradores locais.

Entretanto, ela é uma figura isolada, não estabelecendo vínculos com o grupo local. Geralmente, não participa de suas reuniões coletivas. Por meio de outros entrevistados, observa-se que ela possui um temperamento próprio, enfrentando dificuldades significativas para estabelecer relações interpessoais.

O banco no qual ela estabeleceu seu ponto de permanência é desprovido de cobertura e, nos dias de fortes chuvas e frio, ela geralmente fica no abrigo de ônibus da

praça do Conjunto dos Estados ou na marquise das lojas da galeria *Camburi Center* I, nunca se afastando da praça que é o seu ponto de referência.



Figura 55: Percursos feitos pela N Barbosa
[Elaborado pela autora, 2024]

Conclusão

Ao abordar o cotidiano e suas dimensões, objetivou-se uma aproximação da realidade vivenciada pela população de rua na praça Regina Frigeri Furno. Iniciando pela noção do espaço e de sua complexidade, formado tanto pelos sistemas de objetos que são a sua materialidade e pelos sistemas de ações, que se dão pelo homem e por suas necessidades. Ao relacionar esses conceitos como categorias de análise, pode-se obter uma sistematização do espaço.

Já ao observar o tempo como um agente, percebe-se nele uma força imaterial que atua sobre o espaço. E é na cidade que se pode constatar claramente essa dialética (espaço-tempo). Ao entender as sucessões que formaram o lugar, mesmo que recente, entende-se sua formação e a intenção que, por fim, dará sentido técnico aos objetos. Compreender as coexistências permite entender as disputas e as tensões que ocorrem sobre a praça e seu entorno. São essas multiplicidades temporais que complexificam o estudo do cotidiano.

A apresentação dos indivíduos que experimentam o tempo e o espaço de forma mais lenta ressalta a influência desses elementos em suas vidas. Cada um carrega as marcas da cidade em suas vivências pessoais. O contato próximo com essas pessoas, imersas na realidade das ruas, visa aproximar a pesquisa acadêmica do

espaço concreto. Essa abordagem interativa busca demonstrar a necessidade de compreender as realidades vividas pelas pessoas na cidade além das teorias.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, permito-me adotar uma narrativa em primeira pessoa, uma abordagem que evitei ao longo da pesquisa. Inicialmente, essa escolha visava distanciar a pesquisadora do objeto e dos sujeitos, além de evitar a confusão entre a experiência empírica e teórica com meus posicionamentos pessoais. No entanto, ao finalizar este estudo, reconheço a relevância de incorporar reflexões críticas e importantes, mesmo que isso implique uma possível contaminação da pesquisa com a experiência pessoal.

O estudo da população em situação de rua transcende uma barreira complexa que constantemente precisa ser revisitada. O que manteve meus pés no chão e, ao mesmo tempo, permitiu a visão de novas perspectivas, foram os pressupostos elaborados por Milton Santos. Sua abordagem propositiva de tomar o cotidiano como recorte revelou as dificuldades enfrentadas pela nossa realidade brasileira. A teorização de Santos, ao abordar o espaço, o tempo e os "homens lentos", oferece um caminho promissor para pesquisas etnográficas no campo da arquitetura e do urbanismo, especialmente ao lidar com as camadas mais vulneráveis da população.

A compreensão do cotidiano como um recorte essencial transformou a construção da pesquisa, proporcionando uma melhor compreensão dos dados coletados em campo. Esse processo reflexivo envolveu uma interação constante entre os conceitos, que orientaram a interpretação e organização das observações, e as observações em campo, que ampliaram a compreensão dos conceitos. O caminho, portanto, tornou-se um complexo emaranhado no qual algumas respostas puderam ser desvendadas.

Importante ressaltar que a pesquisa não se encerra aqui; há pontas soltas que podem originar novas investigações, especialmente considerando uma equipe ampliada para a coleta de dados em campo. Colaborações significativas podem ser estabelecidas entre os pesquisadores e a própria população estudada. A aproximação ao cotidiano desses sujeitos emerge como uma resposta possível ao problema que motivou a pesquisa, revelando complexidades que, observadas de forma próxima, proporcionam uma maior compreensão da realidade.

Durante os estudos, questões preponderantes ao campo da arquitetura e urbanismo se tornaram evidentes. A pergunta recorrente sobre o acesso à moradia para essa população foi unânime, refletindo uma inquietação que compartilhei. No

entanto, a experiência em campo permitiu compreender a individualidade de cada situação e, sobretudo, a desigualdade abismal existente na sociedade brasileira.

Entender pelo olhar dos sujeitos que o estar nas ruas ultrapassa em grande medida as questões de ter ou não uma habitação. É a ausência de muitos outros recursos, que vem sendo negados a essa população desde o passado colonial do nosso país. Os dados apontam que as vulnerabilidades têm cor no Brasil e, ao tratar do fenômeno, não se escapa dessa regra. Além de situações propositais criadas por lógicas hegemônicas, que objetivam a manutenção das vulnerabilidades, tendo como resultado especulações sobre a pobreza e a miséria a qual essa parcela da população está exposta.

Não foram raras as vezes em que me deparei com os termos arquitetura hostil, urbanismo da exclusão, como ações originadas do meu campo de formação, utilizadas como instrumento de afastamento e segregação espacial. Inclusive a arquitetura hostil, virando parte de uma lei nacional (Lei Padre Júlio Lancelotti⁷⁴), que versa sobre esses meios usados para impor lógicas que refletem a aporofobia. Por fim, a pesquisa enriqueceu minha visão acadêmica, ao me deparar com questões mais profundas sobre a cidade.

⁷⁴ Conforme seção "Os instrumentos" (p. 42).

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Leis, Decretos e Normativas

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. **Carta de lei**. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Carta de lei**. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Carta de lei**. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm#:~:text=Estabelece%20medidas%20para%20a%20repress%C3%A3o,N%C3%B3s%20Queremos%20a%20Lei%20seguinte.>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Carta de lei**. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=3353&ano=1888&ato=25f0TPn5keVRVT6f8>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=3688&ano=1941&ato=8a50zYE5kMnRkTadb>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 19 set. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 08 dez. 1993. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 11 jul. 2001. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 02 jan. 2006. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/572797/publicacao/15837479>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 24 dez. 2009. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 21 out. 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 07 jul. 2011. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/585432/publicacao/15759841>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público - Lei Padre Júlio Lancelotti. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/36623133/publicacao/36636123>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei nº 1.635, de 2022. Institui o Estatuto da População em Situação de Rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153627>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei complementar nº 872, de 07 de dezembro de 2017. Institui o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. **Diário Oficial do Espírito Santo**. Vitória, 2017. Disponível em:

<https://planometropolitano.es.gov.br/Media/comdevit/Relat%C3%B3rios/DIAGNOSTICO%20INTEGRADO_%20PRELIMINAR_PDUI%20RMGV.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MDS (Brasil). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 28 out. 2004.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 25 nov. 2009.

VITÓRIA (Município). **Lei nº 9.861, 20 de julho de 2022**. Institui no Município de Vitória o Programa "Vix + Cidadania" para famílias em situação de vulnerabilidade social - extrema pobreza e pobreza, e dá outras providências. Vitória, 2022. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/purzy>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Nota técnica

CECAD. **Tabulador do Cadastro Único**. 2023. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GEPMC. Serviço Especializado em Abordagem Social. **Secretaria Municipal de Assistência Social**, Vitória, p.1-54, 2021.

GEPMC; GEPAC. Pesquisa População em Situação de Rua em Vitória – ES. **Secretaria Municipal de Assistência Social**, Vitória, p.1-89, 2022.

IBGE. **Censo 2010**: Coleta de dados. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/coleta.html>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regic/pdf/REGIC_2018.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

____. **Censo demográfico 2022: Conceitos e métodos**. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico2022.html?=&t=conceitos-e-metodos>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

IJSN. População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória: perfil, vulnerabilidades e potencialidades. **Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória, p.1-148, 2018. Disponível em: <<https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/Livro-Populacao-em-Situacao-de-Rua-v2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

____. Plano de desenvolvimento urbano integrado: Região Metropolitana da Grande Vitória. **Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória, p.1-184, Diagnóstico Integrado, v.2 2018. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/PDUI_Volume2_DiagnosticoIntegrado.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NATALINO, Marco A. C. A População em Situação de Rua nos números do Cadastro Único. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, p.1-53, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12642/4/Publicacao_expressiva_TD_2944_A_populacao_em_situacao_de_rua.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

_____, Marco A. C. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, p.1-36, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____, Marco A. C. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, p.1-20, 2020. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____, Marco A. C. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, p.1-24, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SANTANA, G. C. A. **Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR**. Brasília, 2019. Notas de aula do curso Promoção dos direitos da população em situação de rua.

SNAS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à**

Fome, Brasília, p.1-116, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília, p.1-64, 2014. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%2020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Livros

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CNMP. **Guia de Atuação Ministerial**: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2015. Disponível em: <https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CNMP_WEB_2015.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M (Org). **Rua**: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CURRY, Andréia. **Jardim da Penha**: Coleção Elmo Elton. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

GEHL, J.; SVARRE, B. **A vida na cidade**: Como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

LENGEN, Johan V. **Manual do Arquiteto descalço**. São Paulo: B4 Editores, 2014.

LIMA, Mário H. T. **Cidade de papelão**: Mocós, Cachangas e Malocas. Vitória: Edufes, 1998.

MICHAEL, Angrosino. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política**: ensaio para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Teses e dissertações

DUTRA, Thiara B. **Autoridades coloniais e o controle dos escravos**: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes**: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo. 2004. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

KASPER, Christian P. **Habitar a rua**. 2006. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KUNZ, Gilderlandia S. **Os modos de vida da população em situação de rua**: Narrativas e andanças nas ruas de Vitória/ES. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROBAINA, Igor M. M. **Entre mobilidades e permanências**: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. 2015. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SCHVARSBURG, Gabriel. **Rua de Contramão**: O movimento como desvio na cidade e no urbanismo. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Artigos

ALVAREZ, M. C.; SALLA F.; SOUZA L. A. F. A Sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. **Justiça e História**, Porto Alegre, v.3, n.6, p.1-24, 2003. Disponível em: < <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down113.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ATAÍDES, F. B.; OLIVEIRA G. S.; SILVA A. A. F. A Etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, Monte Carmelo, v.20, n.48, p.133-147, 2021. Disponível em: < <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CONDE, K. M.; PINA, S. A. M. G. Morfologia urbana e desenho urbano em bairros de Vitória/ES. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/POSTER/SC-CDR-018_CONDE_PINA.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FERREIRA, João S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO "INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO", 2005, Bauru, **Anais**. Disponível em: <<https://cidadesparaquem.org/textos-academicos/2005/8/21/a-cidade-para-poucos-breve-historia-da-proprieda-de-urbana-no-brasil>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PINHEIRO, Diego A. L. et al. Modos de Vida da População em Situação de Rua: a produção acadêmica no Espírito Santo. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p.284-305, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas lati-no-americanas**, Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005. p.117-142, 2005.

Fotografia

ACÇÃO conjunta do SEAS e do Consultório na rua na região do Canal do rio Santa Maria (próximo ao supermercado São José, Praia do Canto). 2023. 1 fotografia. 21 x 18,2 centímetros.

SANTOS, Ana Clara F. **Kit entregue aos entrevistados, contendo: um mini bolo de chocolate, um chocolate, um pacote de biscoito, um pacote de amendoim, uma caixa de suco sabor uva e uma garrafa de água.** 2023. 1 fotografia. 20,32 x 12,01 centímetros.

_____, Ana Clara F. **Abraão Oliveira Silva.** 2023. 1 fotografia. 6,33 x 4,75 centímetros.

_____, Ana Clara F. **Carlos Alberto dos Santos.** 2023. 1 fotografia. 6,33 x 4,75 centímetros.

_____, Ana Clara F. **Wallace Jesus Santos.** 2023. 1 fotografia. 6,33 x 4,75 centímetros.

_____, Ana Clara F. **Débora dos Santos Oliveira.** 2023. 1 fotografia. 6,33 x 4,75 centímetros.

SANTOS, Isabella F. **Elementos de afastamento de pessoas em situação de rua identificados no campo de estudo: 1. Ações de limpeza urbana promovidas pela Prefeitura; 2. Cercamento de fachada comercial com marquise; 3. Cercamento das arquibancadas; 4. Estrutura perfurante sobre o muro de divisa.** 2023. 4 fotografias. 21,11 x 15,85 centímetros.

_____, Isabella F. **Abrigo de uma pessoa em situação de rua que posteriormente foi contemplada com o projeto de Moradias Alternativas.** 1 fotografia. 21 x 9,2 centímetros.

_____, Isabella F. **N. Barbosa.** 2023. 1 fotografia. 6,33 x 4,75 centímetros.

Jornais em meio eletrônico

BARROS, Gabriel. Imóveis em Vitória e Vila Velha estão entre os mais caros do país. **Folha Vitória**, Vitória, 06 out. 2022. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/economia/noticia/10/2022/preco-imoveis-mais-caros-vitoria-vila-velha>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Mapas

FARIA, Willis. **Mapa dos Aterros de Vitória.** Vitória, 2003. 1 mapa. Escala 1:14000.

PMV, GEOWEB. **Sistema integrado de bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2023. Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/downloads>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Sites

Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Iniciativa: Prefeitura de Vitória. 2019. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/vitimas-da-violencia>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Cidades e Estados. Iniciativa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Food Truck. Iniciativa: Prefeitura de Vitória. 2024. Disponível em: <<https://cartadeservicos.vitoria.es.gov.br/areas/5-Trabalho-e-Renda/servicos/882-FOOD-TRUCK/#:~:text=0%20Food%20Truck%20C3%A9%20o,geral%20fomentar%20o%20empreendedorismo%2C%20proporcionando>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

O que são espaços públicos? Iniciativa: Governo do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/3-o-que-sao-espacos#:~:text=S%C3%A3o%20os%20espacos%20de%20uso,ir%20e%20vir%20C3%A9%20livre.>>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Pessoas em Situação de Rua no Brasil. Iniciativa: Observatório Nacional dos Direitos Humanos. Apoio: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 22 dez. 2023. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiY2lyZTI5NTQtNWRhZC00ODhhLWlyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2liwidCl6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMCO5NjZiLWJmNT E2M2U2YjFkYSJ9>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. Iniciativa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 06 dez. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcançar-36-7em-2021#:~:text=0%20percentual%20de%20pessoas%20em%20etrema%20pbreza%2C%20ou%20seja%2C%20que,9%2C0%25%20em%202021>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

População de rua. Iniciativa: Prefeitura de Vitória. 2019. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/populacao-de-rua>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Projeto Moradias Alternativas. Iniciativa: Prefeitura de Vitória. 2021. Disponível em: <https://vitoria.es.gov.br/cidadao/habitacao#a_moradiasalternativas>. Acesso em: 16 mar. 2023.

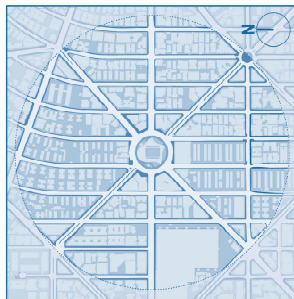
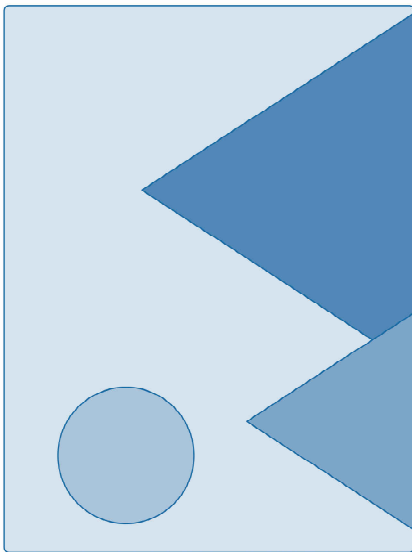
APÊNDICES.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA			
PERGUNTA	RESPOSTA		
Qual seu nome?			
Qual a sua idade?			
Há quanto tempo você está em situação de rua?	<input type="checkbox"/> menos de 10 dias	<input type="checkbox"/> 1 a 11 meses	
	<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos	<input type="checkbox"/> mais de 5 anos	
Com qual idade você se percebeu em situação de rua?			
Você ainda tem contato com sua família?	<input type="checkbox"/> Sim, falo com eles com frequência		
	<input type="checkbox"/> Sim, mas dificilmente nos falamos		
	<input type="checkbox"/> Não, perdi completamente o contato com a minha família		
Você tem uma identificação? (<i>identidade, cpf, lembra do seu nome completo...</i>)	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
	Obs.:		
Como você usa a rua?	<input type="checkbox"/> Como moradia	<input type="checkbox"/> Como local de ganho de dinheiro	<input type="checkbox"/> De outras formas
	Se utiliza de outras formas, quais seriam essas:		
Você se sente livre na rua?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Quantas vezes você já foi abordado por um policial?	<input type="checkbox"/> 1 vez	<input type="checkbox"/> Até 10 vezes	<input type="checkbox"/> Foram tantas que nem lembro
Quais formas você usa para sobreviver na rua?			
Quantas vezes você já foi para um albergue, centro de acolhimento, casa de passagem?	<input type="checkbox"/> 1 vez	<input type="checkbox"/> Até 10 vezes	<input type="checkbox"/> Foram tantas que nem lembro.
Você já teve ou tem acesso a algum programa assistencial do governo?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não e nem sabia que existiam programas do governo que me contemplassem.
Você se sente visto na rua?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Você sente que as pessoas têm medo de você?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Quando foi a sua última refeição?	<input type="checkbox"/> Hoje	<input type="checkbox"/> Ontem	<input type="checkbox"/> Não lembro a última refeição que eu fiz.

APÊNDICE B

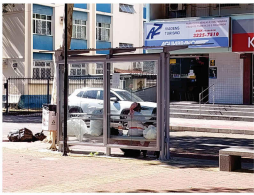


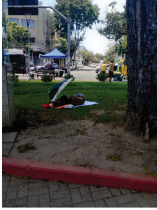
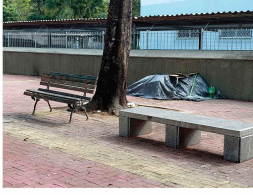
FICHA DE OBSERVAÇÃO	
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO LOCAL	
Número da ficha:	
Data:	
Endereço:	
Período:	<input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite
Condições climáticas:	<input type="checkbox"/> Ensoleado <input type="checkbox"/> Chuvoso <input type="checkbox"/> Nublado <input type="checkbox"/> Ventania
Foto:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO	
Quantidade de pessoas:	<input type="checkbox"/> 101-05 <input type="checkbox"/> 06-10 <input type="checkbox"/> 11-15 <input type="checkbox"/> >16
Gênero:	<input type="checkbox"/> Homem <input type="checkbox"/> Mulher <input type="checkbox"/> _____
Condições aparentes:	<input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> Sujo
INDÍCIOS DE USOS COTIDIANOS	
Características das edificações no entorno (fluxo de circulação de pessoas, com ou sem marquise, com ou sem murais):	
Existência de produções materiais da população em situação de rua (sacolas, sacos, papelão, caixas de madeira, carrinhos, etc):	
Tipo de uso cotidiano (caminhar, descansar, lazer, necessidades fisiológicas, lavar etc):	
Formas de ocupação (em grupo, dispersas etc):	
Observações extras:	



APÊNDICE C

SISTEMAS DE OBJETOS (Amostra dos registros feitos em campo)

a) Sistema de objetos comerciais		
Banca	Calçada	Fachada
		

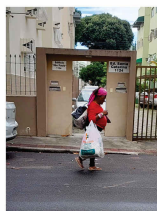
b) Sistema de objetos da praça		
Abrigo de ônibus	Arquibancada da quadra	Banco
		
Banheiro público	Calçada	Canteiro
		
Equipamento urbano	Muro de divisa	Pedestal
		

c) Sistema de objetos residenciais

Edificação com marquise



Edificação murada



d) Sistema de objetos da via

Calçada



Canteiro da via

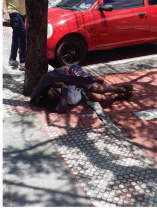

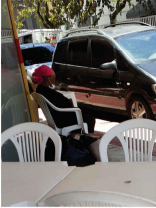


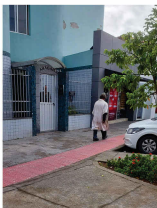
Via de circulação



APÊNDICE D


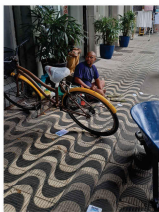
SISTEMAS DE AÇÕES (Amostra dos registros feitos em campo)

a) Sistema de ações de repouso		
Adormecer	Dormir	Sentar
		


b) Sistema de ações de movimento
Andar


c) Sistema de ações de sociabilização		
Cuidar	Expressar	Reunir
		

d) Sistema de ações de aquisição de recursos

Coletar materiais	Conseguir recursos	Manguear	Trabalhar
			

e) Sistema de ações de organização

Abrigar	Estender vestimentas	Guardar pertences
		

f) Sistema de ações de repressão

Expulsar



